PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da FASE • Ano 29.• Março/Agosto de 2000 • Nº 84/85 • Preço: R$ 8,00

Feminismo e sujeito político

Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma

Bioética, feminismo e violência genética

A rede Dawn

Marcha mundial das mulheres 2000

A caminho de Beijing + 5

Eleições 2000

Encarte especial: Políticas públicas para as mulheres no Brasil 5 anos após Beijing

Desigualdades de gênero

FASE

Conselho Deliberativo
Presidente
Ana Clara Torres Ribeiro

Vice-Presidente
Raimundo J. B. Teixeira Mendes

1ª Secretária
Leilah Landim Assumpção

2ª Secretária
Márcia Pereira Leite

3º Secretário
Revdo. Paulo Pena Schutz

Suplentes
Décio Lima de Castro
Fernanda Carísio
Luis Carlos Delorne Prado
Maria Lucia Karan
Paulo Totti

Conselho Fiscal
Jorge Vicente Muñoz
Carlos Bernardo Vainer
Tito Lívio Lucio de O. Ramos Neto

Suplentes
Ricardo de Gouvêa Corrêa
José Moreira Bartholo

Associados Efetivos
José Sérgio Lopes * Silvio Caccia Bava * Braulio Rodrigues da Silva * Sérgio Góes de Paula * Rosiska Darcy de Oliveira * Cândido Grzybowski * Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho * Lysâneas Maciel * Otília Silva Leite * Luís Eduardo Soares * Ênio Candotti * Uri Gomes Machado * Alexandre Sgrezia * Lizt Vieira * Antonio Abreu * Carlos Nelson Coutinho * Luiz Gonzaga Ulhoa Tenório * Renato Sérgio Maluf * Ricardo Peret * Pe. Adelar Pedro de David * Lícia Valadares * Wanda Engel Aduan * Peter Collins Cona

Diretor Executivo
Jorge Eduardo Saavedra Durão

Diretores de Áreas Temáticas e Programas
Maria Emília Lisboa Pacheco
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva

FASE- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Os objetivos permanentes da FASE

Contribuir para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na justiça social, na preservação do meio ambiente e na ampliação da cidadania. Apoiar, com uma visão e atuação própria, através de ações educativas e de projetos demonstrativos, a constituição, o fortalecimento e a articulação de sujeitos coletivos do desenvolvimento

Os objetivos estratégicos da FASE no triênio 1999-2001

Através das ações empreendidas em torno dos eixos acima descritos, pretendemos, ao longo do próximo triênio:

• contribuir para o questionamento público do modelo de desenvolvimento nacional, evidenciando sua insustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental, buscando, ao mesmo tempo, desenvolver projetos demonstrativos públicos e contra-modelos possíveis e viáveis, tendo por beneficiários, sobretudo, os excluídos em cenários críticos;

• ter realizado um balanço das perspectivas do desenvolvimento atual, a partir de problemáticas setoriais, criticando o tipo de desenvolvimento e as alternativas propostas pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil em suas lutas sociais, contribuindo para colocar a sustentabilidade na agenda política (sociedade civil, partidos políticos e Estado), na agenda de diálogo entre organizações da sociedade civil na América Latina e no diálogo Norte-Sul;

• integração do conjunto das áreas em instâncias de trabalho sobre Desenvolvimento Local.

• ter contribuído para que o Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento seja reconhecido como ator público, como espaço de trabalho democrático e como espaço de reflexão e formulação de propostas;

• fomentar políticas que efetivem o acesso dos setores excluídos da população a direitos econômicos e sociais, em âmbito nacional e regional;

• difundir metodologias de monitoramento de políticas públicas, através da produção de indicadores de desenvolvimento social e humano fundados nas noções de direitos econômicos e sociais e de sustentabilidade democrática;

• contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais e das esferas públicas não estatais, através do apoio a elaboração de Plataformas que sintetizem e unifiquem as demandas populares e do fortalecimento das redes formadas em torno de questões como meio ambiente e desenvolvimento sustentável; saneamento sócio-ambiental; alternativas de trabalho e renda ou pela reforma agrária.

• desenvolver uma nova *Carta Compromisso* evidenciando os eixos, conceitos e valores que nortearão a atuação da FASE na passagem do século.

• viabilizar um novo *mix* de sustentação financeira que amplie a base de legitimação da FASE na sociedade brasileira, em especial junto a setores médios da população e formadores de opinião.

sumário

Editorial 5

Feminismo e sujeito político 6
Maria Betânia Ávila

Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma 12
Marta Lamas

Nossos genes nos pertencem!
Bioética, feminismo e violência genética 26
Fátima Oliveira

Rede Dawn - Development Alternatives with
Women for a New Era 34
Claire Slatter
Peggy Antrobus
Sonia Corrêa

Marcha Mundial de Mulheres 2000 40
Miriam Nobre

Entrevista 43
Wânia Sant'Anna

Monitorar a ação das Instituições Financeiras
Multilaterais (IFMs) na perspectiva da eqüidade
de gênero. Os sentidos e desafios da Iniciativa 54
Silvia Camurça

Gênero, Políticas Públicas e Cidadania:
uma experiência urbana na Baixada Fluminense 62
Tatiana Dahmer Pereira

Orçamento Participativo: panorama geral e
referenciais sobre gênero e raça 70
Matilde Ribeiro

Da Casa ao Mar: papéis das mulheres
na construção da Pesca responsável 82
Maria Cristina Maneschy

Eleições 2000 - cotas para ampliar a presença
da mulher nos espaços de poder político 92
Iara Bernardi

FASE Nacional
Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel.:(021)286-1441
Fax.:(021) 286-1209

FASE-RIO
Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel: (021)286-1441
Fax: (021) 286-1209

FASE-VITÓRIA
Rua Graciano Neves, 377/2° pav.
29015-330, Vitória-ES
Tel/Fax: (027) 223-7436

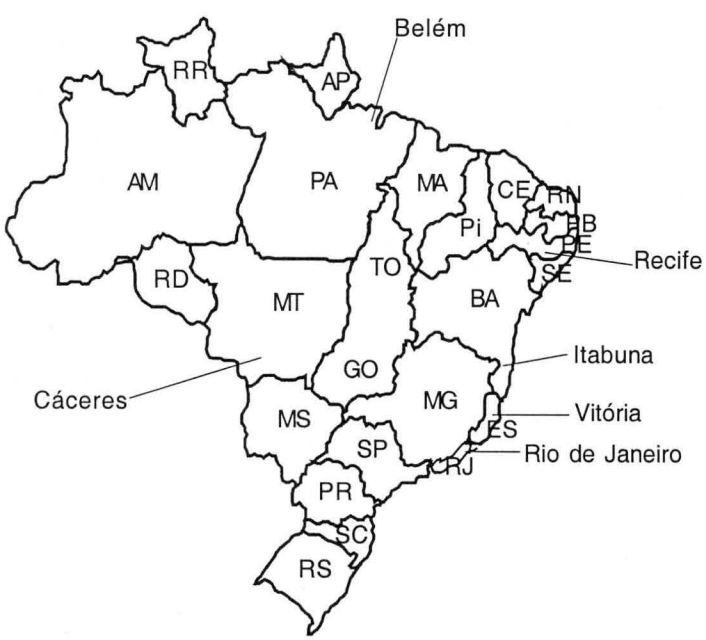
FASE-RECIFE
Rua Viscondessa do
Livramento, 168 Derbi
52010-060, Recife-PE
Tel: (081) 221-5478

FASE-BELÉM
Rua Bernal do Couto, 1329,
Umarizal
66055-080, Belém - PA
Tel.:(091) 242-0318
Fax.:(091) 241-5310

Projeto Gurupá
Travessa Quintino
Bocayuva, 1259 Nazaré
66053-240 Belém - PA
Tel: (091) 223-4628
Fax: (091) 242-4341

FASE-CÁCERES
Rua 06 Qd. 03, casa 18
Monte Verde,
78200-000 Cáceres – MT
Caixa Postal 10
Tel.:(065) 223-4615

FASE-ITABUNA
Rua Rio Branco, 93
Califórnia,
45600-000 Itabuna - BA
Tel: (073) 613-9129
Fax: (073) 613-9072



FASE

Proposta

N°84/85 – Março/Agosto de 2000

Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial
Alberto Lopez Mejía
Ana Clara Torres Ribeiro
Clarice Melamed
Grazia de Grazia
Haroldo Baptista de Abreu
Jean-Pierre Leroy
João Ricardo Dornelles
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luis César de Queiroz Ribeiro
Marcelo Paixão
Márcia Leite
Maria Emília Lisboa Pacheco
Orlando dos Santos Junior
Paulo Gonzaga
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva
Ricardo Salles
Rosemary Gomes
Sandra Mayrink Veiga
Virgínia Fontes

Assessora de Comunicação
Sandra Mayrink Veiga

Editor Responsável
Luiz Antônio Correia de Carvalho

Subeditor
Ricardo Salles

Organização do Nº 84/85
Maria Emília Lisboa Pacheco
Wânia Sant'Anna

Assistente de Publicações
Silvia Helena Matos Brandão

Capa
Martha Strauch

Ilustrações
Martha Strauch

Imagens cedidas pelas revistas:
Cotidiano Mujer, Abrealas e
Maria Maria

Projeto gráfico/Editoração/ Diagramação
Pedro Veiga

Informações e Vendas
Setor de Publicações
Rua das Palmeiras, 90
Botafogo, 222270-070
Rio de Janeiro RJ
Tel.: (021)2861441

editorial

Excepcionalmente, nesta edição de ***Proposta*** estaremos reunindo dois números, 84 e 85, referentes aos meses de março a agosto de 2000. Para melhor garantir a unidade de tratamento do tema, optamos por esta solução no lugar da tradicional divisão em duas edições, I e II, que vínhamos adotando toda vez que um assunto superava o escopo de um só número de ***Proposta***.

Cinco anos após a IV Conferência Mundial da Mulher e o Fórum Paralelo de ONGs que se realizaram em Beijing, pouco, ou mesmo quase nada, se avançou, no Brasil, em relação aos acordos feitos pelos países-membros da ONU naquela ocasião. A Articulação de Mulheres Brasileiras, criada em 1994 com o objetivo de ampliar e preparar a participação brasileira em Beijing, promoveu, em abril passado, um encontro nacional com vistas a realizar um balanço destes cinco anos e buscar caminhos concretos para a implementação de políticas publicas para mulheres no País. Trata-se de um esforço sem precedentes e que, certamente, necessitará do concurso de amplos setores da sociedade brasileira, mas, em particular dos movimentos feminista e de mulheres. Este é o tema principal da entrevista de Wânia Sant'Anna.

Proposta soma-se a este esforço ao dedicar este número à questão de gênero. Em primeiro lugar, com a tradução do texto da antropóloga mexicana Marta Lamas. Marta apresenta um amplo painel sobre a discussão teórica e política a respeito do significado da categoria gênero e com o artigo de Maria Betânia Ávila, sobre o feminismo e a constituição de um novo sujeito político.

A temática e a prática dos movimentos sociais também está presente. A maneira pela qual a perspectiva de gênero vem se colocando e sendo tratada em diversos campos de atuação de diferentes atores sociais constitui um bloco de artigos. Matilde Ribeiro analisa em que medida as dimensões de gênero e raça são incorporadas ao processo de Orçamento Participativo no município de Santo André. Maria Cristina Maneschy desenvolve o tema do papel das mulheres na pesca realizada de modo responsável, e Tatiana Dahmer Pereira reflete sobre as experiências de trabalho social na Baixada Fluminense considerando as questões de gênero e pobreza. A deputada federal pelo PT, Iara Bernardi, aborda a questão da ocupação de espaços na estrutura do poder político pelas mulheres.

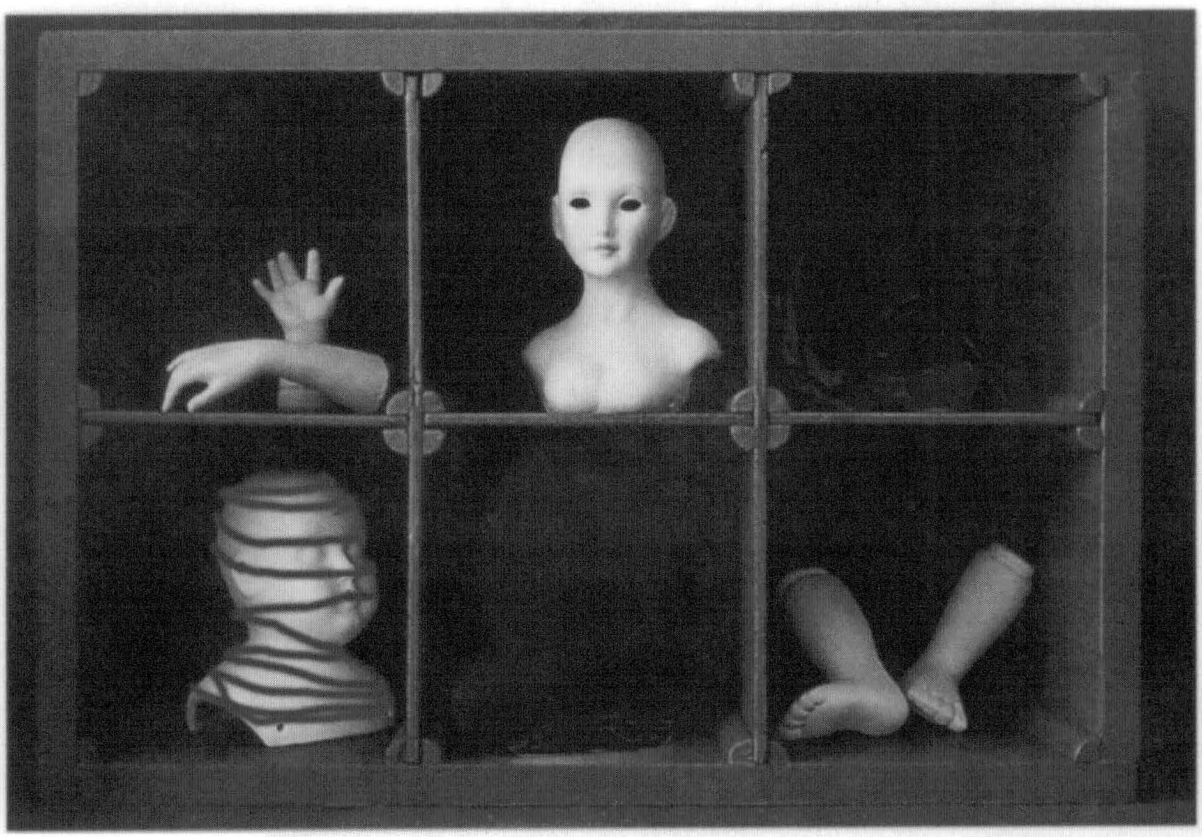
A dimensão universal da problemática de gênero está contemplada nos artigos que lidam com experiências internacionais. Sílvia Camurça nos alerta sobre a importância de monitoramento da ação das Instituições Financeiras Multilaterais na perspectiva da eqüidade de gênero. A proposta, e a realização, de uma Marcha Mundial das Mulheres 2000 com o sentido de lançar uma plataforma internacional de reivindicações é abordado por Míriam Nobre. A experiência das redes internacionais está presente no artigo de Sônia Correia sobre a Rede Dawn.

O tema da ciência, especialmente dos estudos genéticos e da Bioética, é tratado por Fätima Oliveira através de um olhar feminista e anti-racista.

Esperamos que nossos leitores enriqueçam suas experiências com este número de ***Proposta*** e que, em breve, o tema reapareça em nossa publicação.

Feminismo e sujeito político

*Maria Betânia Ávila**



*Socióloga, coordenadora geral do SOS Corpo

Entendo o feminismo como prática política e pensamento crítico. E considero que o movimento feminista é aquele que tem como perspectiva a transformação das relações de gênero e cujo foco de sua atuação é a luta por liberdade e igualdade para as mulheres. É importante dizer que situo o movimento feminista como parte do movimento de mulheres, o qual compreende todas as formas de organização de mulheres que lutam por diferentes objetivos. Há, entre essas várias formas de organização, um movimento dialético a partir do qual a questão das mulheres e as questões trazidas pelas mulheres ganham sentido na esfera pública.

Há uma grande discussão no interior do debate feminista sobre a questão da igualdade, com abordagens as mais diversas. Neste espaço, acho que não é o caso de entrar nesta discussão, mas o importante é frisar que, mesmo levando em conta essa diversidade, a proposta de igualdade colocada, hoje, pelo pensamento feminista, no geral, não tem como idealização o modelo de igualdade clássica, inteiramente construído pelos homens e para uma parcela dos homens. Pelo contrário, a possibilidade de as mulheres alcançarem a igualdade implica na tarefa de desconstruir e transformar esse modelo dominante de igualdade que se apresentava como projeto de um sujeito universal. O que é explicado com muita pertinência, pela filósofa e feminista Gabriella Bonacchi (1998), nos seguintes termos: "Mas a crítica feminista desmascarou esse universalismo aparente mostrou o caráter particular desse sujeito que se pretendia universal: o ponto de vista oculto por trás do ser abstrato da metafísica é, na realidade, o ponto de vista extremamente concreto do homem ocidental adulto, branco e proprietário".

A pluralidade de sujeitos políticos instituída pela ação dos movimentos sociais contemporâneos revela que a construção da igualdade passa, justamente, pela desestruturação da ordem social que hierarquiza as diferenças, transformando-as em desigualdades. Daí que considero que a relação igualdade/diferença deve ser entendida não em termos antagônicos mas como um dilema a ser enfrentado como parte do processo dialético da transformação social.

Neste sentido, é interessante o que fala Joan Scott (1999): "não tem sentido para o movimento feminista deixar que seus argumentos sejam forçados dentro de categorias pré-existentes e que suas disputas políticas sejam caracterizadas por uma dicotomia que não inventamos. Como fazer para reconhecer e utilizar noções da diferença sexual e, ao mesmo tempo, ter argumentos a favor da igualdade? A única resposta é dupla: é preciso desmascarar a relação de poder construída ao colocar a igualdade como a antítese da diferença, e é preciso rejeitar as conseqüentes construções dicotômicas nas decisões políticas".

O feminismo realizou uma conquista fundamental na transformação das relações de gênero ao instituir as mulheres como sujeito político do processo de transformação social, e essa é, com certeza, sua grande contribuição histórica para o movimento das mulheres no geral. A construção desse sujeito produziu uma ruptura com a heteronomia do que se denomina condição feminina, trazendo para as mulheres a possibilidade de romper com a situação de vítimas ou de protegidas e com a fixidade de uma identidade imposta por essa condição.

A partir dessa ruptura, abrem-se as possibilidades de as mulheres se transformarem em cidadãs, que significa ter existência própria dotada de autonomia e direitos. Penso que, dessa forma, se viabiliza o que Arendt (1988) definiu como o direito a ter direitos, uma vez que a conquista desse direito exige um sujeito que anuncie seu projeto e que tenha ação na esfera política, participando, assim, do conflito, que deve ser inerente à democracia e instituindo, como parte desse conflito, a luta contra as desigualdades a que estão sujeitas.

Como parte dessa condição feminina, as mulheres foram, em primeiro lugar, privadas de ter acesso à esfera pública. E por outro lado, como analisa Arendt (1988), a esfera da vida privada foi sempre o lugar da privação e não o espaço da privacidade ou da intimidade. A restrição das

mulheres ao espaço doméstico da vida privada foi sustentada em uma relação que guardava os princípios da hierarquia entre senhor e serva. Nessa relação a opressão feminina foi introjetada pelas mulheres como atributo da sua identidade, uma vez que a sua existência ganhava sentido ao servir e depender do outro. Como regra geral, pertencer ao homem era a forma de existência social das mulheres. Como recompensa ganhavam a proteção de um senhor. Dessa maneira, as mulheres estavam isentas de responsabilidades sobre si próprias. O que caracteriza a minoridade de quem não pode ser sujeito.

Essa relação hierárquica, considerada natural, se manteve na modernidade. Nos paradigmas constitutivos da nova concepção de mundo, trazida pelo projeto iluminista da modernidade, as relações entre os sexos foram ainda definidas como parte da ordem natural das coisas. As mulheres foram nomeadas como parte da natureza no mesmo sentido que o eram na velha ordem que estava sendo desestruturada. Rousseau, que foi o grande pensador do contrato social moderno, considerava que por "natureza o homem pertence ao mundo exterior e a mulher ao interior – encaixando assim na dicotomia natureza-cultura a dicotomia interior-exterior – o que adquire especial relevância na sociedade burguesa capitalista" (Amorós, 1985).

Desde as revoluções do século XVIII, que as mulheres vêm lutando por direitos e igualdade, mas apesar das conquistas importantes do século XIX e XX, como o direito à educação e ao voto, o modelo de igualdade aspirado estava referenciado na igualdade masculina. A questão do sujeito não estava colocada.

É o feminismo que emerge nos anos sessenta que traz o questionamento radical da forma como as relações sociais estão estruturadas. As análises feministas, a partir daí, têm desconstruído a naturalização das relações hierárquicas entre os sexos e apontado caminhos e meios para sua superação. Segundo Bourdieu (1996), o feminismo rompeu com as evidências que sustentavam a naturalização das desigualdades entre os sexos.

É importante considerar essas questões para entender a importância dos grupos de reflexão, como um dos métodos da organização feminista, cuja dinâmica se baseia na socialização dos problemas da vida privada que as mulheres enfrentam. Esse método recriava e recria os liames que evidenciam a opressão e a exploração das mulheres como uma construção social. Nesta dinâmica a percepção da vida como um lugar de destino é desfeita.

A ruptura com a idéia de destino colocou, imediatamente, para o feminismo o problema da autonomia como o requisito primordial para o exercício da liberdade. A reconstrução histórica da vida privada, lugar no qual estavam situadas as mulheres, foi de fato um caminho fundamental para construção de uma proposição de autonomia para elas enquanto um projeto coletivo de libertação.

Os homens tinham história, as mulheres tinham destino. Esse destino heterônimo era ditado pelas normas patriarcais, cuja instituição fundamental para aplicação e controle das mesmas foi a família nuclear moderna. A família tornou-se, portanto, um ponto de conflito estratégico para o feminismo.

Na reconstrução da história da vida privada, através das práticas feministas de autoconsciência, o questionamento da vida familiar foi vivido subjetivamente como uma contradição, onde o desvelamento dos resquícios da servidão na experiência pessoal significava uma experiência tanto dolorosa quanto libertadora. Esse método revela que o ritual da construção da autonomia passa também pela experiência da perda. É conhecer que a fraqueza, como atributo imposto pelo outro, pode ser usada também como artimanha ou estratégia para se safar, e não para se libertar do domínio do outro.

Neste sentido, é importante trazer a pergunta que, segundo Chauí, foi feita por Spinoza e Merleau-Ponty, que é: "sem uma reflexão (teórica ou prática) sobre as necessidades que determinam nossa vida, sem a compreensão de sua origem e de seu sentido, seria possível a autonomia?" Essa pergunta parece-me fundamental para dar significado ao método da prática política feminista e por ser a questão da autonomia central na construção do sujeito. Segundo essa autora, Spinoza, ao respondê-la concluiu que "a servidão decorre muito mais de atribuirmos apenas aos outros o que somos e fazemos, em lugar de o atribuirmos à nossa fraqueza, ou melhor, é por fraqueza que depositamos fora de nós apenas, e não em nós também, as causas de nossa servidão". (Chauí, 1985)

Para o feminismo, portanto, a construção da esfera da vida privada como lugar de liberdade e igualdade e o acesso das mulheres à esfera pública é uma questão dialética e indissociável para o projeto de construção de cidadania e democracia.

Se a chegada das mulheres na esfera pública reestrutura e amplia o projeto democrático, o envolvimento dos homens nas tarefas e na transformação da vida privada é igualmente necessário. A igualdade, enquanto um ideal de convivência humana, só pode ser buscada se as influências igualadoras se estenderem a todas as instâncias da vida social. (Giddens, 1992)

Seguindo as idéias de Giddens (1992) e concordando com ele, a intimidade só pode existir dentro de um projeto de democracia da vida privada. No que concerne à ação do feminismo, considero que esse projeto está ligado à história de uma revolta que provocou uma ruptura profunda no sentido do próprio eu das mulheres e de seu entendimento do mundo. Essa ruptura trazida pelo feminismo tem produzido a possibilidade de as mulheres construírem a liberdade para ter acesso à esfera pública como lugar de realização enquanto sujeito, como também de construir a democratização nos espaços da vida privada, o que significa a possibilidade de construir de fato os espaços da intimidade.

Um ponto importante de se resgatar, a partir da prática política feminista, é justamente a relação entre vida cotidiana e democracia. A radicalização do projeto democrático exige que a vida cotidiana seja tomada como uma questão fundamental da sua agenda política e da reflexão teórica de quem pensa a transformação social. A partir daí, a dicotomia entre esfera pública e esfera privada e a hierarquização da relação entre produção e reprodução podem ser questionadas e repensadas. É bom lembrar que a organização do tempo social é feita a partir dessa dicotomia e dessa hierarquização, as quais são baseadas na desigualdade de gênero, e são fundamentais para reprodução e acumulação do capital.

Segundo Francisco de Oliveira: "É preciso enfatizar a notável contribuição que o movimento feminista, em suas formas próprias e variadas, deu e continua a dar à própria democratização da sociedade na tomada de consciência do Estado sobre seus deveres. É uma democratização que se dá ao nível do cotidiano e que, portanto, tem tudo para ser de uma radicalidade, numa sociedade tão desigual, que os mais otimistas não são capazes de suspeitar" (Oliveira, 1995).

Por outro lado, o fato de uma parcela das mulheres ter alcançado a esfera pública, e de ser

esta uma possibilidade incontestável hoje, não significa que o modelo dicotômico homem/esfera pública, mulher/espaço privado esteja totalmente desfeito, que as regras práticas da subordinação estejam de fato modificadas e que os signos da cultura que sustentam essa divisão tenham sido abandonados na formação do senso comum. As mulheres no mercado de trabalho e na política arcam com os custos dessa liberdade, o que a torna restrita no desenrolar da vida cotidiana. Além disso, a violência sexual e doméstica continua a vigorar como atributo da relação familiar, o que transforma a intimidade em um lugar, ainda, de vulnerabilidade para grande parte das mulheres.

Da organização original (lembrando que tomo os anos 60 como marco do feminismo contemporâneo), que tinha como objetivo o confronto com a "velha ordem social" sem mediações ou metas, o movimento feminista tem hoje uma responsabilidade historicamente adquirida de construir uma nova cidadania na qual as mulheres participem integralmente. Isto implica, inclusive, em reconsiderar os significados dos próprios conceitos de cidadania e democracia.

A filósofa Françoise Collin (1992) assinala que "de uma maneira geral, o acesso dos/as recém chegados/as à cidadania implicará sempre na redefinição da cidadania, ela mesma, e do espaço político-social". Segundo ela, uma entidade já constituída não pode pretender assimilar pura e simplesmente as/os recém-chegadas/os, sem se deixar questionar por elas e por eles, sob pena de ser ameaçada de desintegração. Concluindo, dessa forma, que o partilhamento não é, jamais, puramente adicional.

No Brasil, o movimento feminista que se organizou ainda sob o regime militar, está, desde a sua origem, envolvido no processo de democratização do país. Neste contexto, o movimento feminista situou-se, historicamente, no campo da esquerda. Isso significa que sua perspectiva de luta sempre foi a da transformação social.

Considero que o feminismo foi e continua sendo revolucionário no combate à ordem dominante e na reflexão crítica que leva ao desencantamento dessa ordem. Parece que ainda não houve o tempo e as condições necessárias para que, pelo menos no caso do Brasil, as feministas se situem frente aos novos desafios da democracia política, para daí pensar a relação entre a prática revolucionária de origem – antagonista e insurrecional – e a prática democrática da negociação dos conflitos na esfera pública. O desafio é manter a radicalidade e produzir reformas.

Acho que prática feminista pode aportar uma grande contribuição ao clássico debate sobre a relação entre reforma e revolução, pois desde a origem levou para essa discussão uma contribuição fundamental. Pois revolucionária e radical no pensamento crítico e na ação política, se diferenciou do que se convencionou chamar de método revolucionário pela recusa à forma hierárquica de organização e ao método de enfrentamento dos conflitos. Por outro lado, sempre apontou as insuficiências e desvios da democracia representativa e mostrou apreço à democracia direta. A questão do poder, que sempre foi negada enquanto aspiração ou como instrumento da prática política, está hoje sendo repensada, sem contudo aceitar os meios de lidar com poder que predominam no sistema político em vigor.

O ideal insurrecional sempre se manifestou no feminismo muito mais sob a forma de ruptura

cultural, negação dos padrões e normas vigentes na sociedade. No campo político, a autonomia e a horizontalidade, como elementos constitutivos da organização, foram valores fundantes e até hoje se mantêm como referências. O desafio atual é justamente reconceber esses valores dentro do processo de institucionalização do feminismo.

O movimento feminista também nunca apresentou proposições que signifiquem modelos totalizantes nem para a prática política nem para um tipo de sociedade a ser construída. As formas próprias de atuação do feminismo e a sua negação em aceitar os códigos de ordem política do sujeito masculino trouxeram, e muitas vezes ainda trazem, dificuldades para trabalhar em conexão com outros sujeitos e estabelecer processos de diálogo, já que a fala do sujeito feminista se constrói negando a lógica do discurso masculino.

O conceito de reforma em relação à prática feminista, é usado aqui por falta de outro que defina com mais clareza os caminhos que vêm sendo trilhados. Talvez seja necessário construir uma denominação própria do feminismo que conceitue esse modo de se situar no mundo, construído e vivido pelas mulheres enquanto sujeitos políticos que iniciam negando as instituições políticas vigentes, e, atualmente, mesmo preservando seus espaços próprios de organização e autonomia, se movimentam dentro ou em torno delas, sem, no entanto, deixar-se de fato absorver ou integrar-se enquanto sujeitos em seus sistemas de poder. Essa é uma questão importante, e o sentido dessa tensão entre inclusão e negação de pertencer precisa ser melhor compreendido.

Esse movimento parece se inserir na própria definição do sujeito que, como diz Touraine (1994), se constrói também pela recusa dos pertencimentos. Dessa forma, resgata e atualiza os ideais libertários de negação da ordem social. Ao mesmo tempo, através desse conflito, podem ser revelados o fechamento das instituições e a ordem que elas mantêm. No contexto da democracia brasileira, acredito que temos, nessa forma de atuação do movimento feminista, uma fonte importante de reflexão que certamente nos leva no sentido da democratização da esfera pública.

Bibliografia

Arendt, Hannah. *A Condição Humana.* Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1988.

Amorós, Célia. *Hacia una Crítica de la Razón Patriarcal.* Barcelona, Anthropos Editorial del Hombre, 1985.

Ávila, Maria Betânia. Modernidade e Cidadania Reprodutiva, in; *Estudos Feministas*, Vol. I, n.2, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.

Bonacchi, Gabriela. Entrevista, Caderno Mais, *Folha de São Paulo*, 23 de agosto, 1998.

Bourdieu, Pierre. Novas reflexões sobre a dominação masculina, in; *Gênero e Saúde*, Lopes J.M., Marta; Meyere., Dagmar e Waldow, Vera R.(org.). Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1996.

Chauí, Marilena. Participando do Debate sobre Mulher e Violência, in: Perspectivas Antropológicas da Mulher, no. 4, Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

Collin, Françoise. La démocratie est-elle démocratique? In:, *La Societés des Femmes.* Les cahiers du Grif, Bruxelas, Editions Complexe, 1992.

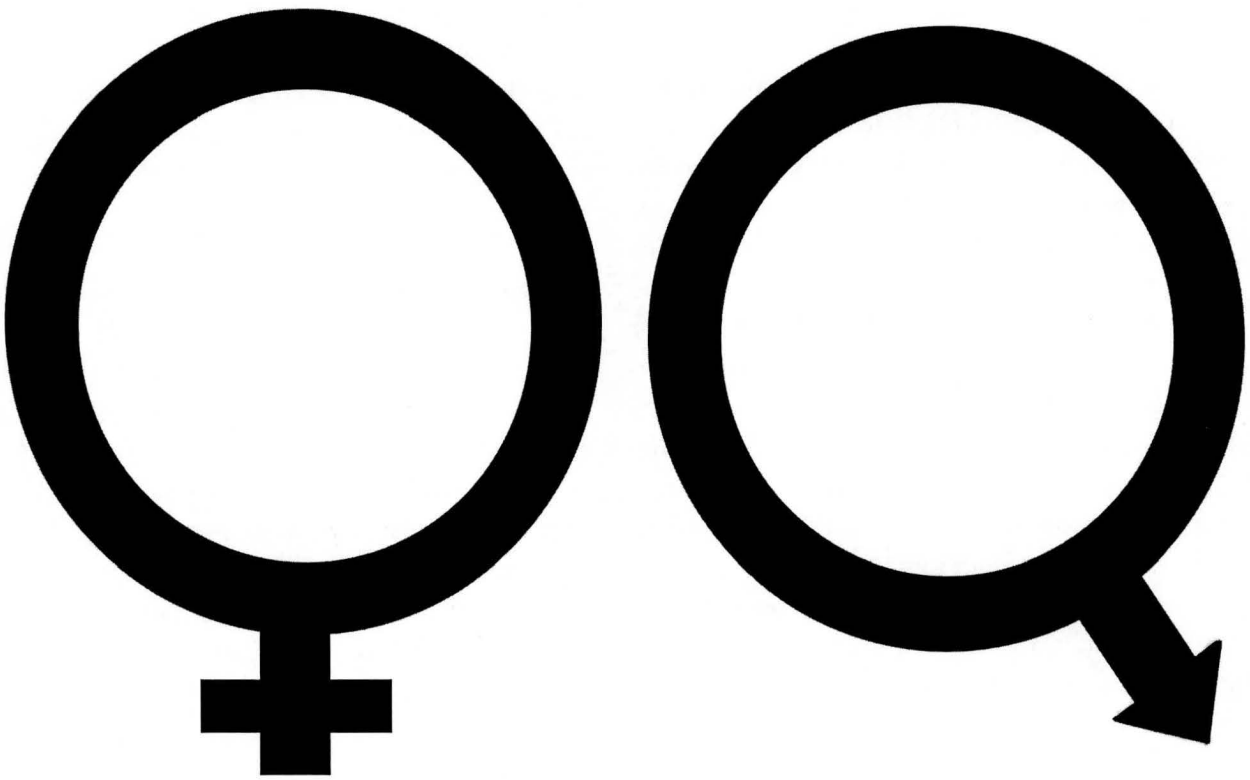
Giddens, Anthony. *A transformação da Intimidade.* São Paulo, Ed. UNESP, 1992.

Jellin, Elizabeth. Como Construir ciudadanía? Una visión desde abajo, *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, 55, 1993.

Martins, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. In: *Tempo Social*, volume 10, n. 11, São Paulo, USP, 1998.

Oliveira, Francisco. Vulnerabilidade Social e Carência de Direitos. In: *Cadernos ABONG*, 8, São Paulo, ABONG, 1995.

Scott, Joan. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. In: *Debate Feminista - Cidadania e Feminismo*, 1999.



Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma*

*Marta Lamas***

* Extraído do livro *El Siglo de las Mujeres*, Ana Maria Portugal e Carmem Torres (Ed.). ISTS Internacional, Ediciones de las Mujeres, Santiago, Chile, out. 99.

**Antropóloga mexicana com formação psicanalítica, integrante do Conselho do Programa Universitário de Estudos de Gênero da Universidade Autônoma do México.

Existem várias vertentes da influência feminista européia e norte-americana no feminismo latino-americano. Neste ensaio elegi, mais que as práticas organizativas ou as questões simbólicas, a difusão da categoria gênero[1] como a contribuição teórica mais significativa do feminismo contemporâneo em nossos países. Ainda que a utilização da categoria de gênero tenha se popularizado na América Latina, seu uso não é rigoroso, o que não só produz confusões como traz implicações políticas.

Compreender corretamente o que são *gênero* e *diferença sexual* continua sendo fundamental para desenvolver uma concepção realista dos seres humanos e indispensável para o avanço de uma política democrática radical. O objetivo deste texto é mostrar que no movimento feminista existe uma correspondência conceitual entre ambos os conceitos e advogar tanto por uma maior precisão teórica como pela incorporação de autores não feministas no debate. Neste sentido, estas páginas devem ser lidas como uma autocrítica e também como um convite a romper a circularidade do debate feminista.

A diferença entre sexo e *gênero*

Um grande êxito do feminismo foi ter conseguido modificar não somente a perspectiva política com que se abordava o conflito nas relações mulher-homem, mas também transformar o paradigma utilizado para explicá-lo. O novo conceito *gênero* permitiu a compreensão de que não é a anatomia que posiciona mulheres e homens em âmbitos e hierarquias distintos, e sim a simbolização que as sociedades fazem dela. O feminismo desenvolveu o conceito de *gênero* como o conjunto de idéias em uma cultura sobre o que é "próprio" dos homens e "próprio" das mulheres e, com isto, se propôs a revisar como a determinação de *gênero* assegura a dicotomia na qual se fundamenta a tradição intelectual ocidental. Esta tradição é, ademais, androcêntrica, o que envieza a produção de conhecimento e gera certos postulados que legitimam mecanismos de dominação e exclusão.

Coincidindo com as idéias pós-estruturalistas, mas produto de um amplo processo político, a reflexão crítica feminista voltou-se para questionar os princípios epistemológicos androcêntricos e sexistas que alimentam a história das idéias ocidentais. Posteriormente, as feministas utilizaram a desconstrução para fazer um novo tipo de investigação, com um esforço teórico dirigido a desarmar os códigos patriarcais herdados da ética e da política e questionar as estruturas simbólicas que possibilitam e regem as práticas e reflexões humanas.

Enquanto as academias e os teóricos investigavam e criticavam a suposta objetividade e universalidade do discurso científico, embasado na concepção de um sujeito teoricamente neutro, mas simbolicamente masculino – o Homem -, o movimento feminista incorporou em seu discurso político a perspectiva que tomava o *gênero* como razão explicativa da desigualdade. O movimento lutava para que se desse fim às discriminações e opressões específicas no trato sexual, político, trabalhista e social. Argumentava que tais desigualdades derivam não da biologia e sim da simbolização que se faz dela. Isto permitiu uma intervenção que rompia com o determinismo biológico e minava as noções tradicionais do que são as mulheres e os homens.

Sem aspirar a que se considerasse as mulheres como idênticas aos homens, reformulou-se quase que imperceptivelmente o ponto central de dissenso com duas perguntas que ainda hoje marcam as fronteiras do pensamento feminista: 1) se há uma igualdade essencial entre os sexos, qual é esta igualdade? 2) Se há uma diferença essencial, em que consiste tal diferença? A partir da denúncia básica do sexismo passou-se a colocar o dilema entre lutar pela igualdade com os homens ou reivindicar a diferença como mulheres. Como bem assinalou Joan Scott, este é um assunto sem solução. Na medida em que mulheres e homens são iguais enquanto seres humanos e diferentes

[1] Para uma introdução ao debate, remeto à minha compilação sobre *gênero* (Lamas, 1996)

quanto ao sexos, não se pode optar, exclusivamente e de uma vez por todas, pela igualdade ou pela diferença (Scott, 1992).

Para elaborar suas posições teóricas, as feministas norte-americanas recorreram à diferença de *gênero*, enquanto as européias, mais influenciadas pela psicanálise lacaniana, interessaram-se por analisar a *diferença sexual* em toda a sua complexidade[2]. Ao circunscrever a definição de *diferença sexual* ao anatômico, limitando-a a uma distinção substantiva entre os grupos de pessoas em função de seu sexo, ou seja, a um conceito taxionômico, análogo ao de classe social ou ao de raça, as norte-americanas eludiram questões-chaves sobre a constituição do sujeito. Ao não usar o conceito psicanalítico de *diferença sexual*, que ultrapassa os limites da mera interrogação sobre os papéis sociais, ignora-se o papel do inconsciente na formação da identidade sexual, e a instabilidade de tal identidade, imposta a um sujeito que é fundamentalmente bissexual. Isto marcou a forma pela qual a reflexão feminista distinguiu entre *sexo e gênero*, e afloraram crenças pouco refletidas, como a dicotomia cartesiana entre *mente e corpo*.

Ao imaginar a mente como uma página em branco sobre a qual a sociedade escreve um *script* com papéis diferenciados para mulheres e homens, pensou-se o corpo como mediador passivo destas prescrições. Armar suas propostas políticas sobre a conceituação de mente e corpo como tábulas rasas (Gatens, 1991) levou parte do feminismo a defender com perspectiva uma espécie de recondicionamento social: uma reeducação voluntarista e bem intencionada para transformar os códigos patriarcais arbitrários e opressivos e fomentar o aprendizado de condutas e atitudes "politicamente corretas"[3]. Esta atitude, movida por bons propósitos, questionada pelas psicanalistas feministas inglesas (Adams e Cowie, 1990), responde a uma divisão teórica no pensamento psicanalítico.

Ainda que a psicanálise ultrapasse as duas perspectivas – a biológica (o sexo) e a sociológica (o gênero) – com as quais se pretende explicar as diferenças entre homens e mulheres, pois coloca a existência de uma realidade psíquica muito distinta de uma essência biológica ou da marca implacável da socialização, é necessário que se precise de qual psicanálise se está falando. Na reflexão feminista manifestam-se claramente duas escolas psicanalíticas: a escola norte-americana, que trabalha com gênero e a teoria das relações de objeto, e a escola lacaniana, que usa o conceito de *diferença sexual*. O feminismo norte-americano, que teve mais influência na América Latina, desenvolveu uma psicanálise sociologizada que não incorpora o conceito lacaniano de realidade psíquica. Isto o leva

[2] Uma exigência para avançarmos teoricamente é a de colocarmo-nos de acordo sobre quais conceitos correspondem a que termos em certas disciplinas ou perspectivas teóricas. Por exemplo, *diferença sexual*, do ponto de vista da psicanálise, é uma categoria que implica no inconsciente. Do ponto de vista da sociologia, refere-se a diferenças anatômicas e a papéis de gênero. Do ponto de vista da biologia, refere-se a uma série de diferenças ocultas (hormonais, genéticas, entre outras), que podem corresponder a algo distinto da anatomia aparente.

[3] Um caso paradigmático desta postura é *O exercício da maternidade*, de Nancy Chodorow (1984), cuja popularidade na América Latina foi impressionante.

a pensar que o que está em jogo primordialmente são os fatores sociais e, portanto, o gênero, com seu diferente "potencial de relação" entre os sexos[4].

Esta corrente de psicanalistas norte-americanas considera que as pessoas são moldadas pela história da sua própria infância, pelas relações do passado e do presente dentro da família e fora dela. Para elas a *diferença sexual* se reduz as diferenças de sexo e os registros simbólico e imaginário não existem. Sua concepção do psíquico leva-as a considerar as relações sociais de um modo muito simplista, como se o princípio de igualdade fosse modificar o estatuto do psíquico. Ainda que uma alteração crucial das relações sociais seja urgente, para o que é necessário transformar o âmbito do social, é paradoxal tomar o social como o fator determinante do psíquico. A possibilidade de incidir politicamente se potencializa justamente quando se compreende a diferença entre o âmbito psíquico e o social.

Por outro lado, as psicanalistas lacanianas inglesas foram as que insistiram na necessidade de utilizar a teoria psicanalítica para abordar o tema da *diferença sexual*. O grupo feminista reunido em torno da revista *m/f* [5] se propôs a esquadrinhar as colocações feministas socialistas e demonstrar como o discurso dá forma à ação e torna possíveis certas estratégias. Este grupo desenvolveu um projeto desconstrutivista, no sentido mais amplo do termo, e negou uma especificidade fundante ao feminismo ao questionar a idéia de *Mulher*. Ainda que sua adesão à psicanálise tenha lhe valido acusações de elitismo e indiferença diante das urgências políticas, *m/f* difundiu as idéias psicanalíticas para a teoria feminista.

AS TEÓRICAS FEMINISTAS AMERICANAS, ... TRATARAM DE ENCONTRAR UMA PERSPECTIVA CAPAZ DE DAR CONTA DO PSÍQUICO E "ARTICULAR-SE" COM RELATOS SOCIAIS E HISTÓRICOS SOBRE AS MULHERES

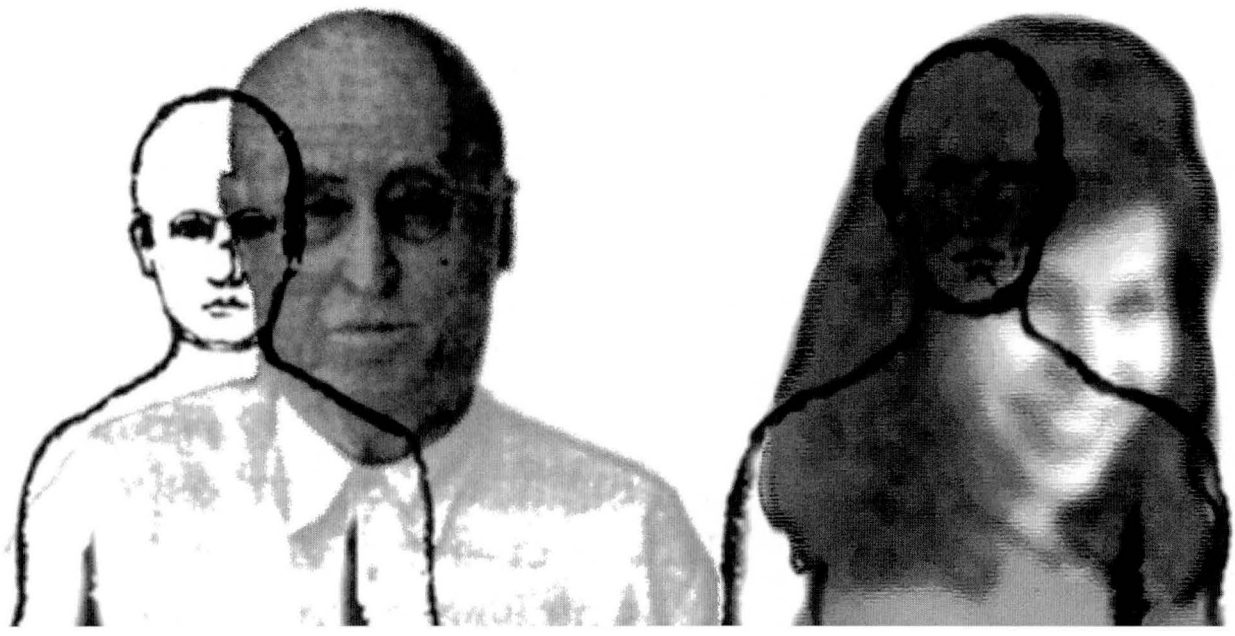
GÊNERO É UM PROCESSO QUE ARTICULA SEXO, DESEJO E PRÁTICA SEXUAL, NO QUAL O CORPO É MOLDADO PELA CULTURA ATRAVÉS DO DISCURSO

Por sua vez, as teóricas feministas americanas, ao reconhecerem a importância da explicação psicológica, trataram de encontrar uma perspectiva capaz de dar conta do psíquico e "articular-se" com relatos sociais e históricos sobre as mulheres. Para tanto, muniram-se com outras categorias, como as de classe, raça e etnicidade. Por isso, substituíram a categoria psicanalítica de *diferença sexual* por *gênero*, pois tal categoria cumpria este objetivo e lhes parecia menos complexa do que aquela. O Gênero foi conceptualizado como uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres, e com isso se eludiu o papel do inconsciente no sistema total de valores que inclui a subjetividade e a sexualidade.

Neste contexto, não se deve estranhar o sucesso das postulações de Judith Butler sobre *gênero*, pois retoma questões psíquicas para colocar o *gênero* como um fazer que constitui a identidade sexual. Para Butler *gênero* é um processo que articula sexo, desejo e prática sexual, no qual o corpo é moldado pela cultura através

[4] Por exemplo, para Chodorow as diferenças entre masculinidade e feminilidade resultam do fato das mulheres desempenharem o papel de mães. Ela diz: "O fato das mulheres tornarem-se mães é o único fator de sua subordinação e o mais importante" (Chodorow, 1984).

[5] A revista *m/f* foi publicada na Inglaterra durante nove anos, de 1978 a 1986. Muitos de seus artigos mais importantes foram publicados posteriormente em livro (Adams e Cowy, 1990).



do discurso. Daí sua idéia da descontrução do *gênero* como um processo de subversão cultural.

Gênero como performance

No início dos anos 90, Judith Butler publica *Gender Trouble*, uma obra que integra perspectivas filosóficas e culturais em torno das reflexões sobre *gênero*, feminismo e identidade (Butler, 1990). Em ensaio anterior (Butler, 1987; 1996, em espanhol), ela já havia se perguntado até onde o *gênero* poderia ser uma escolha. Partindo da idéia de que as pessoas não são somente construídas socialmente, mas que, em certa medida, constróem a si próprias, Butler considera *gênero* como "o resultado de um processo mediante o qual recebemos significados culturais mas também os inovamos". Daí que para ela "escolher" nosso *gênero* significo u interpretar as normas de *gênero* recebidas de forma tal a reproduzi-las e reorganizá-las de maneira diferente. Desde este texto, Butler coloca a idéia provocadora de que o *gênero* é um projeto para renovar a história cultural em nossos próprios termos corpóreos. Como interpretar isso? Como encenação dos mitos culturais em nosso âmbito pessoal? Como possibilidade de construir nossas próprias versões de *gênero*?

O debate feminista sobre *gênero* foi sacudido com a proposta de Butler de conceituar *gênero* como performance. Ela argumenta que o *gênero* é algo que se faz, como um estilo corporal, apenas em pequena medida involuntário, já que está enraizado profundamente em *scripts* culturais prévios. Butler se interroga se a "naturalidade" se constitui através de atos culturais que produzem reações no corpo (ser feminina é um fato "natural" ou uma "performance" cultural?) e indaga quais são as categorias fundantes da identidade: o sexo, o *gênero*? O desejo? Para responder Butler se propõe a analisar uma série de "práticas paradoxais" que ocasionam a "re-significação subversiva" do *gênero* e sua "proliferação para além de um marco binário". Ela elabora um questionamento muito pertinente ao essencialismo com sua busca do "genuíno". Além disso, distingue o âmbito psíquico do social e assinala que não se deve conter a tarefa política na exploração das questões de identidade. Assim, abre uma via fecunda ao feminismo ao se perguntar sobre que nova forma de política emerge quando a identidade, enquanto terreno comum, já não restringe o discurso da política feminista?

Butler constrói seu discurso com conotações teatrais e performáticas e utiliza o jargão filosófico para avalizar sua proposta feminista de distinguir o comportamento de *gênero* do corpo biológico que o hospeda. Ainda que retome posições de Freud e Lacan, apoia-se mais em figuras críticas

da psicanálise, como Kristeva, Irigaray e Witting. Parte substantiva de sua argumentação tem ressonâncias de autores franceses como Mauss, Bourdieu, a quem não cita, ainda que compartilhe formulações conceituais similares.

Muito do êxito do trabalho de Butler se radica na desconstrução inteligente que ela leva a cabo e no fato de que se posiciona de forma nova frente a duas linhas de argumentação sobre as quais o feminismo construiu suas interpretações sobre o conflito sexo/*gênero*/identidade. Uma, a que pensa a *diferença sexual*, está relacionada com a experiência corporal e enfatiza que há algo específico das mulheres devido a seu ser sexual e de sua função maternal. Esta linha reproduz a concepção convencional da distinção corpo/mente no uso de sexo/*gênero*. A biologia se pensa como um dado material, sobre o qual se estabelece uma simbolização que se desdobra em prescrições sobre o "próprio" dos homens e o "próprio" das mulheres. Porém, a forma pela qual o dado biológico é simbolizado no inconsciente não é levada em consideração.

A outra linha, a das feministas influenciadas pela psicanálise lacaniana, considera que a determinação sexual está no inconsciente. Isto não elimina a possibilidade de criticar a definição patriarcal do "feminino" na ordem simbólica; ao contrário, muitas psicanalistas iniciaram uma busca para registrar esta "auteridade" ou "diferença" que não é o feminino tal como é dito na cultura "masculina". Esta corrente defende que a *diferença sexual* se funda não apenas em anatomias distintas mas em subjetividades vinculadas a um processo imaginário: o sexo se assume no inconsciente, independente da anatomia.

Outras reflexões feministas, que tratam do que significaria a eliminação do marco binário com que se pensa *gênero*, não chegam a ter o impacto cultural de Butler, imediatamente convertida em um totem intelectual. Se *Gender Trouble* lhe trouxe uma gama de admiradoras, também causou-lhe muitas críticas porque sua definição de *gênero* fundamentalmente como performance (como uma atuação cuja condição coercitiva e fictícia presta-se a um ato subversivo) deixa de lado o corpo. Por isso, em seu livro seguinte, *Bodies that Matter*, ela responde a estas críticas colocando que, ainda que trabalhar com *gênero* seja uma estratégia para resistir ao essencialismo, "os corpos contam" (Butler, 1993).

Butler representa uma ruptura no discurso feminista sobre *gênero*, que, durante os últimos anos, havia se concentrado na denúncia ou na discussão sobre as conseqüências do *gênero*, dando forma a um *corpus* de teorizações e postulados parciais preocupados quase que exclusivamente com o processo de socialização. Porém, ainda que Butler rompa com a linha de privilegiar o social sem visualizar o psíquico – daí seu êxito -, não logra transmitir a complexidade da aquisição de *gênero* pelos corpos sexuados em uma cultura.

Se uma boa compreensão do *gênero* coloca a necessidade de analisar nosso tecido intercultural – em que se encontram inseridos costumes e tradições sexistas, homófobas e machistas (além de racistas e classistas) -, é preciso completar tal compreensão com uma concepção não essencialista do ser humano, onde o inconsciente desempenhe um papel determinante. Na psique humana condensam-se tanto as circunstâncias e condições de vida enfrentadas pelos seres humanos como as fantasias, angústias e medos individuais.

Perguntar-se como se inscreveram, foram representadas e normatizadas a feminilidade e a masculinidade implica realizar uma análise das práticas simbólicas e dos mecanismos culturais que reproduzem o poder a partir do eixo da *diferença sexual*. Isto requer desentranhar significados e metáforas estereotipados, questionar o cânone e as ficções regulativas, criticar a tradição e as re-significações paródicas. Porém, a desconstrução dos processos sociais e culturais de *gênero* requerem também a compreensão das mediações psíquicas e o aprofundamento da análise sobre a construção do sujeito. Para tanto, não basta a concepção do *gênero* como *performance*, como atuação com certo grau de criação individual, mas é necessária a compreensão da interpretação lacaniana sobre a construção do sujeito.

ESTABELECIDOS COMO CONJUNTO OBJETIVO DE REFERÊNCIAS, OS CONCEITOS COTIDIANOS SOBRE O FEMININO E O MASCULINO ESTRUTURAM A PERCEPÇÃO E A ORGANIZAÇÃO CONCRETA E SIMBÓLICA DE TODA A VIDA SOCIAL

O feminismo anglo-saxão (americano e britânico) escreveu montanhas de páginas sobre *gênero*, porém apenas começa a colocar em dia sua reflexão sobre a *diferença sexual*. Diante da regulação dos corpos por meios políticos e legais, muito do atual discurso feminista tomou como ponta-de-lança de sua luta o respeito à diversidade (sobretudo em matéria de práticas sexuais). Porém, a maneira voluntarista com que se formulam muitas demandas e análises, como as relativas à preferência sexual, apaga a distinção biológica macho/fêmea e, pior ainda, ignora a complexidade que supõe a *diferença sexual*. Para explorar tais questões, quero retomar o trabalho de Pierre Bourdieu, cuja eficácia conceitual torna-se crucial para o feminismo.

Habitus, ou a subjetividade socializada

Bourdieu é, talvez, o cientista social que com mais cuidado analisou o processo de constituição e introjeção do *gênero*. Desde seus primeiros trabalhos etnográficos sobre os bereberês de Cabilia até suas reflexões posteriores, em particular na sua obra seminal *O sentido prático* (Bourdieu, 1991), defende que todo conhecimento descansa em uma operação fundamental de divisão: a oposição entre o feminino e o masculino. A maneira como as pessoas aprendem esta divisão é mediante as atividades cotidianas imbuídas de sentido simbólico, ou seja, mediante a prática. Estabelecidos como conjunto objetivo de referências, os conceitos cotidianos sobre o feminino e o masculino estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Bourdieu oferece, com seu estudo em Cabilia, exemplos de analogias do feminino/masculino: úmido e seco, frio e quente, claro e escuro, alto e baixo, esticado e encolhido, ruidoso e silencioso, etc.

Bourdieu retoma parte da obra de seu mestre, Mauss, que trabalhou o tema do corpo nos anos 30. Para Mauss "O corpo é o primeiro instrumento do homem e o mais natural, ou mais concretamente, sem falar de instrumentos, diremos que o objeto e meio técnico mais normal do homem é o seu corpo" (Mauss, 1971 : 342). No seu ensaio de 1936, *Técnicas e movimentos corporais*, Mauss coloca que: "A educação fundamental destas técnicas consiste em adaptar o corpo a seus usos" (Mauss, 1971 : 355). Ele analisa a divisão das técnicas corporais segundo os sexos, e não simplesmente a divisão do trabalho entre os sexos, e afirma: "Nos encontramos ante a montagem físico-psico-sociológico de uma série de atos, atos que são mais ou menos habituais e mais ou menos velhos na vida do homem e na história da sociedade" (Mauss, 1971 : 354).

"O CORPO É O PRIMEIRO INSTRUMENTO DO HOMEM E O MAIS NATURAL, OU MAIS CONCRETAMENTE, SEM FALAR DE INSTRUMENTOS, DIREMOS QUE O OBJETO E MEIO TÉCNICO MAIS NORMAL DO HOMEM É O SEU CORPO"

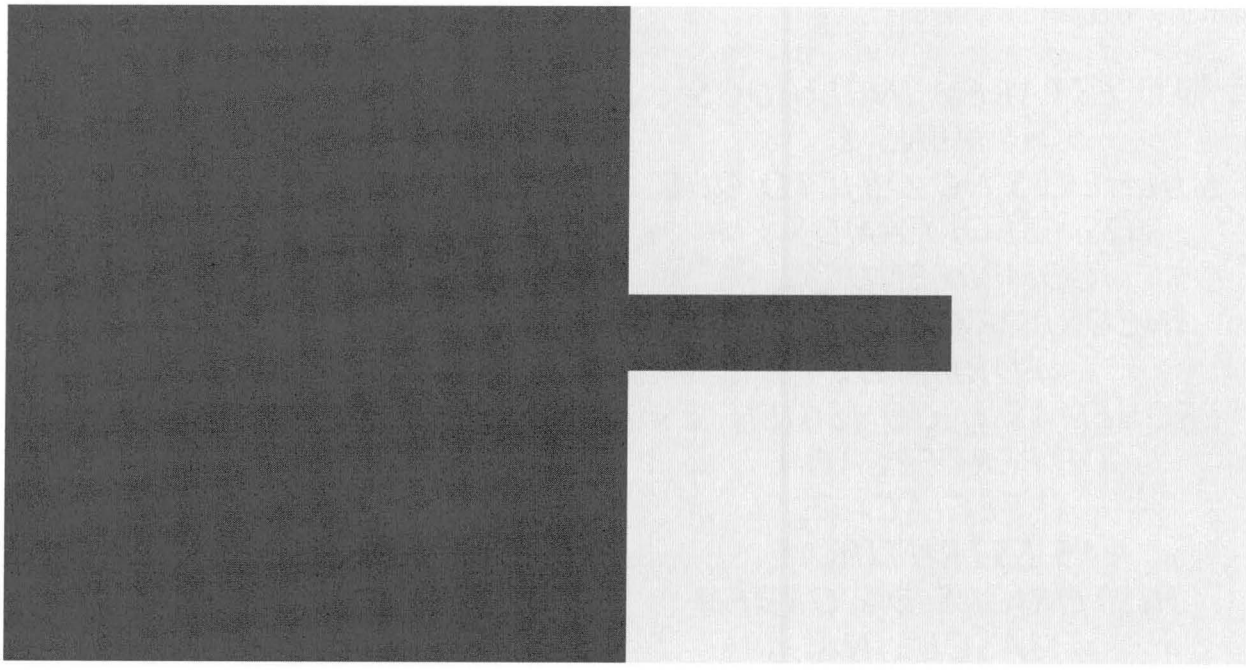
Também neste texto propõe a utilização do termo *habitus* e explica que:

> *Utilizo em latim, já que a palavra traduz muito melhor que "costume", o "exis", o "adquirido" e a "faculdade" de Aristóteles (que era um psicólogo). A palavra não remete aos hábitos metafísicos, essa misteriosa memória, tema de grandes volumes ou de curtas e famosas teses. Estes "habitus" variam não só com os indivíduos e suas limitações, mas sobretudo com as sociedades, a educação, as regras de urbanidade e a moda. Há que se falar de técnicas, com o conseqüente trabalho da razão prática coletiva e individual, ali onde normalmente se fala de alma e de suas faculdades de repetição (Mauss, 1971 : 340).*

Bourdieu continua o programa de investigação etnológica que Mauss legou. Com notável êxito, mostra como as diferenças sexuais estão imersas no conjunto de oposições que organiza todo o cosmo, a divisão de tarefas e atividades e os papéis sociais. Ele explica como, ao estarem construídas sobre a *diferença sexual*, estas oposições confluem para sustentar-se mutuamente, prática e metaforicamente, ao mesmo tempo que os "esquemas de pensamento" as registram como diferenças "naturais", pelas quais não se pode tomar consciência facilmente da relação de dominação que se encontra na base e que aparece como conseqüência de um sistema de relações independentes da relação de poder.

Ao longo de suas diversas obras, Bourdieu adverte que a ordem social masculina está tão profundamente arraigada que não requer justificação: se impõe a si mesma como auto-evidente e é considerada como "natural" graças ao acordo "quase perfeito e imediato" que obtém de estruturas sociais tais como a organização social do espaço e do tempo e a divisão social do trabalho, e, por outro lado, de estruturas cognitivas inscritas nos corpos e nas mentes. Estas estruturas cognitivas se traduzem, mediante o mecanismo básico e universal da oposição binária (em forma de pares: alto/baixo, grande/pequeno, fora/dentro, reto/torcido, etc.), em "esquemas não pensados de pensamento", os *habitus*. Estes *habitus* são produto da encarnação da relação de poder que leva a conceituar a relação dominante/dominado como natural.

Na sua obra mais recente sobre a dominação masculina (Bourdieu 1998), Bourdieu retoma a sua análise sobre Cabilia, sistematiza-a, e converte sua etnografia em um trabalho de sócio-análise do inconsciente androcêntrico mediterrâneo. Os bereberês representam para ele uma forma



paradigmática da visão "falonarcisista" e da cosmologia androcêntrica comuns a todas as sociedades mediterrâneas, pois sua visão e cosmologia sobrevivem nos dias de hoje em nossas estruturas cognitivas e nas estruturas sociais de todas as culturas européias.

Bourdieu documenta com insistência como a dominação masculina está ancorada em nossos inconscientes, nas estruturas simbólicas e nas instituições da sociedade. Por exemplo, mostra como o sistema mítico ritual, que joga um papel equivalente ao sistema jurídico em nossas sociedades, propõe princípios de divisão ajustados a divisões preexistentes que consagram uma ordem patriarcal.

Na sua perspectiva, a eficácia masculina se radica no fato de que legitima uma relação de dominação ao inscrevê-la no biológico, o que, em si mesmo, é uma construção social biologizada. De início, o autor referenda o conflito epistemológico já assinalado:

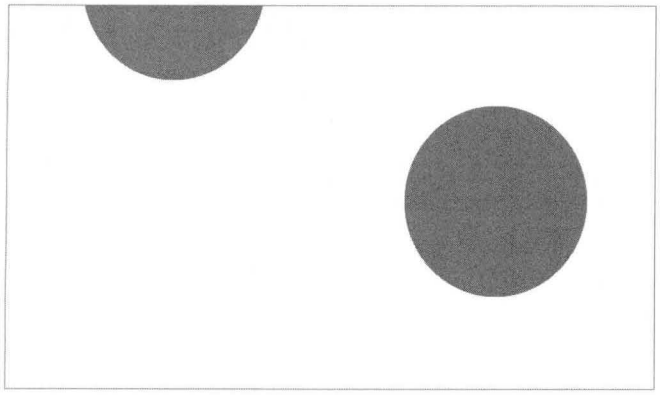
Ao estarem incluídos homens e mulheres no objeto que nos esforçamos em compreender, incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina; nos arriscamos, então, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a formas de pensamento que são, elas mesmas, produto da dominação (Bourdieu, 1998 : 11).

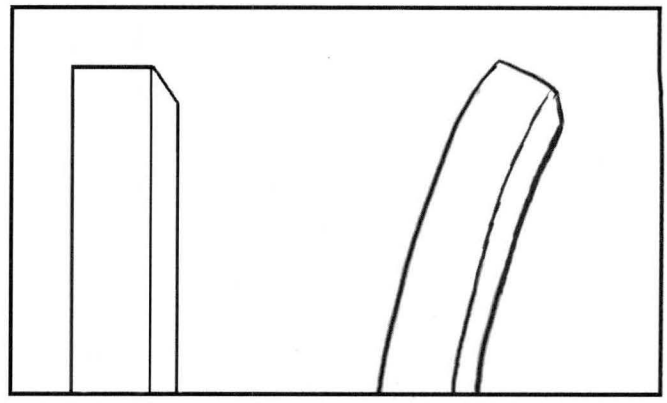
AO ESTAREM INCLUÍDOS HOMENS E MULHERES NO OBJETO QUE NOS ESFORÇAMOS EM COMPREENDER, INCORPORAMOS, SOB A FORMA DE ESQUEMAS INCONSCIENTES DE PERCEPÇÃO E APRECIAÇÃO, AS ESTRUTURAS HISTÓRICAS DA ORDEM MASCULINA

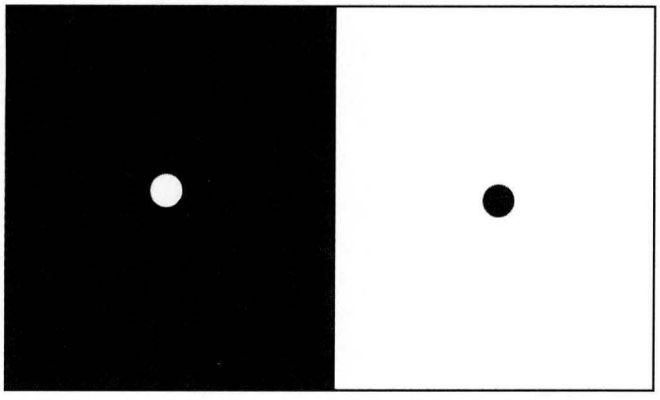
A CULTURA, A LINGUAGEM, A VIDA AFETIVA, INCULCAM NAS PESSOAS CERTAS NORMAS E VALORES PROFUNDAMENTE TÁCITOS, DADOS POR "NATURAIS"

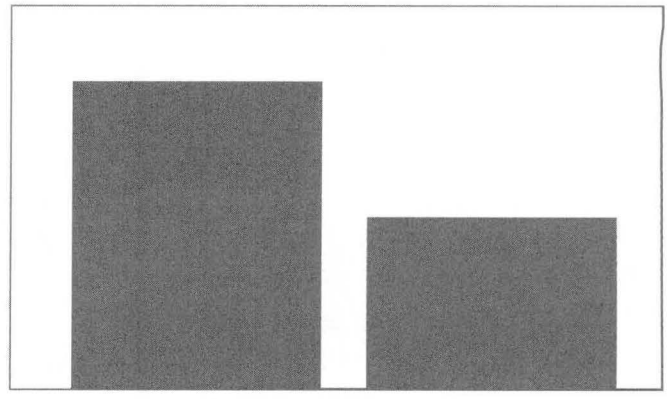
Bourdieu amplia a definição de Mauss e defende que os *habitus* são "sistemas *perduráveis e transferíveis* de esquemas de percepção, apreciação e ação, resultantes da instituição do social nos corpos" (Bourdieu, 1995 : 87). Bourdieu recorre ao conceito chave de *habitus*, como uma "subjetividade socializada" (Bourdieu, 1995 : 87), e, com ele, se refere ao conjunto de relações históricas "depositadas" nos corpos individuais em forma de esquemas mentais e corporais de percepção, apreciação e ação. A cultura, a linguagem, a vida afetiva, inculcam nas pessoas certas normas e valores profundamente tácitos, dados por "naturais". O *habitus* reproduz estas disposições estruturadas de maneira não consciente, regulando e harmonizando as ações. Assim, o *habitus* se converte em um mecanismo de retransmissão pelo qual as estruturas mentais das pessoas tomam forma ("se encarnam") na atividade da sociedade.

As conseqüências disto são brutais. Bourdieu destaca a violência simbólica como um mecanismo opressor sumamente eficaz precisamente pela introjeção que as pessoas fazem do *gênero*. Na sua definição de violência simbólica Bourdieu incorpora a definição de Gramsci de hegemonia, dominação com consentimento, e afirma que não se pode compreender a *violência simbólica* a menos que se abandone totalmente a oposição escolástica entre coerção e consentimento, imposição externa e impulso interno. Bourdieu rearticula culturalmente a idéia de hegemonia fazendo notar que a dominação de *gênero* consiste no que em francês se chama *contrainte par corps*, ou seja, constrangimento efetuado mediante o corpo.









Assim, com a leitura de Bourdieu, o corpo aparece como um ente/artefato simultaneamente físico e simbólico, produzido tanto natural como culturalmente e situado em um momento histórico concreto e em uma cultura determinada. O corpo experimenta, no sentido fenomenológico, distintas sensações, prazeres, dores, e a sociedade lhe impõe acordos e práticas psicolegais e coercitivas. Todo o social é vivenciado pelo corpo, corpo este que pensa e que sente.

Para Bourdieu, a socialização tende a efetuar uma somatização progressiva das relações de dominação de gênero. Este trabalho de inculcação, ao mesmo tempo sexualmente diferenciado e sexualmente diferenciador, impõe a "masculinidade" aos corpos dos machos humanos e a "feminilidade" aos corpos das fêmeas humanas. Assim, a somatização do arbítrio cultural também se torna uma construção permanente do inconsciente.

Segundo Bourdieu, na pessoa se dá um confronto entre o subjetivo e o objetivo que a dispõe a fazer "espontaneamente" o que lhe exigem suas condições sociais. O *habitus* tende a produzir nas pessoas aspirações e ações compatíveis com a prescrição cultural e com os requisitos objetivos de suas circunstâncias sociais.

Se comparamos a teorização de Butler com a de Bourdieu, podemos ver que ambos consideram que as diferenças essenciais entre mulheres e homens obedecem à imersão profunda nas especificidades culturais e históricas do *gênero*. A ordem social "naturaliza", quer dizer, oculta, sua própria arbitrariedade como "natural", mediante uma dialética de aspirações subjetivas e estruturas objetivas. Nas suas leituras interpretativas dos significados do discurso e do comportamento dos seres humanos, Bourdieu e Butler defendem a ação política como uma opção. Butler, por sua vez, sublinha a dimensão da transformação individual, enquanto Bourdieu fala de uma revolução simbólica que questione os próprios fundamentos da produção e reprodução do capital simbólico e assinala que a liberação das mulheres só poderá realizar-se mediante uma ação coletiva, uma luta simbólica capaz de desafiar, na prática, o acordo imediato das estruturas encarnadas e objetivas.

Gênero, sujeito e política

A construção social dos desejos, discursos e práticas em torno da diferença entre os sexos aponta, mais que a uma articulação da mente com o corpo, uma integralidade difícil de conceber. A psicanálise, que supera a concepção racionalista mente/corpo, propõe conceber a *diferença sexual* como corpo e inconsciente: um corpo pensante, um corpo que fala, que expressa o conflito psíquico, que reage de forma inesperada, irracional; um corpo que recebe e interpreta percepções olfativas, táteis, visuais e auditivas que tecem sutilmente vínculos entre sofrimento, angústia e prazer. Para a psicanálise é impossível fazer um corte claro entre a mente e o corpo, entre os elementos chamados sociais ou ambientais e os biológicos; ambos estão imbricados constitutivamente.

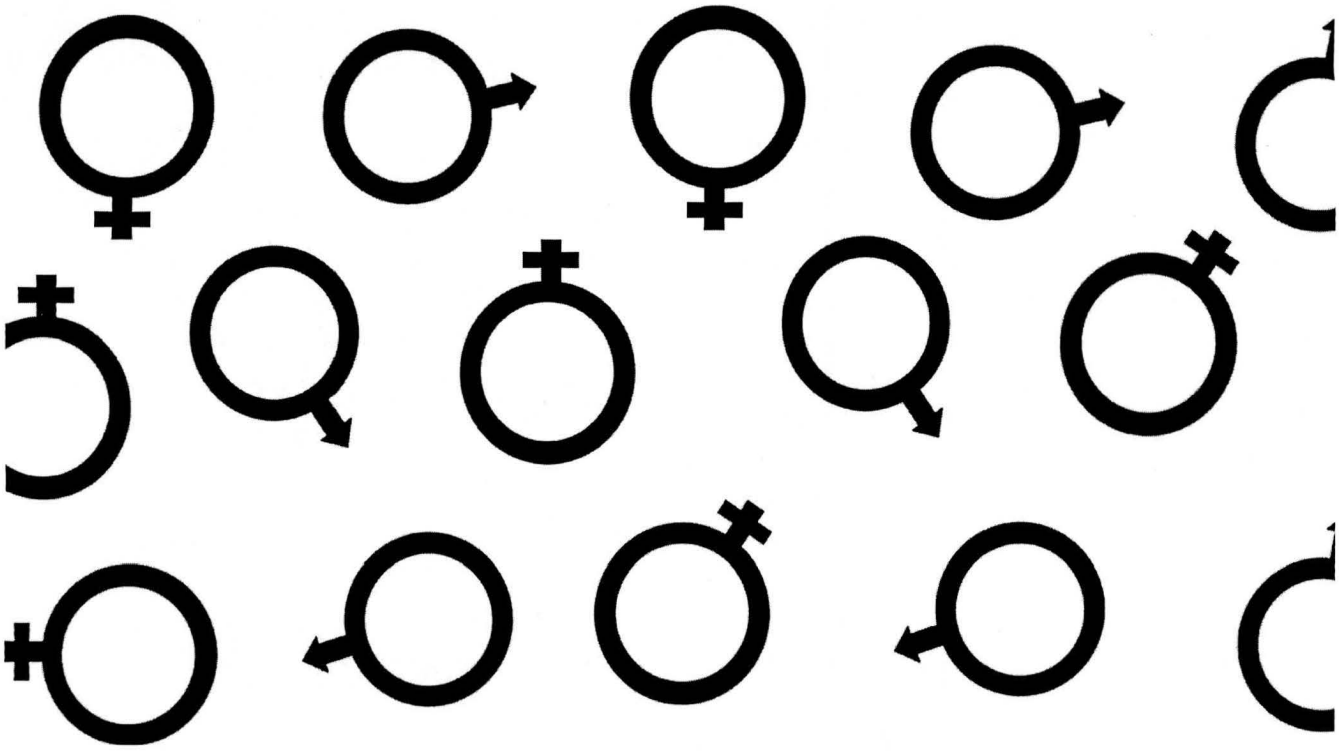
A perspectiva psicanalítica lacaniana serviu a muitas feministas para decifrar o intricado processo de resistência e assimilação do sujeito ante forças culturais e psíquicas. Neste processo, é notável como destacam os mecanismos com os quais as pessoas resistem às posições de sujeito impostas de fora, como o gênero. O amplo e complexo panorama de fantasias, desejos e identificações detectado pela clínica psicanalítica é um *corpus* que descreve a necessidade humana de ter uma identidade sexual, e também mostra que as formas que essa identidade toma jamais são fixas.

A PSICANÁLISE, QUE SUPERA A CONCEPÇÃO RACIONALISTA MENTE/CORPO, PROPÕE CONCEBER A DIFERENÇA SEXUAL COMO CORPO E INCONSCIENTE: UM CORPO PENSANTE, UM CORPO QUE FALA, QUE EXPRESSA O CONFLITO PSÍQUICO ...

FREUD DESCOBRIU QUE NEM TUDO QUE PERCEBEMOS ENTRA NA CONSCIÊNCIA, E SIM QUE BOA PARTE PERMANECE INCONSCIENTE

Todavia, hoje existem sérias dificuldades para integrar o saber psicanalítico nas concepções – teóricas e cotidianas – sobre as pessoas. Freud descobriu que nem tudo que percebemos entra na consciência, e sim que boa parte permanece inconsciente. Mas isto que percebemos inconscientemente atua e deixa sua marca. Ainda que a determinação somática da identidade de gênero que opera ao nível da mente não seja capaz de reconhecer os esquemas inconscientes que a constituem, isso não quer dizer que não tenham um efeito. Através dela, algumas experiências corporais, que não necessariamente têm uma significação cultural fixa, ganham relevância simbólica em relação à feminilidade e o ser mulher e em relação à masculinidade e o ser homem. A etnografia documenta divergências entre a experiência de gênero vivida em corpo de mulher ou em corpo de homem[6], e reconhece a distinção entre o que Bárbara Duden enuncia como o corpo percebido e o entorno perceptivo (Duden, 1992 : 471).

[6] Penso na menstruação e na ereção do pênis. Várias reflexões antropológicas perguntam-se até que ponto atributos considerados femininos, como a modéstia ou o pudor, têm a ver com a vivência da menstruação no sentido da impossibilidade de controlar um fluido corporal. Por isso, apesar de certos homens se sentirem mulheres e se comportarem com atributos "femininos", vivem a feminilidade mediada por seu corpo, ou seja, carecem da vivência de tudo que, simbolicamente, associa-se a questões como o sangue menstrual, o que estabelece uma diferença qualitativa em relação à vivência das mulheres. Algo semelhante se poderia dizer da metaforização da sexualidade masculina como força indomável a partir da ereção involuntária do pênis.



Analisar os traços ostensivos do gênero, seu surgimento e sua atividade como *performance*, *representação*, ou *habitus*, rotinizado e integrado, são formas similares de apontar algo básico: apesar dos corpos de mulher e de homem, não há essência feminina nem masculina. Ainda que o gênero esteja inscrito culturalmente e inculcado inconscientemente, ele é transformável, alterável e reformável, não pela vontade, mas sim histórica, cultural e psiquicamente. Esta maleabilidade permite atenuar algumas das prescrições de gênero vividas como opressivas por muitos. Por isso, hoje, o dilema político do feminismo deixa de pensar toda a experiência como marcada pelo gênero e passa a pensá-la também como marcada pela *diferença sexual*, entendida não como anatomia, mas como subjetividade inconsciente.

O que está em jogo, como sempre, é a concepção que se tem do sujeito. O sujeito é produzido pelas práticas e representações simbólicas dentro de formações sociais dadas. O imperativo sexual é retomado e simbolizado de maneiras diferentes em distintas culturas, mas não é, em si mesmo, uma convenção cultural. É crucial compreender que a *diferença sexual* não é uma invenção humana, não é cultura (como é o *gênero*), e, portanto, não pode ser situada no mesmo nível que os papéis e prescrições sociais. O *gênero* produz um imaginário com uma eficácia política contundente e dá lugar às concepções sociais e culturais sobre a masculinidade e a feminilidade que são a base do sexismo, da homofobia e da dupla moral sexual. Confundir *diferença sexual* com sexo ou com *gênero*, utilizar os termos indistintamente, oculta algo essencial: que o conflito do sujeito consigo mesmo não pode ser reduzido a nenhum arranjo social.

Uma aspiração feminista é avançar no conhecimento de nossa realidade e afinar o nosso fazer teórico para alcançar objetivos ético-políticos. Urge ter clareza conceitual para promover uma intervenção político-cultural capaz de fazer convergir processos de identificação social e política com processos de individuação subjetiva. O projeto desconstrutivista é sensível a respeito das formas pelas quais os *habitus*, assumidos sem questionamento, governam nossa vida. Ainda que nas sociedades mais desenvolvidas comecem a ser obtidas as condições propícias para eliminar a desigualdade sexista, é

indubitável que na América Latina mulheres e homens vivem existências marcadamente distintas só pelo fato de pertencer a um sexo. Nossas sociedades, muito mais que aquelas do Primeiro Mundo, estruturam mais rigidamente a vida social em torno da diferença anatômica e as mesmas condutas têm uma valorização distinta se forem realizadas por um corpo de homem ou um de mulher[7].

A adoção de posturas voluntaristas que busquem a rápida *desgenerização* da cultura não serve para enfrentar as resistências irracionais, nem para distanciar-se de *habitus* seculares produzidos por instituições de caráter patriarcal em culturas com inconsciente androcêntrico. Para enfrentar seriamente certas práticas, discursos e representações sociais que discriminam, oprimem ou vulnerabilizam as pessoas em função da simbolização cultural da *diferença sexual* é necessário revisar os lugares comuns e os mitos consagrados e tentar compreender o significado do simbólico. As conquistas dos direitos civis, políticos, sociais e humanos somada aos frutos positivos da ciência e da tecnologia favorecem o questionamento das crenças e prescrições de *gênero*.

O atual desafio político requer um trabalho constante de crítica cultural para transformar esses códigos culturais, que nutrem os estereótipos de *gênero* vigentes. Um elo que articula o social e o psíquico é o gênero. Aí encontram-se sexualidade e identidade, reprodução e liberdade. Por isso, a partir da compreensão desse elo psíquico/social, pode-se buscar a construção da *cidadania moderna*.

NA AMÉRICA LATINA MULHERES E HOMENS VIVEM EXISTÊNCIAS MARCADAMENTE DISTINTAS SÓ PELO FATO DE PERTENCER A UM SEXO

PARA ENFRENTAR SERIAMENTE CERTAS PRÁTICAS, DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS QUE DISCRIMINAM, OPRIMEM OU VULNERABILIZAM AS PESSOAS EM FUNÇÃO DA SIMBOLIZAÇÃO CULTURAL DA DIFERENÇA SEXUAL É NECESSÁRIO REVISAR OS LUGARES COMUNS E OS MITOS CONSAGRADOS

Talvez o mais relevante seja que com a compreensão do gênero surge uma nova leitura das relações sociais marcadas pela *diferença sexual*, relações que se dão entre mulheres e homens, mas também unicamente entre mulheres ou unicamente entre homens. Tentar esclarecer os processos psíquicos e culturais mediante os quais as pessoas se convertem em homens e mulheres dentro de um esquema que postula a complementaridade dos sexos e a normatividade da heterosexualidade conduz a uma nova definição de nossa compreensão da liberdade.

Por isso, colocar em dia a reflexão sobre as condições da liberdade das pessoas requer, na atualidade, levar em conta o *gênero* (o social/cultural), sem esquecer a existência da realidade psíquica (a maneira inconsciente de elaboração da *diferença sexual*). Para obter maiores margens de liberdade, devemos estar conscientes de quão

[7] Socialmente, são reconhecidos apenas dois corpos (os *intersexos* e os hermafroditas não estão simbolizados, ainda que algumas pessoas saibam de sua existência) e as manifestações de ambigüidade são tratadas com crueldade, a não ser em certos espaços ritualizados, carnavais, certas festas, etc.

pouco autônomas são nossas escolhas, quão arraigados estão os *habitus*, com quanta freqüência cedemos aos incentivos, às intimidações, às tentações e às pressões de nossa cultura e do nosso inconsciente. A possibilidade de uma mudança aparece diante da aceitação dos nossos limites e potencialidades – nossa mútua vulnerabilidade e incompletude – não para aspirar ao antigo modelo de complementaridade, mas sim para nos reconhecermos como seres humanos divididos e castrados, necessitados de solidariedade e de vida social.

Bibliografia

Adams, Parvim e Cowy, Elizabeth (org.). 1990. *The woman in question*. Londres: Verso.

Bourdieu, Pierre. 1998. *La domination masculine*. Paris: Seuil.

_____. 1991. *El sentido práctico*. Madri: Taurus.

Bourdieu, Pierre e Loic, J. D. Wacquant. 1995. *Por uma antropología reflexiva*. México: Grijalbo.

Butler, Judith. 1996. *Variaciones sobre sexo y género; Beauvoir, Wittig y Foucault*. Em Marta Lamas (org.).

_____. 1993. *Bodies that Matter*. Nova York: Routledge.

_____. 1990. Gender Trouble: *Feminism and the Subversion of Identity*. Routledge.

Chodorow, Nancy. 1984. *El ejercicio de la maternidad. Psicoanálisis y Sociología de la maternidad y paternidad en la crianza de los hijos*. Barcelona: Ed. Gedisa.

Duden, Bárbara. 1992. Repertorio de historia del cuerpo. Em Feher, Nadaff e Tazi ____.

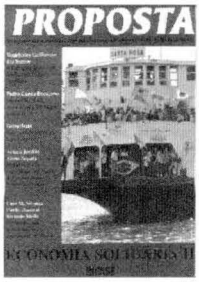
Feher, Michael; Nadaff, Ramona e Tazi, Nadia. 1990, 1991 e 1992. *Fragmentos para una historia del cuerpo humano*, 3 vol. Madri: Taurus Ediciones.

Gatens, Moira. 1991. A critique of sex gender distinction. Em Sneja, Gunew (org.). *A Reader in Feminist Knowledge*, pp. 139-157. Londres: Routledge.

Lamas, Marta (org.). 1996. *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*, pp. 303-326. México: Miguel Angel Porrúa e UNAN.

Mauss, Marcel. Conferência dada em 17 de maio de 1934 na Sociedade de Psicologia, publicada no *Journal de Psychologie* XXXII, números 3-4, 15 de março a 15 de abril, 1996.

Scott, Joan. 1992. Igualdad versus diferencia: los usos de la teoría postestructuralista. *Debate Feminista*, n. 5, pp. 85-104.



ASSINE PROPOSTA!!!
COMPLETE SUA COLEÇÃO!!!

Nº 75 Economia solidária II

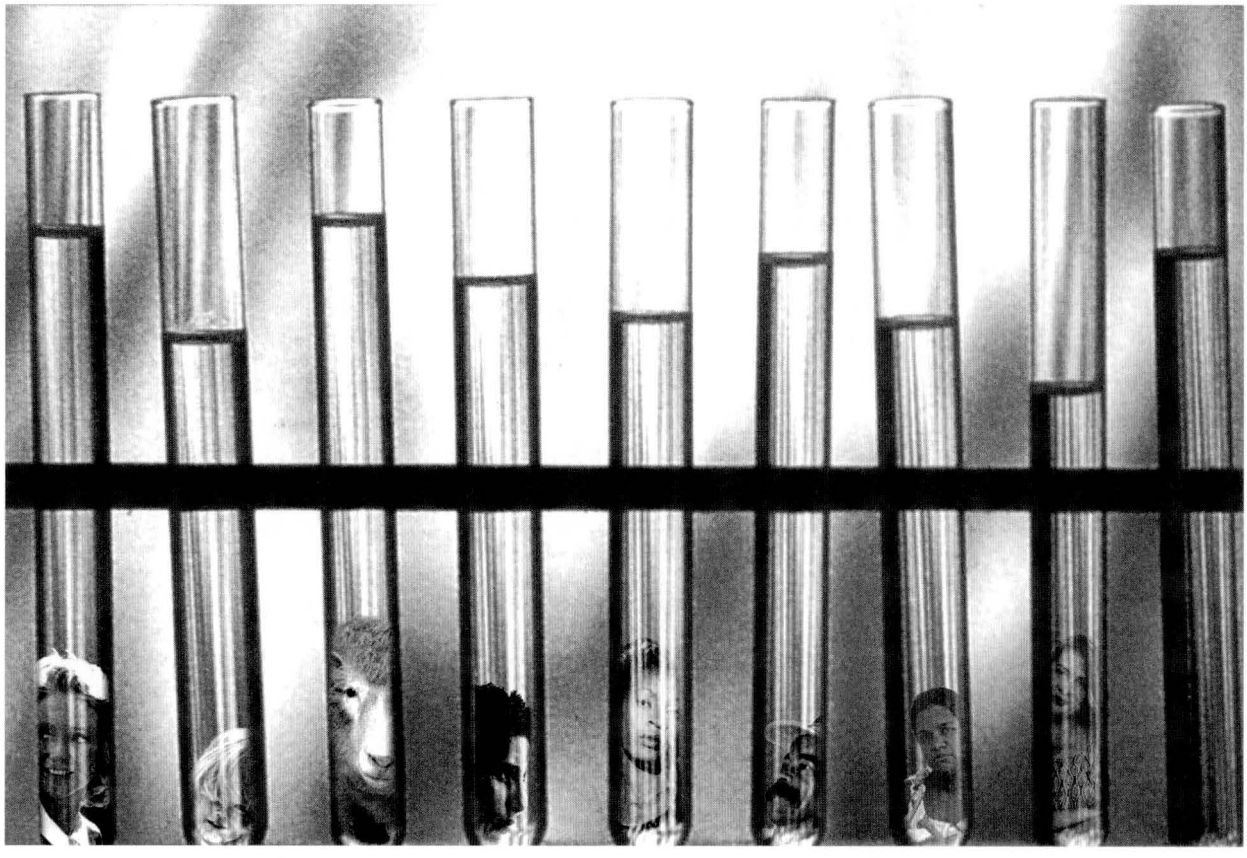
Nº 77 Desenvolvimento local integrado e sustentável

Nº 76 Raça e cultura

Nº 78 Desenvolvimento local integrado e sustentável II

Nossos genes nos pertencem! Bioética, feminismo e violência genética

Fátima Oliveira[1]



[1] Médica, Bolsista da Fundação MacArthur (projeto *Divulgação e Popularização da Bioética: direitos reprodutivos*).
Co-autora de: *Fundamentos da bioética* (Paulus, 1996); *Tecnologias Reprodutivas: gênero e ciência* (UNESP, 1996); *Ciência e Tecnologia em debate* (Moderna, 1998); e *Questões de Saúde Reprodutiva* (Ford/Fiocruz, 1999).
Autora de: *Engenharia genética: o sétimo dia da criação* (Moderna, 1995); *Bioética: uma face da cidadania* (Moderna, 1997) e *Oficinas Mulher Negra e Saúde* (Mazza, 1998).

A notícia de que o governo islandês vendeu as informações genéticas de toda a população do país (270 mil pessoas!), em fevereiro de 2.000, evidencia que a intimidade genética humana tornou-se uma mercadoria de propriedade governamental. Significa que podemos ter chegado ao fim da privacidade genética humana; que os governos não devem, mas podem expropriar seres humanos de seu patrimônio genético pessoal!

Nossos genes nos pertencem!

Há anos bioeticistas vêm proclamando que o carro-chefe da luta pelos direitos humanos no século XXI seria o lema: "Nossos genes nos pertencem". Pressentia-se que o desenvolvimento das biociências poderia ter como decorrência a apropriação privada do patrimônio genético humano, alegando benefícios aparentemente humanitários, como fabricação de remédios para doenças raras e incuráveis, tal como ocorreu na Islândia.

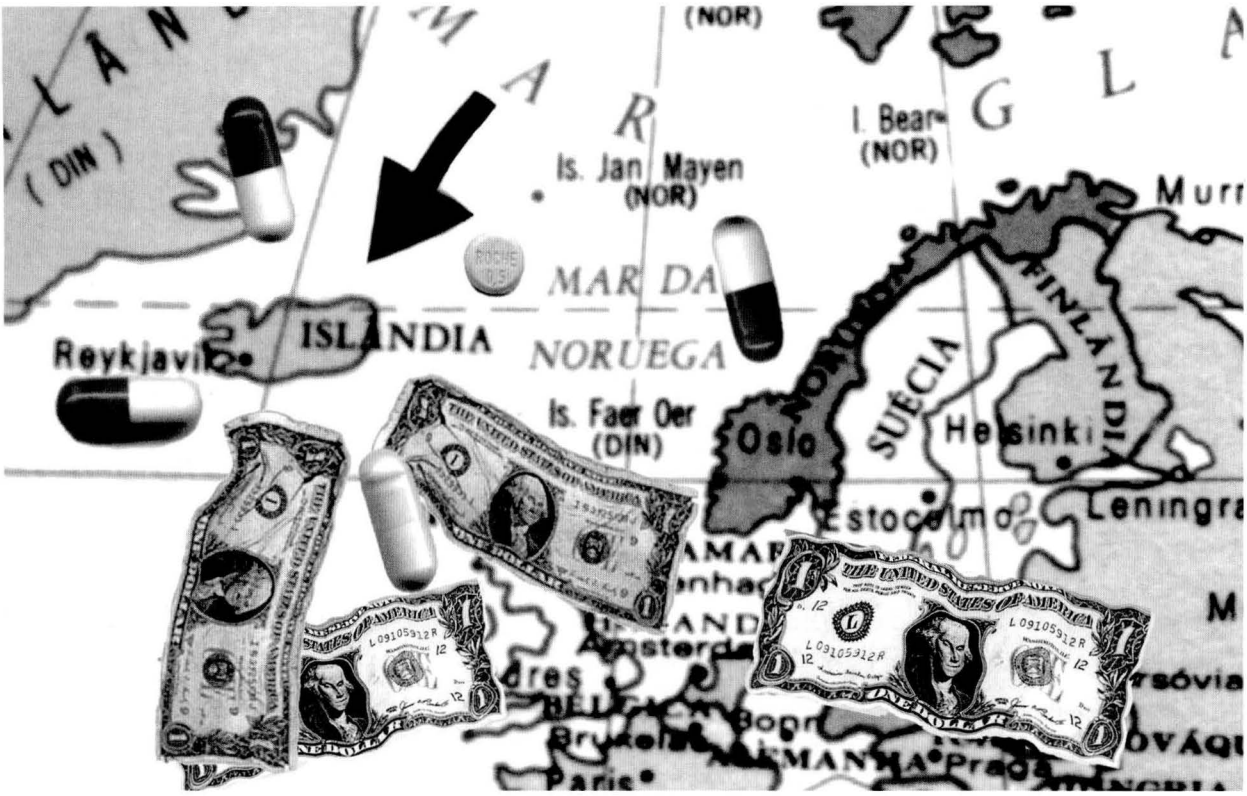
As tentativas de acesso à intimidade genética das pessoas, contra a sua vontade ou desconhecimento, e de tornar o DNA humano uma mercadoria, são várias. Também são inúmeras as denúncias de instituições e pesquisadores que, em nome do "progresso científico", desconsideram os mais elementares direitos das pessoas pesquisadas, como por exemplo, o direito de saber, de compreender, de dar ou não o consentimento e o de exigir, explicitamente, qual o destino que deseja para seus genes ou produtos deles derivados.

Desde 1993, acumulam-se denúncias de infrações éticas cometidas por algumas equipes do PDGH (Projeto da Diversidade do Genoma Humano), os chamados "caçadores de genes". São de domínio público uma série de atitudes antiéticas de cientistas do PDGH na coleta de DNA, sem consentimento, de populações indígenas. A ausência do consentimento livre e esclarecido, na assistência e na pesquisa em saúde, classifica qualquer procedimento como antiético, logo é uma prática condenável.

Em 1995, o governo dos EUA requereu o patenteamento dos genes de uma índia panamenha da tribo dos Guayami de cujas células foi extraído um remédio para doenças degenerativas e leucemia. O presidente do Congresso Geral Guayami, Isidro Costa, conseguiu, via GATT (Acordo Geral de Comércio e Tarifas), o repatriamento do material genético baseado na Convenção da Biodiversidade. No mesmo ano, o Instituto Nacional de Saúde (INH) obteve a patente número 5.397.696 de uma linhagem celular de indígenas de Papua Nova Guiné. A venda de DNA de indígenas brasileiros, os Karitiana e Suruí, de Rondônia, foi anunciada, em 1996, pela internet e em congressos científicos da área, pela empresa americana de genética Coriell Cell. Até hoje, não sabemos qual a atitude adotada pelo governo brasileiro, mas corria o boato que o DNA à venda era "sobra" de uma pesquisa de doutorado, que o doutorando e o Prof. Dr. orientador, ambos cidadãos brasileiros, decidiram não "desperdiçar"... Eis um fato que precisa ser apurado!

A comercialização de informações genéticas humanas não encontra respaldo ético, pois se em uma sociedade democrática cada pessoa não é dona de seus genes e não tem o direito de decidir sobre a sua intimidade genética, o que pode lhe restar de seu? O que concede a um governo ou parlamento o direito de comercializar as informações genéticas de alguém? E do conjunto da população? Como a pessoa ou a população poderão se defender de tamanha arbitrariedade? Após o ocorrido na Islândia, como ficam o respeito ao consentimento livre e esclarecido à confidencialidade dos dados e à competência para consentir? O governo islandês usurpou o direito e a competência para consentir de todo o povo, desrespeitando a Declaração Universal do Genoma Humano e dos Direitos Humanos.

No mundo da genética, o DNA da população islandesa é muito cobiçado com base na suposição de ser um DNA "pouco mestiço", posto que houve pouca imigração de mil anos para cá, época



da chegada dos vikings à Islândia. A DeCode, empresa norte-americana de biotecnologia, cujo dono é um islandês radicado nos EUA, comprou o direito de acesso ao DNA de toda a população do país. A negociata rendeu US$ 16 milhões ao governo e a promessa de que os islandeses receberão gratuitamente qualquer remédio obtido a partir dos dados da pesquisa dos registros médicos, árvores genealógicas e informações de testes genéticos de cada um dos 270 mil islandeses.

Tão tenebrosa transação não se concretizou sem luta. Houve resistência popular e as discussões no parlamento duraram um ano. Isto é, o povo islandês fez a sua parte: não se rendeu sem luta, ainda que tenha sido débil. Na medida em que a maioria das pessoas leigas não compreende o inteiro teor das questões pertinentes à genética, normalmente a mobilização em torno do assunto não é grande.

É inadmissível adotarmos uma conduta de expectador diante da expropriação de patrimônio genético humano! Cabe agora aos povos de todo o mundo repudiar a violência genética; apoiar a luta do povo islandês através da solidariedade à ONG Mannvernd (Associação de Proteção Humana), dirigida pelo professor de genética Einar Arnason, da Universidade de Reykjavic; e exigir que o governo desfaça o negócio e revogue a lei.

Perspectivas Feminista e Anti-racista para a Bioética

No Brasil, o projeto *Divulgação e Popularização da Bioética: direitos reprodutivos* " assumiu a tarefa de sensibilizar feministas e anti-racistas para a reflexão e a ação".[2] Esta decisão se deu por compreender que se trata de um campo teórico e político no qual os dois setores têm pouca presença e, também, por considerar que as resistências e dificuldades a essas abordagens – de gênero e racial/étnico – precisam ser tanto refletidas como superadas.

---

[2] O projeto *Divulgação e Popularização da Bioética: direitos reprodutivos* é desenvolvido por Fátima de Oliveira e, desde agosto de 1998, tem recebido o apoio da Fundação MacArthur. Mais informações sobre o Projeto, ver *box* neste artigo.

EM 1995, O GOVERNO DOS EUA REQUEREU O PATENTEAMENTO DOS GENES DE UMA ÍNDIA PANAMENHA DA TRIBO DOS GUAYAMI DE CUJAS CÉLULAS FOI EXTRAÍDO UM REMÉDIO PARA DOENÇAS DEGENERATIVAS E LEUCEMIA

Aqui, importa lembrar que a concepção de bioética que tem orientado este trabalho, há cerca de quase uma década, afirma a bioética como, literalmente, a ética da vida. Neste sentido, a bioética é, essencialmente, um humanismo de novo tipo. É um movimento social, que emergiu na década 1970, preocupado com a reflexão, a elaboração e a recomendação de normas para os comportamentos tidos como os "mais éticos", ou de maior aceitabilidade pelas sociedades contemporâneas, na área das biociências. Adquiriu *status* de disciplina nos anos 1980 e está em franca expansão e consolidação no final do século XX. No vasto temário da bioética merecem destaque os seguintes assuntos: Saúde e Direitos Reprodutivos (concepção, contracepção, esterilização, aborto, infertilidade e Novas Tecnologias Reprodutivas Conceptivas – NTRC), Saúde e Direitos Sexuais, Saúde Pública, Transplantes, Doentes Terminais, Eutanásia e Manipulações Genéticas.

A bioética é uma disciplina cujo campo semântico está delineado. É crescente a sua institucionalização. A singularidade da bioética é que ela resulta da contribuição de vários setores do saber (multidisciplinar), o que lhe permite uma atuação interdisciplinar e cria condições para um alcance transdisciplinar. É um espaço de luta que aglutina diferentes movimentos sociais e personalidades democráticas. A bioética diz respeito a outros questionamentos e temáticas, além da moralidade e da aplicação dos novos saberes. Se ocupa das "questões biológicas" em geral: da pesquisa básica à aplicada; da qualidade, da competência na prestação de serviços e da atitude de profissionais da área de saúde. A bioética pensa, fundamentalmente, em como atuar no presente; em delinear um projeto de futuro mais humanizado e na redistribuição dos cuidados com a saúde de forma universalizada e em condições de igualdade.

Mulheres na Bioética/Bioética e as Mulheres/Bioética Feminista

Atualmente temos uma presença expressiva de mulheres na bioética, inclusive no Brasil. É inegável que a maioria das mulheres que está na bioética não é feminista. Mas é fato também que há uma corrente feminista na bioética. Até mesmo podemos dizer que há uma bioética feminista, todavia isso se deve mais à presença e à formulação teórica de algumas poucas feministas que atuam, em caráter pessoal, na área do que uma decorrência de que há no movimento feminista algum encaminhamento a respeito. Na América Latina, com destaque para o Brasil, são raríssimas as mulheres que "fazem bioética" que têm ligação orgânica com o movimento feminista. Parece-me que o mesmo é aplicável, de uma forma generalizada, a muitos outros países, ou a quase todos.

A COMERCIALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES GENÉTICAS HUMANAS NÃO ENCONTRA RESPALDO ÉTICO, POIS SE EM UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA CADA PESSOA NÃO É DONA DE SEUS GENES E NÃO TEM O DIREITO DE DECIDIR SOBRE A SUA INTIMIDADE GENÉTICA, O QUE PODE LHE RESTAR DE SEU?

Nós, as feministas, que fazemos bioética não podemos dizer que estamos nos fóruns de bioética falando em nome do movimento feminista. Estamos lá apenas enquanto feministas e defendendo opiniões feministas. Assim como as feministas que não concordam sequer com a terminologia bioética não podem sair por aí dizendo que o movimento feminista é contra a bioética, ou até mesmo usar de diferentes artifícios (por exemplo, sair pela tangente do "generalismo ético") para impedir que se discuta bioética, com o nome de bioética, em determinados momentos e espaços, já que o movimento feminista em nenhum dos seus momentos mais coletivos debruçou-se sobre o assunto. A bioética se estabeleceu no mundo e o feminismo não pode se omitir de participar dela.

A principal decorrência da "pouca presença" feminista na bioética é a irrisória incorporação das questões pertinentes à opressão e à perspectiva de gênero na abordagem bioética, o que tem contribuído para que os bioeticistas tenham se referendado no mundo como as únicas pessoas habilitadas a dizer qual o melhor caminho, ou "o caminho menos pior" em decisões éticas, inclusive daquelas nas quais as mulheres são as principais interessadas: saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Em outras palavras, os homens, via bioética, vêm retomando o poder de decidir sobre os corpos e a vida das mulheres!

A bioética, cujas bases teóricas datam do início da década de 1970, começou a se implantar no Brasil no final dos anos 1980. Naquela época os homens eram maioria absoluta e a Igreja Católica, via padres camilianos, era hegemônica no campo. Houve uma "corrida" dos médicos para a bioética, ao mesmo tempo em que constatava-se a ausência da perspectiva de gênero e de uma abordagem antiracista, explícita, na bioética. Percebia-se também que os movimentos feminista e negro não

compreendiam a importância do novo campo e nem se faziam presentes nele. Desde então, a situação pouco mudou: os homens são, ainda, maioria absoluta na bioética, quantitativa e qualitativamente; são os que mais publicam na área, coordenam os cursos e dirigem as instituições de bioética. A Igreja Católica, mantém presença destacada na área. Embora a bioética se apresente com uma cara plural, a categoria médica é a predominante. Os fóruns de bioética ainda são feudos masculinos e brancos.

A subestimação da bioética pelo feminismo

A pouca presença da perspectiva de gênero na reflexão bioética é algo que se mantém. São poucas as mulheres bioeticistas. Há apenas uma instituição feminista de âmbito internacional dedicada ao assunto: *FAB – Feminist Approaches to Bioethics (Rede Internacional sobre Perspectivas Feministas para a Bioética* www.uncc.edu/fab). O movimento feminista continua distante do novo campo, em termos de considerar a importância estratégica dele, assim como não se faz presente, em especial para travar a luta de idéias. Embora tenhamos uma razoável publicação feminista na área, ela não aparece como "produção em bioética", apenas como "temas de saúde da mulher"!

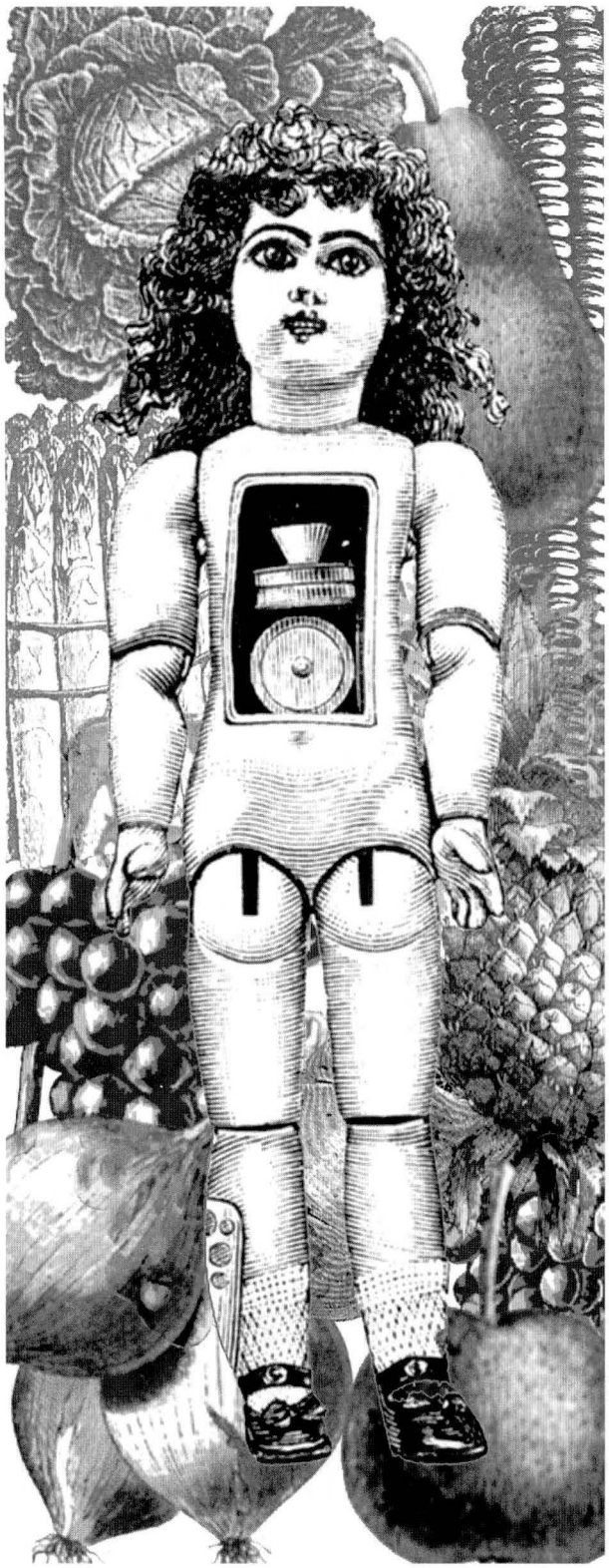
NO MUNDO DA GENÉTICA, O DNA DA POPULAÇÃO ISLANDESA É MUITO COBIÇADO COM BASE NA SUPOSIÇÃO DE SER UM DNA "POUCO MESTIÇO", POSTO QUE HOUVE POUCA IMIGRAÇÃO DE MIL ANOS PARA CÁ, ÉPOCA DA CHEGADA DOS VIKINGS À ISLÂNDIA

A BIOÉTICA PENSA, FUNDAMENTALMENTE, EM COMO ATUAR NO PRESENTE; EM DELINEAR UM PROJETO DE FUTURO MAIS HUMANIZADO E NA REDISTRIBUIÇÃO DOS CUIDADOS COM A SAÚDE DE FORMA UNIVERSALIZADA E EM CONDIÇÕES DE IGUALDADE

Mas quais os motivos pelos quais a bioética não tem "emplacado" no feminismo? Em primeiro lugar, todas temos mil e uma atividades, a luta feminista tem muitas exigências cotidianas, e todas "prá ontem". Porém vários outros fatores podem explicar as origens das dificuldades do feminismo para com a bioética, a começar pela subestimação que tivemos pelo campo – e em certa medida ainda temos. Um outro motivo, é a descrença na bioética, pois os ranços da ética patriarcal, aristotélica e hipocrática sobre a qual se alicerça são tão fortes e tão visíveis que só de pensar na imensidão da luta de idéias que temos pela frente é desanimador. Porém, é exatamente por todo o trabalho que urge ser feito que nós, as feministas, precisamos nos fazer presentes, pois a bioética, assim como outros campos epistemológicos, desenha seu corpo teórico, em grande medida, pelas perspectivas de quem dela participa.

A garantia dos direitos humanos na assistência e na pesquisa em saúde

Mas apesar de tantos defeitos de origem e de construção, o Movimento Bioético – grupos, núcleos, e instituições dedicados à reflexão/ação e/ou ensino da temática e pelas comissões de bioética – vem se firmando como a referência e o



espaço habilitado para o debate e as decisões éticas. E aqui não há porque tergiversar: ou comparecemos desde já, ou assumimos que depois teremos de "correr muito mais atrás do prejuízo".

A PRINCIPAL DECORRÊNCIA DA "POUCA PRESENÇA" FEMINISTA NA BIOÉTICA É A IRRISÓRIA INCORPORAÇÃO DAS QUESTÕES PERTINENTES À OPRESSÃO E À PERSPECTIVA DE GÊNERO NA ABORDAGEM BIOÉTICA

É ilustrativo relembrar que no chamado "O último grande debate do século", sobre os transgênicos, o feminismo, enquanto pensamento político, tem se omitido. Eis um problema, pois as discussões relativas à genética atualmente são, no essencial, pertinentes ao futuro da humanidade. No dia a dia de nossas vidas estamos deixando "passar batido" espaços como as Comissões ou Comitês de Ética Hospitalar, de Ética em Pesquisa e de Bioética que são instrumentos idealizados pelo movimento bioético para garantir os Direitos Humanos na área de saúde"[3].

O papel atual da condição de dona-de-casa – a condição de consumidora – informa que as mulheres podem decidir o futuro dos alimentos transgênicos, posto que são consumidoras decisivas na compra de alimentos, na aceitação ou não de tais produtos, a ponto de podermos inclusive afirmar que a luta pró ou contra os alimentos transgênicos será decidida pelas consumidoras, e que vencerá a disputa quem conseguir elaborar os argumentos mais convincentes para as mulheres[4].

---

[3] OLIVEIRA, Fátima. *Ignorar a bioética é um equívoco!* Presença da Mulher, Ano XIII, nº 34, agosto/setembro/outubro de 1999.

[4] OLIVEIRA, Fátima. *Transgênicos: re-criando a Natureza? O direito de saber e a liberdade de escolher.* No prelo.

RIB - *Rede de Informação sobre Bioética: bioética&teoria feminista e anti-racista.* Coordenação: Fátima Oliveira
http:culturabrasil.art.br/RIB

Está na internet, desde 16 de março de 1998, época em que foi a segunda *home page* de orientação feminista sobre bioética e, naquele tempo, a única que agregava à perspectiva feminista a abordagem anti-racista. A Rede de Informação sobre Bioética é uma "rede quase virtual". Trata-se de uma página na internet, criada e coordenada por Fátima Oliveira, cujas origens remontam a 1996 com os boletins, de duas páginas "tamanho ofício", da Rede de Informação sobre Bioética (RIB) – órgão de comunicação da pesquisa *Bioética&Teoria Feminista e Anti-racista: informações na grande imprensa/Direitos Reprodutivos e Genética Humana*, como parte do projeto patrocinado pela Fundação Carlos Chagas.

Os boletins, que estão na internet, do N.º 01 ao 07, incluindo o Especial de agosto de 1996, foram elaborados durante os primeiros oito meses da realização da pesquisa. Os demais foram elaborados após o término da pesquisa, objetivando apenas manter a RIB/ Bioética&Teoria feminista e anti-racista, uma maneira de responder às freqüentes solicitações de inúmeras pessoas que compreendiam que eu deveria manter acesa a chama de uma Rede de Informação sobre Bioética que incluísse a perspectiva feminista e a anti-racista. Então, o que temos na internet é parte de um projeto de divulgação e popularização da bioética. As pessoas participam sem necessidade de filiação. Fazendo o primeiro contato já entrou na "Rede", pois todos os contatos são respondidos e os endereços residenciais e eletrônicos são incluídos na "lista de endereços" da RIB e passam a receber todos os comunicados.

O projeto **Divulgação e Popularização da bioética: direitos reprodutivos** está na **RIB/bioética&teoria feminista e anti-racista** em espaço especial. É uma proposta de educação informal em bioética que tem o patrocínio do Fundo de Capacitação e Desenvolvimento de Projetos (FCDP) da *The Jonh D. And Catherine T. MacArthur Foundation*, com duração prevista de 2 anos (setembro de 1998 a setembro do ano 2000), cujo objetivo geral é "divulgar e popularizar a bioética, especificamente no campo dos direitos reprodutivos, junto ao movimento feminista, movimento negro e estudantes de enfermagem, medicina e psicologia de Belo Horizonte, através de oficinas, laboratórios, ciclos de estudos, seminários e da formação de uma *Rede de Informação sobre Bioética".*

Desde 3 de fevereiro de 2000 integra a *Rede de Informação sobre Bioética: bioética e teoria feminista&anti-racista* a *Lista Bioética Feminista*, que veicula notícias, opiniões e promove discussões em temas da luta feminista e/ou anti-racista que comportem decorrências bioéticas, presentes e futuras, cujas responsáveis são: Fátima Oliveira (médica) <fatimao@medicina.ufmg.br> e Mônica Bara Maia (bióloga) <baramaia@net.em.com.br>

Para assinar a Lista Bioética Feminista, acesse:
http://www.widesoft.com.br/cgi-bin/majordomo/subscribe/bioetica

A Lista Bioética faz parte do esforço de consolidação das idéias feministas na bioética. Embora "Bioética" seja uma lista aberta aos chamados temas gerais da bioética, ela foi idealizada como um espaço/instrumento de instigação/mobilização das mulheres e de todas as pessoas que compreendem que a bioética não pode mais prescindir de incorporar a perspectiva feminista e anti-racista em suas reflexões e ações, sob pena de perder a sua característica fundamental: a busca do "bom e do melhor" para o ser humano e para a humanidade.

Rede Dawn - Development Alternatives with Women for a New Era*

Claire Slatter**
*Peggy Antrobus****
Sonia Corrêa*****

* Alternativas de Desenvolvimento com as Mulheres para uma Nova Era

** Coordenadora Geral da Rede DAWN, Professora da School of Social & Economic Development da University of the South Pacific.

*** Fundadora da Rede DAWN, mestre em economia pela Unversidade de Massachussets, ex-diretora do Depto. da Mulher do Governo da Jamaica na década de 70, foi coordenadora do Programa de Mulher e Desenvolvimento da University of West Indians,

**** Coord. da área de pesquisa em Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos da Rede DAWN e coord. do Projeto Iniciativa Gênero DAWN-IBASE.

A experiência anterior até a Rede DAWN

Entre os que designaram o ano de 1975 como Ano Internacional da Mulher e adotaram a resolução que propôs a Década para a Mulher que se seguiu, poucos foram os que puderam imaginar o impacto que a liderança das mulheres teria em todos os níveis e em todos os tipos de instituições. O mérito mais importante da Década da ONU para as Mulheres (e todos os trabalhos em curso que ela estimulou e encorajou) foi ter aberto espaço para mulheres oriundas de diferentes grupos étnicos e raciais, diferentes países, classes e experiências ocupacionais para se encontrarem em bases permanentes e coerentes. Esses encontros capacitaram as mulheres a obter novos conhecimentos e aprender com as experiências umas das outras. Da mesma forma facilitaram a organização de projetos conjuntos e esforços de colaboração. Deram origem a redes temáticas nos âmbitos locais, regionais e global, as quais, por sua vez, promoveram pesquisas e análises que serviram para *empoderar* a militância das mulheres. Os encontros ajudaram as mulheres a desenvolver autoconfiança e capacidade de liderança. Criaram uma conexão entre pesquisadores e ativistas e, mais importante, validaram e estimularam o desenvolvimento de pesquisas entre ativistas e de ativismo entre pesquisadores. Forjaram e fortaleceram vínculos entre a atividade de organização nos âmbitos locais e global. Facilitaram o crescimento de um movimento global de mulheres da maior diversidade e descentralização, um movimento que expandiu sua agenda desde a estreita definição de "questões das mulheres" até abranger todo um espectro de preocupações com o bem-estar humano e se transformar num contingente fundamental defensor de um mundo mais humano.

O começo da DAWN: 1984 – 1990

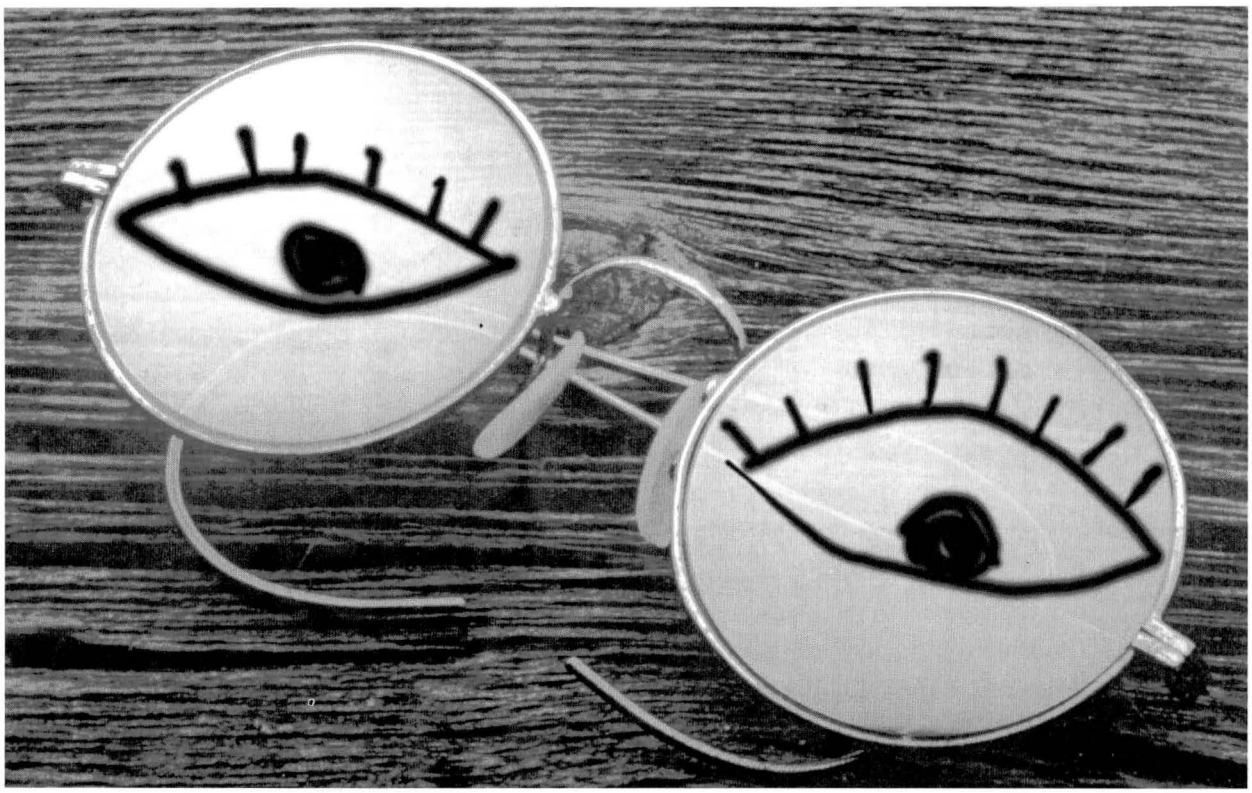
A rede DAWN foi uma das organizações cujo trabalho facilitou essa transformação e mobilização. A DAWN é uma rede de mulheres do Sul econômico, ativamente engajada na pesquisa feminista e na análise das questões globais relacionadas à justiça econômica, sustentabilidade ambiental, direito e saúde reprodutivos e reestruturação política. Tendo surgido no contexto da Terceira Conferência da ONU sobre as Mulheres, realizada em Nairobi[1], a DAWN representa a preocupação crescente das mulheres do, então, chamado Terceiro Mundo com os impactos na vida das mulheres pobres das crises interligadas da dívida, segurança alimentar, degradação ambiental, deterioração dos serviços sociais, militarismo, conservadorismo político e fundamentalismo religioso.

A análise da DAWN

Tirada da experiência das mulheres pobres que vivem no Sul econômico, a análise da DAWN serviu de base para o documento-plataforma *Desenvolvimento, crises e visões alternativas: perspectivas das mulheres do Terceiro Mundo*, voltado para o Fórum das ONGs e para uma série de Grupos de Discussão sobre a Perspectiva Feminista em Matéria de Desenvolvimento. Ao introduzir uma análise que estabelecia um paralelo entre as experiências cotidianas das mulheres, as relações coloniais entre países e a dinâmica das políticas macroeconômicas, a DAWN ofereceu às mulheres uma nova maneira de encarar os processos globais e as questões de desenvolvimento. As características da análise da DAWN são:

- Foco sobre a experiência das mulheres pobres dos países do Sul.
- Reconhecimento da diversidade regional.
- Articulação dos fatores econômicos, sociais, culturais e políticos.

[1] O encontro que levou à criação da rede foi convocado pela economista indiana Devaki Jain e realizado em Banglore, na Índia, em agosto de 1984. Seu objetivo era refletir sobre as experiências de desenvolvimento das mulheres do Terceiro Mundo ao longo dos dez anos da Década e preparar um documento-plataforma para o Fórum das ONGs.



• A tentativa de ligar a experiência no nível micro da vida cotidiana das mulheres a uma compreensão da dinâmica das políticas macroeconômicas.

• Uma compreensão da natureza política do desenvolvimento.

• Uso de uma perspectiva feminista – que rejeita dicotomias, legitima o esforço e a experiência das mulheres e trabalha em solidariedade com as mulheres.

Essa análise mudou os termos do debate sobre as Mulheres em Desenvolvimento (Women In Development). A evolução para uma análise política mais holística das questões também ajudou a mobilizar as mulheres através do mundo na direção da formação de um pólo político em torno da visão que a Rede DAWN assim traduz:

Nós queremos um mundo onde a desigualdade baseada em classe, gênero e raça esteja ausente em todos os países e na relação entre países. Nós queremos um mundo onde necessidades básicas sejam entendidas como direitos básicos e onde a pobreza e todas as formas de violência sejam eliminadas. Cada pessoa terá a oportunidade para desenvolver seu total potencial e criatividade e as relações humanas serão pautadas pelos valores do cuidado pelos outros e da solidariedade. Neste mundo o papel reprodutivo das mulheres será redefinido e os homens serão responsáveis pelo seu comportamento sexual, fecundidade e o bem-estar de ambos os parceiros. O cuidado com as crianças será partilhado por homens, mulheres e a sociedade como um todo.

Queremos um mundo onde recursos massivos hoje utilizados na produção de meios de destruição, sejam canalizados para o alívio da opressão dentro e fora das casas. Esta revolução tecnológica pode eliminar as doenças e a fome, e dar às mulheres meios para ter controle sobre suas vidas, sua saúde, sua sexualidade e sua fecundidade.

Queremos um mundo onde todas as instituições estejam abertas aos processos democráticos participativos, onde mulheres partilhem das definições sobre prioridades e a tomada de decisões. Em tal ambiente político haverá condições sociais favoráveis para que a integridade física de mulheres e homens e a segurança de suas pessoas seja respeitada em todas dimensões de suas vidas.

Na esteira do sucesso dos Grupos de Discussão do Fórum de Nairobi, as fundadoras da DAWN[2] organizaram um encontro no Rio de Janeiro para lançar um programa de pesquisa e militância. Um Comitê Organizador, representativo das cinco regiões do Sul (África, Ásia e Pacífico, América Latina e Caribe), foi formado, sendo Neuma Aguiar, do IUPERJ, designada Coordenadora Geral. O primeiro Secretariado da DAWN se estabeleceu no Rio de Janeiro, usando o IUPERJ como base institucional, mas sempre ficou claro que devia ser rotativo entre as diversas regiões.

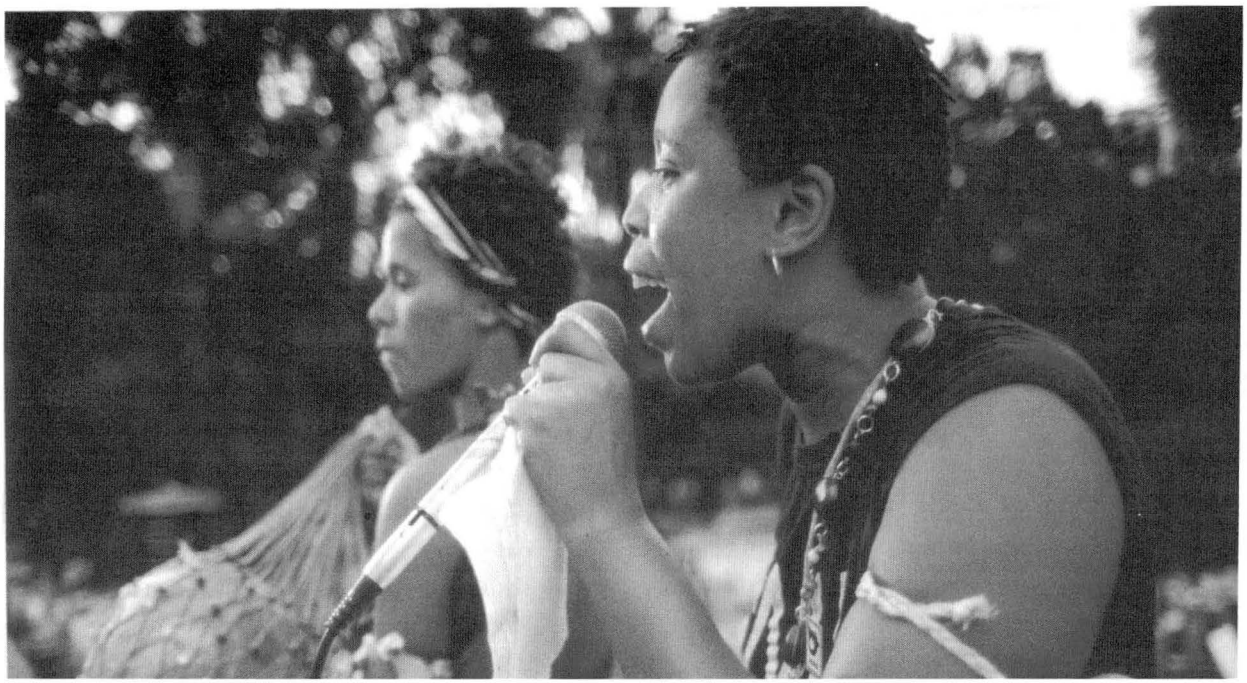
Nos primeiros quatro anos (1986-1990), o trabalho da DAWN se concentrou nas temáticas da *Dívida, Alimentação e Crises Energéticas* e *Visões e Movimentos das Mulheres*, e produziu-se uma série de estudos de caso. Na Assembléia realizada no Rio, em 1990, o Comitê Organizador se reestruturou, em vista de fortalecer sua atuação e seu trabalho de pesquisa/análise, separando-se as funções de representação regional e de pesquisa e análise propriamente ditas. Os temas foram selecionados a partir de uma análise de questões globais emergentes, como degradação ambiental, direitos reprodutivos e população, e perspectivas econômicas alternativas.

Com o desenvolvimento do programa de trabalho, decidiu-se usar as conferências da ONU como base para pesquisa e análise sobre os vários temas. Assim, o trabalho da DAWN sobre Meio Ambiente se ligou à Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio, 1992); sobre Direito Reprodutivo, à Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994); e sobre Perspectivas Econômicas Alternativas, à Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995) e a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (Pequim, 1995). Esse vínculo com as conferências da ONU ajudou a encontrar os recursos, as oportunidades de mobilização e as plataformas a partir das quais essas questões puderam ser articuladas e desenvolvidas.

A mobilização popular pela mobilização popular pode ser inútil. A mobilização efetiva exige análise e pensamento estratégico. O programa de pesquisa e análise em curso da rede DAWN plantou as fundações de um pensamento estratégico que *empoderou* a militância das mulheres e serviu como catalisador de um movimento de mulheres ancorado no Sul e globalmente orientado, em busca de um modelo de desenvolvimento em que relações e arranjos de gênero mais desejáveis são integrais.

Em 1996, o programa de trabalho da Rede DAWN foi redefinido para incorporar os ganhos obtidos através das conferências, preservando a função central da rede de produzir análises decisivas, sob o ponto de vista das feministas do Sul, sobre questões globais, em vista de apoiar os esforços em defesa de um desenvolvimento sustentável e justo em termos de gênero. Decidiu-se fortalecer os engajamentos no âmbito regional e dar maior atenção às questões e prioridades regionais através de vínculos e trabalhos em parceria com as organizações e instituições existentes. No âmbito global, acordou-se que os esforços da DAWN deveriam se estender tanto à participação nas iniciativas de reforma resultantes da crítica vigorosa do movimento feminista ao Banco Mundial na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, como a SAPRIN-Structural Adjustment Programs Review Iniciative Network e a EGCG - External Gender Consultative Group, quanto à criação de vínculos com as organizações e redes de desenvolvimento progressistas (como a Society for International Development and Focus on the Global South), com uma visão das questões e preocupações dominantes de gênero. Os temas de pesquisa acordados em 1996 foram: globalização; direitos sexuais e reprodutivos; sustento/subsistência sustentáveis; reestruturação política; e transformação social. Entre 1997 e 2000, esses temas constituíram o centro dos esforços das redes tanto nos âmbitos regionais como global.

[2] Os membros fundadores eram mulheres que tinham participado do encontro de Banglore. Entre elas, Devaki Jain, Gita Sen e Ela Bhatt (Índia); Hameeda Houssain (Bangladesh); Noellen Heyzer (Malásia); Claire Slatter e Vanessa Griffths (Fiji); Fatima Mernissi (Marrocos); Achola Pala Okeyo (Quênia); Marie Angelique Savane (Senegal); Neuma Aguiar e Carmen Barroso (Brasil); e Peggy Antrobus e Lucille Mair (Caribe).



Como novo tema, a reestruturação política e transformação social (RPTS), por exemplo, envolveu um processo de engajar os pesquisadores de cada região em análises de questões específicas das suas regiões e organizar grupos de discussão de intelectuais e ativistas locais para debater as descobertas das pesquisas. O trabalho, que começou seriamente em 1999, dependeu da colaboração próxima entre o coordenador de pesquisa do tema, responsável pela produção de análises globais para apoiar a militância da transformação política e social, e os coordenadores regionais, que localizam os pesquisadores, organizam grupos de trabalho regionais e de um modo geral facilitam o desenvolvimento das pesquisas e análises em cada região.

A análise global será divulgada durante o processo de revisão de Copenhague+5. Ela apresentará uma análise holística do Estado, da política e da governança, do engajamento político feminista, da institucionalização de gênero e de uma visão feminista da transformação social.

O melhor acesso das integrantes do Comitê Organizador da DAWN ao e-mail e à internet, a partir de 1997, deu uma nova dimensão ao trabalho da DAWN, fortalecendo a própria rede pela facilitação da consulta e dos processos coletivos de tomada de decisão em bases regulares, além de contribuir para o estabelecimento de relações mais próximas e solidárias. A mudança do secretariado da DAWN, em 1998, para a University of South Pacific, em Fiji, Pacífico Sul, onde a atual coordenadora geral, Claire Slatter, está baseada, foi imensamente facilitada pela internet e pelo e-mail.

Há quem possa pensar que situar o secretariado de uma rede global atuante numa pequena ilha distante do oceano Pacífico seja uma mera ilustração das mudanças nas modalidades operacionais das organizações globais na era da comunicação eletrônica. Contudo, a política de secretariado rotativo da DAWN garante que as diferentes regiões do Sul vão se beneficiar da sua exposição às análises e ao trabalho militante das feministas do Sul, o que dará finalmente à DAWN um perfil em e de cada região. A mudança para o Pacífico não poderia ter acontecido numa hora melhor para ajudar na construção de um entendimento das questões macroeconômicas e das instituições econômicas globais, bem como dos seus impactos e implicações para as mulheres, especialmente as mais pobres.

A internet e o e-mail também contribuíram para vincular a DAWN a outras organizações e redes de militância que trabalham sobre as mesmas questões globais. Através deles, a DAWN pôde obter acesso

imediato a informações vitais sobre desenvolvimentos das políticas globais oriundas de processos no Norte, com a oportunidade de demonstrar solidariedade e apoio a iniciativas empreendidas por outras redes. A internet, com certeza facilitou o ativismo global em torno de questões econômicas, financeiras e da liberalização comercial.

Através da internet, a DAWN foi capaz tanto de acompanhar de perto os desenvolvimentos que levaram ao Terceiro Encontro Ministerial da Organização Mundial do Comércio como de apoiar o apelo do que pode ser coletivamente chamado de "sociedade civil global" por um comércio justo e pela suspensão das negociações multilaterais até que uma revisão abrangente dos impactos dos acordos comerciais existentes tenha sido conduzida. A rede decidiu se unir às centenas de organizações da sociedade civil que desembarcaram em Seattle para manifestar sua oposição a uma nova "rodada do milênio".

Os apontamentos para a *Discussão sobre Gênero e Comércio*, redigidos para a DAWN por Mariama Williams, foram preparados para divulgação em Seattle (ver o website da DAWN: www.dawn.org.fj[3]). Pouco antes, em 1999, a DAWN co-patrocinara dois outros eventos com redes então focadas na regulamentação do capital financeiro. O alinhamento da DAWN com outras organizações progressistas da sociedade civil e sua participação em fóruns globais de defesa de relações e arranjos imparciais e justos é indicativo do reconhecimento pela rede de que a globalização, em todas as suas dimensões, só pode ser controlada pela contraposição de uma sociedade civil forte e bem organizada. Após o evento de Seattle, a DAWN também esteve presente no encontro das lideranças de ONGs, realizado em Bangkok, pouco antes da Conferência UNCTAD, em fevereiro de 2000.

A Rede DAWN no Brasil

A Rede DAWN, de que são fundadoras Carmen Barroso e Neuma Aguiar, guarda um vínculo histórico com o feminismo brasileiro. Entre 1986 e 1990, Neuma Aguiar foi coordenadora geral e as atividades da rede estavam vinculadas tanto ao IUPERJ quanto a outros núcleos acadêmicos e a ONGs de mulheres. Duas reuniões fundamentais para reorientação das direterizes estratégicas de nosso trabalho tiveram lugar no Rio (1986 e 1990). A rede teve uma incidência relevante no Planeta Fêmea, durante a CINUMAD, especialmente nas sessões sobre "Políticas Populacionais" e "Desenvolvimento e Meio Ambiente". A partir de 1992, quando a Coordenação foi deslocada para o Caribe, a vinculação seria mantida através de Sonia Corrêa que, então, assumiu a coordenação dos esforços de pesquisa e análise em População e Direitos Reprodutivos. Desde então, no contexto brasileiro, as atividades da Rede DAWN têm privilegiado a circulação de análises e informações sobre debates globais que interessam de perto às mulheres, especialmente as Conferência do Ciclo Social das Nações Unidas. A partir de 1997, seu papel e visibilidade no Brasil seriam potencializados. A partir de um acordo formal com o IBASE, o sub-programa Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos vinculou-se à Iniciativa Gênero desta instituição. A nova plataforma institucional tem possibilitado novas oportunidades e maior eficácia em termos de articulações estratégicas e disseminação de informações. As parcerias atuais da Rede DAWN na sociedade civil brasileira são o Observatório da Cidadania, a Rede Saúde, a Comissão de Cidadania e Reprodução, a Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing e a iniciativa de monitoramento dos programas do Banco Mundial à luz da perspectiva de gênero que acaba de ser criada pela Rede Brasil e Rede Entre Mulheres - Seção Brasil.

---

[3] No site da Rede DAWN encontra-se o texto no original em inglês, uma versão traduzida para o português pode ser encontrada no site IBASE, precisamente na página da Iniciativa Gênero, que está dedicada a vários temas, entre eles a OMC: http://www.ibase.br

Marcha Mundial de Mulheres 2000

*Miriam Nobre**

*Engenheira agrônoma, técnica da SOF - Sempre Viva Organização Feminista e integrante da Secretaria Executiva da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil.

A Marcha Mundial de Mulheres 2.000 é uma ação do movimento de mulheres de diferentes partes do mundo na luta contra a pobreza e a violência sexista. Até dezembro de 1999, aderiram formalmente ao projeto 2.733 grupos de 140 países. Sua coordenação internacional está a cargo da Federação de Mulheres do Quebec, no Canadá.

A inspiração veio da marcha "Pão e rosas", que aconteceu em junho de 1995. Durante 10 dias, 850 mulheres marcharam pelo interior de Quebec chegando a Montreal onde foram recepcionadas por 15 mil pessoas. A principal conquista desta manifestação foi o aumento real do salário mínimo em uma economia de preços estáveis e pressionada pelo mercado comum com os Estados Unidos.

A proposta de reforçar a solidariedade internacional entre as mulheres, em uma ação conjunta de combate à pobreza e à violência, se espalhou, através dos contatos com o movimento feminista, sindical, ONGs de cooperação, e pela divulgação da proposta em encontros internacionais. Um encontro preparatório aconteceu de 15 a 17 de outubro de 1998, em Quebec, com a participação de 140 mulheres de 65 países. Neste momento definiu-se o documento de análise e a plataforma de reivindicações que combatem as causas estruturais e as manifestações cotidianas da pobreza e a violência, e propõem formas de ação.

A plataforma de reivindicações

As mulheres são as mais atingidas pelo desemprego e pelo trabalho precário, seus salários são inferiores aos homens, e ainda são responsáveis pelo trabalho doméstico. A globalização econômica e as políticas de ajuste estrutural reforçam antigas desigualdades e criam novas formas de exploração: flexibilidade no emprego, ataque às conquistas trabalhistas e na previdência social, cortes nos gastos públicos na área social fazendo com que muitos serviços se mantenham às custas do trabalho voluntário das mulheres.

No contexto da Marcha as mulheres se unem a outros movimentos internacionais que exigem o controle cidadão da Organização Mundial do Comércio (OMC); a taxação das transações financeiras e medidas para limitar o poder das transnacionais e dos detentores do capital; o cancelamento da dívida dos países mais pobres e auditoria pública nos demais países; o fim dos programas de ajuste estrutural.

Os Estados nacionais devem implementar um plano de eliminação da pobreza, em especial da pobreza das mulheres. Neste plano deve-se garantir o acesso à saúde, educação, habitação, segurança alimentar, previdência social, cidadania, recursos naturais e econômicos, igualdade no trabalho e na divisão do trabalho doméstico.

Os Estados devem aplicar sem reservas as convenções e pactos internacionais, além de implementar planos de ação eficazes com recursos financeiros e medidas adequadas para acabar com a violência contra as mulheres. Devem reconhecer o direito das mulheres a dispor de seu corpo e a escolher seu modo de vida e sua sexualidade, garantindo o acesso à contracepção e ao aborto e impedindo a discriminação e a violência contra as lésbicas.

Formas de ação

O lançamento da Marcha será no 8 de março de 2.000 e seu término no dia 17 de outubro, dia internacional de luta contra a pobreza. No dia 15 de outubro uma delegação de mulheres dos países participantes fará uma manifestação em frente ao Banco Mundial e ao FMI, em Washington, nos Estados Unidos. No dia 17 milhares de abaixo-assinados de apoio às reivindicações serão entregues ao secretário geral da ONU, Sr. Kofi Annan. Nestes mesmos dias estarão acontecendo grandes atos nos países ou regiões e continentes.

Entre 8 de março e 17 de outubro será realizada uma ampla campanha de educação popular sobre os temas tratados na Plataforma de Reivindicações da Marcha, combinada ao recolhimento de assinaturas de apoio às reivindicações.

AS QUESTÕES CENTRAIS A SEREM TRABALHADAS NAS REIVINDICAÇÕES DA MARCHA NO BRASIL SÃO: REFORMA AGRÁRIA, REFORMA URBANA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRABALHO, DÍVIDA EXTERNA E SUBORDINAÇÃO AO FMI, MEIO AMBIENTE, COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL E ÉTNICA, AUTODETERMINAÇÃO DAS MULHERES, COMBATE À VIOLÊNCIA SEXISTA, PELA LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL

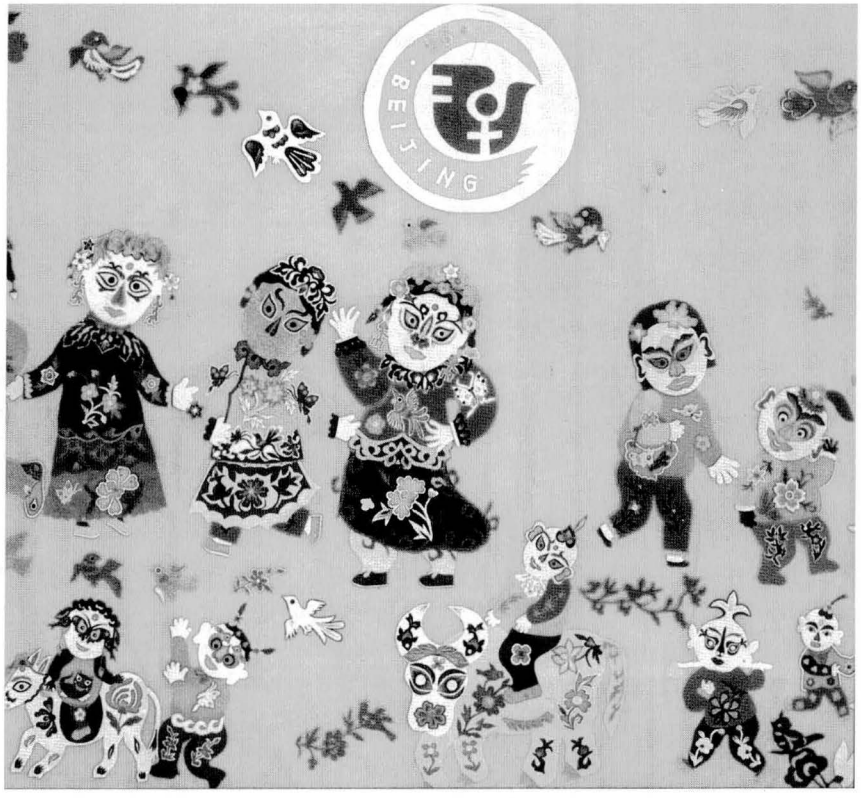
A Marcha no Brasil

Nos dias 16 e 17 de outubro de 1999, 44 mulheres de 15 estados de todas as regiões do país se reuniram em São Paulo para definir os eixos das reivindicações brasileiras, estratégias de mobilização e a coordenação do processo.

As questões centrais a serem trabalhadas nas reivindicações da Marcha no Brasil são: reforma agrária, reforma urbana, educação, saúde, trabalho, dívida externa e subordinação ao FMI, meio ambiente, combate à discriminação racial e étnica, autodeterminação das mulheres, combate à violência sexista, pela livre orientação sexual.

A proposta é realizar inúmeras atividades – oficinas, debates, ações de rua - com as mulheres para discutir as tendências da economia mundial e brasileira, as estratégias do capitalismo neoliberal, nossas propostas e alternativas, bem como o direito das mulheres à integridade e a uma vida sem violências. Nestas atividades estaremos recolhendo assinaturas de apoio às reivindicações internacionais da Marcha. Nossa meta é atingir a marca de 2 milhões de assinaturas. Além do mais, queremos fortalecer o protagonismo das mulheres e dar visibilidade à nossa participação nas lutas comuns do campo democrático popular, como nas ações do Fórum Nacional de Lutas e no plebiscito da dívida externa. Um dia de luta contra o capital financeiro e vários atos ao longo do ano organizados pelas entidades envolvidas na Marcha irão marcar a presença das mulheres nas ruas no ano 2000.

entrevista



A Caminho de Beijing + 5

Wânia Sant'Anna

Ninguém nos deu nada de presente, mulheres: atrás de cada negociação, atrás de cada conquista, estão as reuniões de autoconsciência, as marchas infinitas, as discussões eternas, as análises acadêmicas e as instituições brilhantes; esta a luta de Joana por seu terreno, a de Julieta na universidade e a de Sonia na enxada, a de Maria Elena, assassinada pelos que não queriam a sua paz; a de Margot parada em qualquer esquina da grande avenida. A de Ana enamorando-se de Irene e a de Domitila nas minas que oxalá já não existam no século XXI. Está a confrontação e o paciente diálogo. E estão, claro que estão, as horas roubadas de sono pelo sonho, os amores perdidos e os conquistados, as rupturas e as cumplicidades. Fomos milhares e seremos milhares as que participamos desta continuidade".

Virgínia Vargas
Forum de ONGs - Huairou/China - 1995

Proposta: Nesses últimos seis meses, na agenda internacional do movimento de mulheres, nota-se um crescente envolvimento e participação na Conferência Beijing+5. O que é esta Conferência? Por que essas organizações tomaram para si esta tarefa?

Primeiro, é importante destacar que Beijing+5 faz parte de um processo. Algumas de nós, envolvidas no movimento feminista e movimento de mulheres, costumam afirmar que este processo já dura duas décadas e outras tomam mais explicitamente o processo de preparação da IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Beijing, China, em 1995, como marco. Essas duas referências estão corretas e não se contradizem. O processo inaugurado em 1975, quando as Nações Unidas lançou a Década da Mulher (1975-1985), é de fato um marco e, desde então, tem sido crescente a participação ativa das organizações de mulheres neste fórum internacional, ou seja, o das Nações Unidas.

Oficialmente, Beijing+5 será uma Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas destinada a rever a implementação da Estratégias de Nairobi – "*Estratégias de Nairobi orientadas hacia el futuro para el adelanto de la mujer hasta el año 2000*", Declaração e Plataforma de Ação acordadas na IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing, 1995). "Beijing+5", simplesmente, se impõe como terminologia também aplicada aos processos de avaliação e revisão dos acordos assumidos em outras Conferências convocadas pelas Nações Unidas na década passada, o chamado ciclo de conferências sociais: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (Eco-92); II Conferência de Direitos Humanos (Viena, 1993); II Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994); Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995); IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing, 1995); Conferência sobre Assentamentos Humanos – Habitat (Istambul, 1996). Enfim, todas essas Conferências têm tido o seu processo "+5", ou seja, avaliação dos compromissos assumidos.

No caso de Beijing+5 também é importante mencionar que esta Assembléia Geral das Nações Unidas está recebendo um nome especial: "Mulheres 2000: Gênero, Igualdade e Paz no Século XXI". De alguma forma, estamos recuperando o *slogan* lançado em 1975 e, ao mesmo tempo, lançando mão de

um conceito gerado durante a primeira Década da Mulher, no caso, "gênero". Enfim, Beijing+5 está carregada, na minha opinião, de simbolismo e, talvez, o mais expressivo deles resida no fato de a IV Conferência ter sido uma das mais participativas na história das Nações Unidas. Estima-se que aproximadamente 35 mil pessoas, na maioria mulheres, participaram da Conferência Mundial e do Fórum Paralelo de ONGs (em Huairou, cidade vizinha a Beijing). Dois eventos sobre os quais intervieram os mais diversos grupos de mulheres de todas as partes do mundo, um momento político-cultural de envergadura sem precedente – especialmente levando-se em conta o país no qual se realizou.

Assim, a principal questão é como continuar este processo de participação, de construção de uma agenda global capaz de atingir os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz no século XXI e assegurar que os 185 governos, que concordaram com as bases lançadas em Beijing, transformem suas palavras em ação. Esta é a principal questão em Beijing+5.

Agora, quanto à razão de as organizações de mulheres passarem a responder positivamente ao chamado de participar deste momento, na minha opinião, isto tem a ver com o fato de haver uma maior compreensão sobre os ganhos possíveis de se atuar localmente sem prescindir de uma visão global. As organizações de mulheres têm aprendido o valor desta oportunidade, o valor de se ter um documento formal, assumido por seus países no plano internacional, para as realidades regional e nacional. A participação nesses processos tem criado a oportunidade de diálogo das organizações de mulheres com os governos e, também, com outras organizações de mulheres, fortalecendo suas idéias, posições e estratégias. Através deste processo, tem sido criada e mantida uma série de redes de contatos e ações cujo objetivo principal é defender os direitos das mulheres a uma vida mais digna e plena de realizações. Participar é manter esta chama acesa.

Proposta: Esta é a visão dos grupos que assumiram participar deste processo, mas o que se passa com aqueles que desacreditam desses processos internacionais? Há organizações que acreditam que a agenda das Nações Unidas tem uma relevância muito pequena no cotidiano do seu trabalho, não é verdade?

Sim, isto é verdade. Muitos grupos ignoram e não vêem relevância em um processo como este. Daí a importância de, no âmbito nacional, divulgar os acordos assumidos pelos governos nesses processos internacionais. Os governos assumiram responsabilidades no plano internacional que devem ser cumpridas no plano nacional. Os documentos acordados nessas Conferências podem ser considerados âncoras, um instrumento ao qual nós podemos e devemos nos agarrar e dizer: vocês assumiram isto e agora? O que vocês fizeram? O que vocês irão fazer? Um documento sobre o qual nós podemos e devemos cobrar uma atitude .

O processo de revisão dos acordos é uma oportunidade de checar os ganhos, as perdas, os desafios para o futuro. Quais programas implementados funcionaram? Quais aqueles que não funcionaram e por quê? Quais programas, simplesmente, não foram elaborados e por quê? O que ainda existe por fazer para se alcançar os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz? Este é um momento de troca de experiências e de novas reivindicações. O processo é altamente político. Este também é um momento dos governos colocarem suas realizações e fracassos em cena. Nossa tarefa, como movimento, é dar visibilidade ao grau de

compromisso dos governos, alto ou baixo, com as necessidades específicas das mulheres.

Neste sentido, os grupos que consideram o processo internacional algo pouco relevante talvez tenham uma visão um tanto limitada das suas possibilidades. Não se trata de depositar todas as fichas nesta estratégia, mas considerar que existe pertinência em cobrar dos governos os compromissos assumidos na esfera internacional. Além disso, tanto os processos das Conferências como as suas revisões constituem uma excelente experiência para se fazer balanços, recolher e comparar informações sobre a situação das mulheres globalmente, estabelecer redes, cobrar a aplicação de instrumentos internacionais – Convenções e Tratados – assinados por seus e outros governos. Este é o caso, por exemplo, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra a Mulher.

Proposta: No Brasil, o que tem sido feito neste sentido?

Tomando a década de 90 como marco, nós podemos dizer que um expressivo número de organizações de mulheres brasileiras tem se envolvido com este debate global ou, mais especificamente, atendido às discussões impulsionadas pelas Nações Unidas. Na ECO 92, não há como negar a participação das organizações de mulheres brasileiras. O mesmo se pode dizer do Cairo (1994) e, mais decisivamente, da IV Conferência Mundial da Mulher(1995). Neste último caso, foi criada, em 1994, a Articulação de Mulheres Brasileiras Rumo à Beijing. Entre janeiro de 1994 e maio de 1995, mulheres brasileiras de 25 estados e mais Distrito Federal estiveram organizadas em Articulações e Fóruns Locais para a IV Conferência. Conseguimos registrar a realização de aproximadamente 90 eventos com a participação de mais de 800 organizações.

Esses Fóruns e Articulações Locais foram responsáveis pela realização dos eventos e também pela elaboração dos 22 documentos/ diagnósticos que serviram de base para o Documento das Mulheres Brasileiras para a IV Conferência. Internamente, todo esse trabalho culminou com a realização de uma Conferência Nacional (Rio de Janeiro, junho de 1995), com a participação de 700 mulheres, aprovando propostas que foram gestadas em âmbito local.

Este trabalho de articulação foi histórico. Durante todo o tempo reafirmamos a necessidade de produzir um documento, uma intervenção pública, que expressasse o nosso cotidiano marcado pela diversidade regional, racial, étnica, etária, sexual, de credo, de inserção política. Tanto a Conferência quanto o Documento expressaram este propósito. Logramos demonstrar que o movimento feminista e de mulheres é, para além de um movimento político, um movimento cultural comprometido com as necessidades materiais e de identidade dos seres humanos.

No plano regional, este foi um momento de maior articulação com a América Latina que, por seu turno, também criou uma instância regional de intervenção, a Coordenação Regional de ONGs da América Latina e Caribe. Neste nível foi realizado um encontro igualmente histórico, o Fórum de Mar del Plata (setembro de 1994), no qual se pretendia tanto dar visibilidade à mobilização das mulheres na região como promover a difusão de nossas propostas e elaborar um Documento Regional das ONGs. O que foi, efetivamente, realizado. Apenas para se ter uma idéia do nível de participação no Fórum de Mar del Plata, nós contamos com a presença de 41 países e, aproximadamente, 1.200 mulheres. A delegação brasileira ultrapassou o número de cem mulheres, de vários estados, intervindo em um conjunto ampliado de temas: cidadania, participação

política, comunicação, modelo de desenvolvimento, violência e direitos humanos. Atuamos decisivamente nas elaboração de reivindicações específicas como aquelas ligadas às mulheres negras, jovens, indígenas, lésbicas, portadoras de deficiência. Enfim, repassamos, naquele momento, às mulheres latino-americanas não só as nossas preocupações, mas a nossa disposição em ajudar na construção de um documento regional plural.

Proposta: Esta articulação e intervenção, nacional e regional, em algum momento manteve diálogo com os governos? Como os governos reagiram a este processo?

Todo este esforço de organização e produção esteve voltado tanto à elaboração de subsídios para uma intervenção apropriada em Beijing como também para uma intervenção qualitativa junto aos governos. No caso regional, nossa intenção foi intervir nas negociações com os governos durante a Sexta Conferência Regional sobre a Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina e do Caribe, que aconteceu logo após a realização do Fórum de Mar del Plata.

Nacionalmente, o Governo Brasileiro desenhou um plano de trabalho para a elaboração do documento nacional que incluía a realização de seminários temáticos. Foram realizados um total de cinco seminários, que ocorreram em distintas cidades: Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Brasília. Fomos chamadas a participar de todos eles e este também foi um momento de troca, apresentação de visões e reivindicações. Eu diria que nós fomos crescendo em termos de potencial de intervenção até Beijing propriamente dita. Sempre deixando muito claro que as ações governamentais tinham o seu lugar tanto quanto a mobilização da sociedade civil tinha o seu papel a cumprir. Muito definido, o Governo apresenta o seu diagnóstico e intenções e nós, de nosso lado, também.

Proposta: Para Beijing+5 o perfil de participação e diálogo tem sido o mesmo? O que se transformou, positiva e negativamente, nesses últimos cinco anos?

No Brasil, em termos de mobilização das organizações de mulheres, mantivemos o mesmo espírito, ou seja, estimular os Fóruns e Articulações Estaduais a participar criticamente do processo de avaliação das políticas públicas destinadas às mulheres nesses últimos cinco anos. Em janeiro de 1999, a Articulação de Mulheres Brasileiras realizou um encontro nacional reafirmando este compromisso e, também, inaugurando uma nova estrutura operacional – a indicação de uma Secretaria Executiva e instituição de uma Coordenação Executiva Nacional composta por representantes regionais eleitas nos fóruns de mulheres estaduais. Esta estrutura foi proposta justamente como uma forma de reforçar tanto as dimensões regionais das organizações de mulheres quanto valorizar especificidades temáticas que, muitas vezes, têm origem nessas regionalidades.

No que diz respeito ao governo brasileiro, este constituiu um Comitê Nacional sobre Beijing+5 responsável pela tarefa de balanço. As organizações de mulheres não foram consultadas sobre a composição do Comitê e dos termos de referência do balanço solicitado pelas Nações Unidas. De fato, nós deixamos sempre muito claro que o Governo, em que pese a presença no Comitê de mulheres de inegável expressão junto ao movimento de mulheres, estava no seu papel de elaborar o seu balanço e nós, como movimento social, no

nosso papel de fazer um outro balanço, o nosso balanço. E assim seguimos.

Sinalizamos ao governo duas demandas. Primeiro, que o balanço elaborado fosse apresentado ao movimento. Segundo, tal como recomendava as Nações Unidas, que o governo brasileiro integrasse na delegação oficial a presença de representantes do movimento de mulheres. Apesar das resistências iniciais, fomos atendidas nessas duas reivindicações. No que diz respeito ã apresentação "pública" do documento oficial brasileiro, contam-se duas ocasiões, dezembro de 1999 e abril de 2000. Não foi lá a sétima maravilha do mundo especialmente porque, ao contrário de 1994-95, o empenho na elaboração do documento foi significativamente menor. Quanto à participação na delegação oficial nas últimas reuniões internacionais – 8ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe (Lima, fevereiro de 2000) e 2ª Reunião Preparatória (Prepcom) de Beijing+5 (Nova Iorque, março de 2000), na minha opinião, os resultados foram mais palpáveis e produtivos.

Proposta: Quais são os elementos concretos que lhe levam a fazer esta avaliação?

Estamos enfrentando um cenário internacional de negociação bastante difícil. São claros, por exemplo, os sinais de resistência tanto à reafirmação dos direitos humanos da mulheres como à indicação objetiva de recursos necessários à implementação da Plataforma de Ação. Neste contexto, o nível de influência sobre as delegações não é o mesmo quando se está nos corredores das Nações Unidas e quando se está dentro das salas de negociações. O ideal é estabelecer a ponte, fazer fluir os corredores para dentro das salas, confrontar diretamente as posições que sinalizam retrocessos, apoiar e fortalecer posições que apontem para avanços. No último Prepcom, em março, a presença de organizações de mulheres junto às delegações latino-americanas, por exemplo, possibilitou, do meu ponto de vista, uma melhor e mais orquestrada atuação da região do que no passado. Existe algo de novo por aí.

É importante surgir algo de novo e, também, que dê materialidade a todo este esforço de empreender algo global e coletivo. Esta energia, este debate político, sem dúvida desagrada a muita gente. Está bastante claro que o pensamento conservador, antes de mais nada, pensa as mulheres como seres subordinados, com papéis e atuação subordinados. Países com tendência política de perfil fundamentalista não estão compromissados com outro papel para as mulheres. Por seu turno, o Vaticano evoca a sua doutrina para também se opor a conquistas fundamentais às mulheres.

O direito ao exercício de uma sexualidade plena, o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos soa profundamente ameaçador às práticas de subordinação das mulheres. Neste processo global de revisão e apresentação de propostas que visam destituir padrões de subordinação, esses grupos conservadores emergem com força. Uma força que só pode ser superada com uma contra-reação organizada do movimento de mulheres.

Hoje, neste processo, nosso lema é "Nós apoiamos a Plataforma de Ação." E por que Plataforma de Ação? Porque este documento consolidou visões, abordagens, conceitos que, politicamente, muito nos interessa ver aplicados nas situações cotidianas das relações sociais. Sendo uma plataforma de ação assumida por Estados Nacionais, isto significa a elaboração e implementação de políticas públicas e ações de sensibilização junto aos outros segmentos sociais que visem superar as desigualdades baseadas no gênero.

Proposta: É por isto que se diz que há itens inegociáveis para Beijung+5? A Carta da Paraíba, lançada pela Articulação de Mulheres Brasileiras, menciona a questão nesses termos.

Sim, é inegociável alterar os conteúdos acordados em Beijing. É importante assegurar os conteúdos positivos obtidos no processo de revisão da Conferência de População, Cairo+5, por exemplo. A "Carta da Paraíba", elaborada na V Reunião da Articulação de Mulheres Brasileiras, realizada em João Pessoa, no início do mês de maio, é uma mensagem ao governo brasileiro, ao mesmo tempo que articula pontos em debate no âmbito internacional. Dirigir-se ao governo brasileiro significa apontar a responsabilidade assumida há cinco anos atrás e comprometê-lo a avançar na implementação da Plataforma de Ação, defendê-la.

Está bastante claro que as políticas econômicas em curso não contribuem para a superação das desigualdades de gênero e, mais, as mulheres têm pago uma parcela consideravelmente maior da conta. A consignação de recursos técnicos e financeiros suficientes à implementação da Plataforma de Ação é um ponto a defender. É importante também citar os efeitos negativos que estamos colhendo pelo fato de não ter sido cumprido este requisito.

A criação dos chamados mecanismos institucionais de promoção da mulher e da igualdade de oportunidades precisa ser dotada de recursos adequados, autonomia financeira e administrativa para que, efetivamente, concorra para a implementação de políticas de gênero de forma transversal, ou seja, que esteja presente em todas as metas e as ações concernentes às políticas públicas. Isto é um desafio. No caso brasileiro, estamos muito longe disto. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, por exemplo, chegou, em março deste ano de 2000, ao mais rebaixado perfil desde a sua criação, em 1985. E isto ocorreu apesar dos esforços do movimento de mulheres em restituir-lhe um mínimo de representatividade. É fato que os movimentos de reversão deste quadro, para melhor, são evidentes. Mas, apesar desta movimentação, houve um claro descaso por parte do governo brasileiro sobre as funções e responsabilidades deste órgão. E isto é inadmissível frente aos compromisso firmados em Beijing.

Proposta: Mas o que mais se aponta como inegociável? Essas questões levantadas por você até agora dizem respeito ao cenário político, precário, de implementação de políticas voltadas para a igualdade de gênero, mas quanto aos temas, quais têm sido aqueles mais difíceis de serem negociados?

No último Prepcom, em março deste ano, o Vaticano lançou uma contundente campanha ressaltando a importância e da centralidade da família, especialmente no aspecto da forma de sua composição, ou seja, uma unidade composta de pai, mãe e filhos. A Plataforma de Ação reconhece as famílias em suas variadas formas e não exclusiva e necessariamente uma família nuclear tal como nos termos propostos pelo Vaticano. Neste debate foi extremamente desgastante, por exemplo, brigar para que não se fizesse uma associação direta entre "desintegração familiar" e emprobrecimento das mulheres. Na lógica de preservar as famílias afirma-se que as separações trazem como resultado uma maior probabilidade das mulheres serem incluídas na categoria dos mais pobres.

Ora, as mulheres têm engrossado a fileira dos mais pobres e desprovidos porque existe uma histórica distribuição desigual dos recursos. O fim de uma união conjugal, em países desenvolvidos, não necessariamente leva

as mulheres a integrar a categoria dos pobres. Associar união conjugal com bem-estar sócio-econômico das mulheres é desconhecer ou querer ignorar fatores estruturais de desigualdade e, especialmente, da desigualdade de gênero. Por último, como bem afirmaram muitas delegações africanas, no caso das mulheres o estabelecimento de uma união conjugal, não raro, significa empobrecimento, além de perda de autonomia, das mulheres. Ou seja, não dá para deixar passar isto.

A chamada questão da diversidade é um outro ponto de grande polêmica. Durante as negociações em março passado, ouviu-se muito sobre a necessidade de "evitar listas". Esta era a expressão utilizada como justificativa para não explicitar a diversidade de condição e situação das mulheres no documento que vai ser levado para aprovação durante a Conferência. Nesta perspectiva, o reconhecimento de fatores como raça, etnia, classe, idade, língua, religião, orientação sexual, deficiências físicas, migração, refúgio e viver em zonas rurais como obstáculos adicionais ao pleno gozo de direitos fica sobremaneira comprometido. Isto é algo inadmissível.

Com esta mesma argumentação, "evitar listas", fica comprometida a qualificação dos tipos de violência enfrentados pelas mulheres, tais como: racismo, crimes perpetrados em nome da honra, apedrejamento, estupro, abuso sexual dentro do casamento, prostituição e outras formas comerciais de exploração sexual, tráfico com propósito de exploração sexual, intimidações em função da opção sexual, entre outras.

As organizações que trabalham as temáticas de violência e defesa dos direitos das mulheres fizeram circular uma posição em defesa da Plataforma de Ação que, reconhecendo a diversidade de condição e situação das mulheres, é plena de "listas" e, também, fizeram lembrar que a linguagem mais aconselhável para tratar a diversidade cultural não deveria ser a de seu "pleno reconhecimento", mas sim a de "diálogo entre culturas". Ou seja, a defesa de uma expressão positiva e propositiva deveria não dar margem à negação dos direitos humanos das mulheres. Enfim, deixar passar a expressão "pleno reconhecimento da diversidade cultural", como foi tentado, significava entrar em franca contradição tanto com o conteúdo da Plataforma de Ação como com o da Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher, nas quais se sublinha a necessidade de eliminar as práticas culturais danosas ao pleno gozo dos direitos das mulheres.

Existem outras questões igualmente capciosas e que merecem muita atenção. Precisamos garantir, por exemplo, que sejam revistas as leis punitivas do abortamento e cumpridas as leis que conferem às mulheres o direito de recorrer a uma intervenção deste tipo. É preciso garantir o direito à livre orientação sexual, os direitos das populações jovens a uma contracepção segura e orientada. É preciso que não se caia na armadilha de condenar a prostituição, ou seja, percebê-la de uma perspectiva moral, condenação ou absolvição, desconsiderando ou minimizando as questões de ordem econômica e de poder que movimentam as redes de tráfico e prostituição pelo mundo a fora. Mas, esses são apenas alguns temas em discussão. Uma discussão dificultada não só pelos interesses explícitos de alguns países e alianças como também pela fraca condução do secretariado da Conferência e pela tensão sobre a definição dos termos de participação das organizações não-governamentais e do movimento organizado de mulheres.

Enfim, as palavras mencionadas por Virgínia Vargas, há cinco anos atrás, possuem uma atualidade impressionante. É mesmo verdade que ninguém deu nada às mulheres de presente e somente as suas ações e luta servem como referência para as transformações ainda largamente necessárias.

Articulação de Mulheres Brasileiras

Carta da Paraíba

Há cinco anos foi aprovada, em Beijing, a Plataforma de Ação Mundial da 4ª Conferência Mundial sobre Mulher e Desenvolvimento, assinada sem restrições pelo Governo brasileiro.

A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), que reúne fóruns e articulações de mulheres das 27 unidades da federação, contando ainda com uma representação da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, foi criada no contexto do processo preparatório para Beijing, e tem como principal missão o monitoramento das políticas governamentais para as mulheres no país. Por ocasião do 13º Encontro Nacional Feminista (João Pessoa/ 27 a 29 de abril de 2000), a AMB lançou um balanço nacional denominado "Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil – 5 Anos após Beijing".

Estando reunidas na 5ª Reunião Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras (1 a 3 de maio de 2000), vimos nos dirigir aos governos federal, estaduais e municipais para tratar de nossas principais urgências e preocupações.

A Plataforma de Ação Mundial (PAM) reúne um conjunto de aspirações, interesses e necessidades identificadas pelo movimento de mulheres brasileiro ao longo dos últimos 25 anos. Foi com base nesses elementos que influenciamos o processo Constituinte, alcançando avanços importantes para a cidadania e direitos humanos das mulheres no país. Reconhecemos a PAM como um instrumento valioso para apontar caminhos de efetivação desses direitos.

Temos lutado para preservar o espírito e a integridade desta Plataforma, resistindo à sua fragmentação e ao enfraquecimento de seus conteúdos. Entretanto, nossa mobilização e nossos consensos não têm sido suficientes para imprimir o mesmo vigor e comprometimento por parte de todos os poderes que governam este país, diante da PAM. Está cada vez mais flagrante a presença de forças políticas e econômicas que atuam na contramão dessas conquistas.

Identificamos os avanços obtidos no campo legislativo, na formulação das Estratégias da Igualdade, na criação de mecanismos governamentais voltados para a formulação e implantação de políticas para as mulheres. Entretanto esses avanços têm acontecido de forma desigual de região para região, além de que fazem-se presentes ameaças concretas de retrocesso. Este retrocesso e esta desigualdade afetam as condições de vida das mulheres e maculam o estabelecimento da democracia no país.

No plano econômico, as reformas impulsionadas pelos governos não contribuíram para fortalecer a institucionalidade democrática, comprometendo de forma perversa o acesso ao direito de cidadania e afetando especialmente as aspirações de igualdade de oportunidades para mulheres de todas as classes sociais, de todas as raças, em todas as regiões do país. Este modelo tem ainda contribuído para gerar condições que atentam contra a estabilidade ecológica, destruindo o meio ambiente.

Os direitos das mulheres constantes na PAM não poderão ser garantidos em estruturas democráticas débeis. Tampouco serão viabilizados se não houver vontade política, estabelecimento de mecanismos efetivos de consulta e participação, e prestação transparente de contas à sociedade. Sua realização depende

também da reafirmação e garantia, pelos governos, do caráter transversal das recomendações da PAM, assegurando que as políticas públicas respondam a seus objetivos estratégicos através da assignação dos suficientes recursos técnicos e financeiros.

Reivindicamos, portanto, uma solução imediata para superar a situação absolutamente precária em que subsiste o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Reafirmamos a necessidade de que o governo brasileiro, antes da Sessão Especial das NNUU para Beijing+5, cumpra com os compromissos assumidos na IV Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995 e reafirmados em fevereiro último, na VIII Conferência Regional da Mulher da América Latina e do Caribe, realizada em Lima, Peru, no sentido de:

"Criar ou fortalecer os mecanismos institucionais para a promocão da mulher e a igualdade de oportunidades, dotando-os de recursos adequados de toda índole, personalidade jurídica e autonomia orçamentária, assim como do respaldo político ao mais alto nível para que, entre outros, impulsionem e vigiem a aplicação de políticas de gênero de forma transversal" (Consenso de Lima, Fevereiro 2000).

Reafirmamos, como condição fundamental para tornar realidade os objetivos da PAM, o cumprimento da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), assinada e ratificada pelo Governo brasileiro. Exigimos que o Governo brasileiro cumpra o compromisso internacional informando pontualmente ao Comitê de Vigilância da CEDAW, sobre a situação brasileira neste campo. Exigimos também que o Governo brasileiro assine, de imediato, o Protocolo Adicional à referida Convenção.

Na defesa dos direitos trabalhistas e dos direitos reprodutivos das mulheres, somos contrárias à proposta de revisão da Convenção 103 da Organização Internacional do Trabalho, assim como somos contrárias à modificação do texto constitucional que flexibiliza os dispositivos referentes à proteção à maternidade. Afirmamos a maternidade como uma função social, o que implica conseqüentes deveres por parte do Estado, da sociedade e das famílias neste campo.

O ideal de igualdade proposto pelas mulheres sustenta-se na eliminação de toda e qualquer forma de discriminação e desigualdade baseada na origem de classe, raça, etnia, na identidade cultural, religiosa, na situação geracional e na descapacitação física ou mental. Neste país tão profundamente diverso, somos pela preservação e respeito a todas as diversidades, para o que se requer o exercício democrático do direito à formação, informação e livre expressão cidadã.

A AMB espera que o Governo mantenha, no processo que leva a Beijing +5, sua postura em defesa da PAM e da aprovação de um Documento de Resultados que não represente qualquer retrocesso, de modo a que tenhamos diretrizes claras para prosseguir com ações prioritárias a serem empreendidas para a realização dos direitos humanos das mulheres, inclusive com explicitação dos compromissos relativos aos direitos reprodutivos e direitos sexuais estabelecidos em Cairo +5.

Contamos com a influência positiva da Delegação Brasileira para Beijing +5, especialmente para garantir avanços (ou ao menos impedir retrocessos) com relação aos seguintes pontos:

- recomendação para que os países revejam as leis punitivas do abortamento e para o cumprimento das leis que conferem às mulheres o direito de recorrer a esta intervenção;
- direito à livre orientação sexual;
- direito das jovens e dos jovens à contracepção;
- manutenção da linguagem que se refere às "famílias", garantindo o reconhecimento da

diversidade cultural, social e étnica que não convive com a concepção abstrata desses núcleos como células básicas e heterossexuais de formação das sociedades, visão esta que intimida, por exemplo, a formulação clara de políticas contra a violência doméstica e sexual;

• abordagem do tema do tráfico de mulheres, jovens e adolescentes e da prostituição não como questões morais, mas como questões sociais que envolvem interesses econômicos;

• garantia da explicitação das diversidades quando se trate de fazer referência às mulheres;

• garantia da manutenção da linguagem sobre direitos humanos das mulheres;

• ênfase na importância de criação e manutenção de mecanismos institucionais voltados para a formulação e monitoramento de políticas para as mulheres, dotados de autonomia financeira e administrativa;

• ênfase nos efeitos perversos do ajuste estrutural sobre a condição de vida das pessoas, com impacto especialmente negativo sobra a vida das populações dos países do Terceiro Mundo.

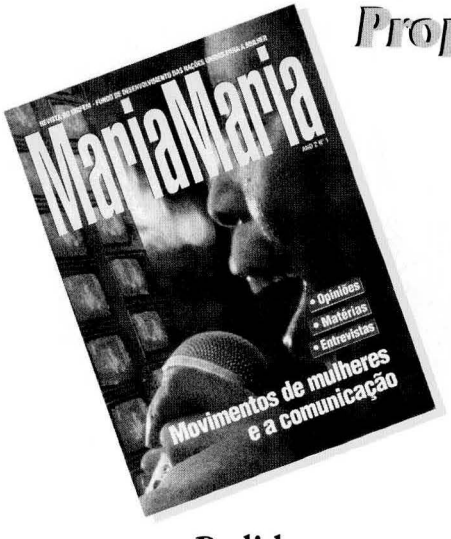
O movimento de mulheres brasileiro, organizado em torno da Articulação de Mulheres Brasileiras, reivindica sua integração oficial ao processo que levará o país à participação na 1ª Conferência Mundial da ONU contra o racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e violências Correlatas, a se realizar na África do Sul, em 2001.

Para finalizar, não poderíamos deixar de expressar nossa indignação diante das agressões contra a cultura e da violência física perpetrada contra lideranças indígenas e negras por ocasião das atividades realizadas pelo Governo brasileiro em alusão aos 500 anos do "descobrimento".

Para nós, Beijing é mais do que meras palavras. Nossa História desde o período colonial não nos traz motivos de comemoração, se o que temos em mente é o sonho de Justiça e igualdade. O século XXI brasileiro só será das mulheres se for também o século da democracia, não somente no campo político, social e econômico, mas também no campo cultural, racial/ étnico, no campo do privado e do íntimo.

João Pessoa, 3 de maio de 2000

Proposta Recomenda

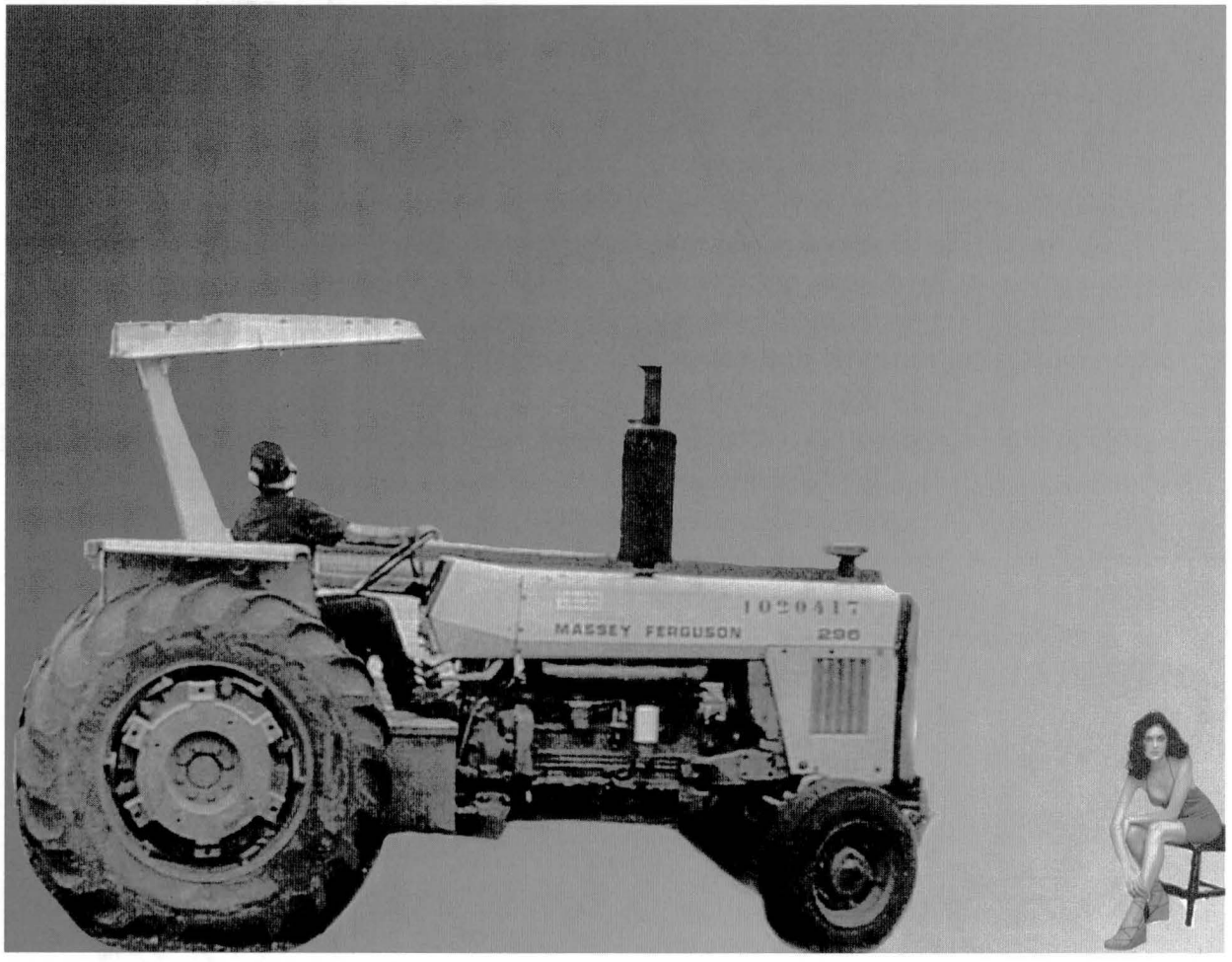


Pedidos para:
Email - enascimento@undp.org.br

Pedidos para:
Email - redeh@redeh.com.br

Monitorar a ação das Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) na perspectiva da eqüidade de gênero. Os sentidos e desafios da Iniciativa

Silvia Camurça[1]



[1] Socióloga feminista, educadora e ativista do SOSCORPO Gênero e Cidadania.

Em agosto do ano passado, ao final de um seminário sobre gênero e a ação das IFMs no Brasil, constituiu-se uma nova iniciativa protagonizada por mulheres. Com nome ainda indefinido, a Iniciativa vem sendo apresentada pela longa frase que descreve seus propósitos: "Iniciativa de Monitoramento da Ação das Instituições Financeiras Multilaterais no Brasil numa Perspectiva de Gênero", no mais das vezes simplesmente referida como a Iniciativa.

A Iniciativa tem por finalidade "promover o controle social sobre a ação das IFMs no Brasil tomando a perspectiva da eqüidade de gênero e efetivação dos direitos humanos das mulheres como foco"[2], envolve até o momento cerca de 40 organizações e fóruns das diferentes regiões do Brasil e está impulsionada pela Rede Entre Mulheres-Secção Brasil e Rede Brasil sobre IFMs, com apoio da Articulação de Mulheres Brasileiras.

Neste breve artigo procuro refletir sobre os possíveis sentidos e desafios que vislumbro para a Iniciativa, à luz da experiência das mulheres e na ótica do pensamento feminista.

Um pouco de história

Estudos e pesquisas sobre os programas governamentais de desenvolvimento, impactos das crises e dos programas de ajuste estrutural, assim como o tema das relações de gênero nas políticas de cooperação internacional estão na agenda feminista desde pelo menos os anos 70. Neste ano, Ester Boserup publicou seu estudo *Women's Role in Economic Development*, e com ele inseriu de modo definitivo o tema das iniqüidades de gênero como problema do desenvolvimento, naquele momento pensado de modo restrito à dimensão econômica. No seu estudo, Boserup demonstra como, por conta das relações desiguais de gênero, o processo de modernização nos sistemas de produção, que muitos programas de desenvolvimento vinham promovendo no âmbito da agricultura em países da África, ao contrário da suposta eqüidade de gênero que promoveria, provocou o empobrecimento e maior exclusão das mulheres, uma vez que os homens foram ocupando os novos postos de trabalho criados e foram hegemonizando o controle tecnológico que permitia aumento de produtividade.

O tema da desigualdade de gênero ganhou espaço no debate em torno da cooperação ao desenvolvimento ao longo das décadas seguintes, impulsionado, de um lado, e de maneira destacada, pelas conferências internacionais promovidas pelas Nações Unidas e os acordos, tratados, convenções e compromissos daí decorrentes. O tema ganhou em densidade impulsionado também pela crescente capacidade de elaboração sobre o assunto demonstrada pelos estudos e pesquisas de orientação feminista no campo da sociologia, economia e ciência política. Por fim, mas não menos importante, o tema manteve-se na agenda e ampliou seu campo de incidência impulsionado pela ação das organizações feministas de mulheres que cresciam em presença na esfera pública internacional.

Entre os grupos e organizações de mulheres brasileiras circularam, e com mais intensidade a partir dos anos 90, uma série de estudos nesta direção publicados aqui ou na América Latina por redes, entre as quais destacam-se as publicações em espanhol e/ou português de DAWN/MUDAR[3], Red Entre Mujeres[4] e FEMPRESS[5].

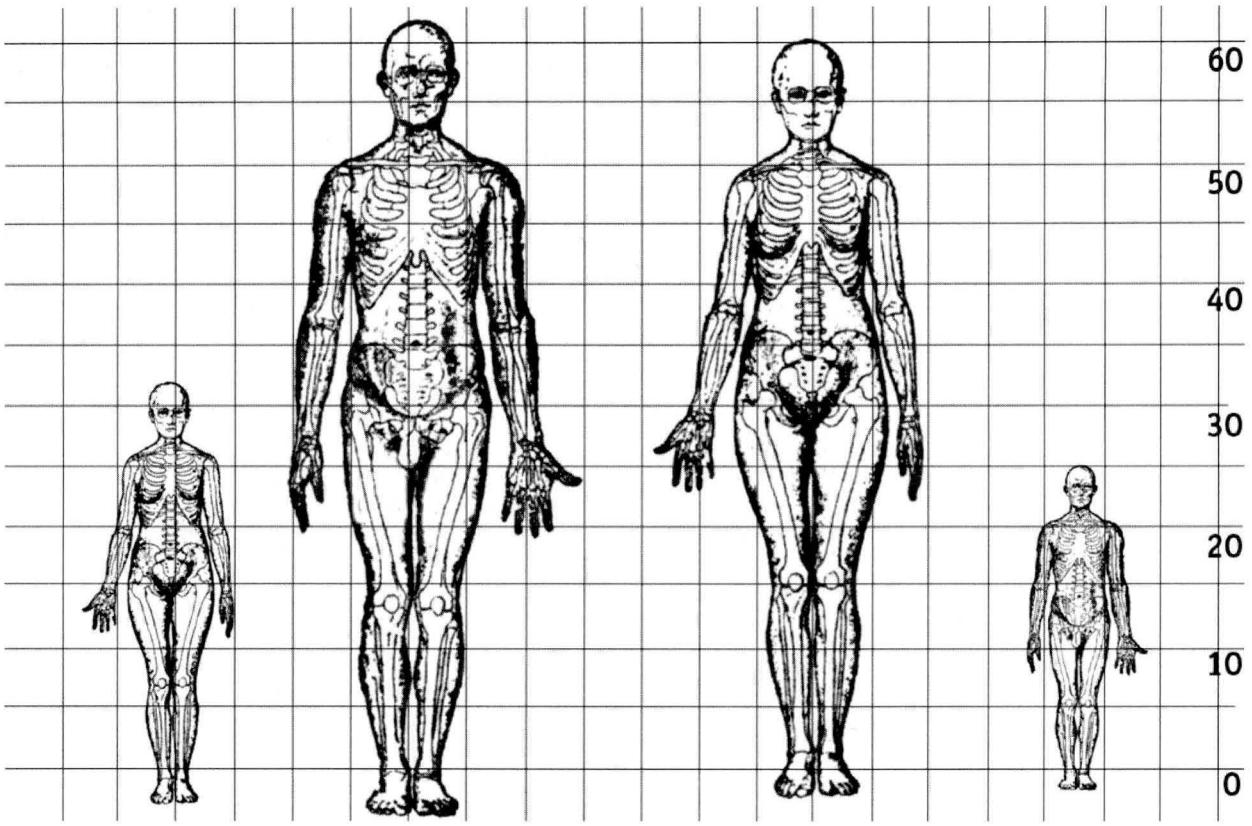
---

[2] Apresentação da Proposta da Iniciativa (1999). Memória da Oficina Nacional de 12 de agosto.

[3] Development Alternatives With Women for a New Era/Mulheres e Desenvolvimento para uma Nova Era publicou entre outros: *Desenvolvimento, Crises e Visões Alternativas: Perspectivas das Mulheres do Terceiro Mundo; Desafiando lo Dado: Perspectivas sobre el Desarrollo Social; Mujer y Crisis respuestas ante la recesion.*

[4] O Entre Mujeres foi inicialmente um projeto de diálogo sul-norte sobre gênero e cooperação ao desenvolvimento, mais tarde transformado em rede sobre o mesmo tema e publicou entre outros: *La Feminización de la Pobreza en América Latina, Las Mujeres e la Crisis en America Latina.*

[5] O Fempress, Rede de Comunicação Alternativa da Mulher, publica com freqüência em seu periódico artigos sobre mulher e desenvolvimento, entre os quais sublinho o encarte especial de 95: *Desenvolvimento Social.*



Em termos de avaliação de impactos, através destes estudos, estiveram sendo repensados, sob diferentes pontos de vista, os impactos das políticas de ajuste estrutural: recessão, reformas do Estado, suas políticas sociais e de privatização. Estudou-se o impacto sobre as mulheres, e estudou-se o diferencial de impacto entre mulheres e homens, o que se passa com as famílias na crise, e como ficam as mulheres nos grupos domésticos, suas jornadas de trabalho, sua saúde. Estudou-se os padrões de emprego e desemprego que emergem da reestruturação econômica global, e ainda as mudanças e conflitos em que vivem homens e mulheres nas relações interpessoais e sociais, ao mesmo tempo em que pesquisava-se sobre as estratégias que implementam para organizar a sua sobrevivência. É relativamente extensa e diversificada a produção feminista latino-americana e brasileira neste campo, e está ainda a merecer uma cuidadosa revisão bibliográfica.

No âmbito dos debates na arena política internacional, as mulheres colocaram em questão as políticas de controle populacional; incluíram nas pautas o tema da feminização da pobreza provocado pelos modelos de desenvolvimento; promoveram denúncias, tribunais e mobilizações de repúdio em torno às práticas de violência contra mulheres, a indústria do turismo calcada na exploração sexual das mulheres e o tráfico de mulheres; e trabalharam na elaboração, legitimação e defesa de direitos, entre eles os direitos reprodutivos, uma invenção das mulheres.

Em algumas circunstâncias, o tema da ação das IFMs esteve explícito, como no momento das Conferências de Copenhague e Beijing em 1995. Na primeira as mulheres promoveram uma série de debates-denúncias em torno aos efeitos dos programas de ajuste estrutural e foram importantes protagonistas da pressão pela revisão destes programas, com o que acabou comprometendo-se os governos. Na segunda, em Beijing, as mulheres mobilizaram assinaturas e lançaram uma campanha mundial pelo acompanhamento a reformas por elas demandadas em carta ao BIRD, a campanha "Mulheres de Olho no Banco Mundial".

A INICIATIVA TEM POR FINALIDADE "PROMOVER O CONTROLE SOCIAL SOBRE A AÇÃO DAS IFMS NO BRASIL TOMANDO A PERSPECTIVA DA EQÜIDADE DE GÊNERO E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES COMO FOCO"

As mulheres brasileiras estiveram pesquisando, debatendo, articulando e fazendo pressão no campo internacional, mas internamente, em muitas circunstâncias, a ação das IFMs esteve subsumida no debate sobre as políticas públicas e sociais, em que pese serem estes também objeto da ação das IFMs. As políticas de assistência à saúde da mulher, e o próprio sistema de saúde, os programas de melhoramento da infra-estrutura urbana e de moradia, de educação, desenvolvimento da agricultura familiar e segurança alimentar são todos temas e questões que têm sido objeto da ação das mulheres por repercutirem diretamente nas condições cotidianas de viver a vida presente. Mas, no mais das vezes, a ação do movimento nestes campos de conflitos sociais e na disputa por projetos diferenciados, não colocou o BID, BIRD ou o FMI no foco das suas atenções, embora não os tenha ignorado.

Articular as dimensões internacionais, nacionais e locais, assim como o micro e o macro, o aqui e o depois, não é tarefa fácil, e tem sido uma fragilidade entre diversos movimentos sociais, do que o feminismo não é exceção. O internacionalismo feminista, prática constitutiva da genealogia do próprio movimento, e as especificidades das relações de gênero, desenhadas pelas fronteiras dos contextos culturais de cada lugar, exigem, entretanto, permanente atenção a esta articulação, que afinal se fez, mas nem sempre tomando as IFMs como foco na medida de sua importância. A Iniciativa vem, por tudo isto, e com todos os seus desafios, nos trazer a oportunidade de renovar e promover a atualização do debate em torno à eqüidade de gênero no contexto do ajuste e reformas do Estado brasileiro da virada do século. Reveste-se de especial importância neste momento por ser o ano 2000 o ano em que avalia-se os 5 anos da Plataforma de Ação de Copenhague e de Beijing.

O sentido e significados da Iniciativa para as mulheres

Fazer a Iniciativa, para além do desafio internacionalista localizado nos contextos diversos em que atuam as mulheres, reveste-se de dificuldades, uma primeira delas derivada do próprio feminismo: sua larga agenda *expandida.*

... AS MULHERES PROMOVERAM UMA SÉRIE DE DEBATES-DENÚNCIAS EM TORNO AOS EFEITOS DOS PROGRAMAS DE AJUSTE ESTRUTURAL E FORAM IMPORTANTES PROTAGONISTAS DA PRESSÃO PELA REVISÃO DESTES PROGRAMAS, COM O QUE ACABOU COMPROMETENDO-SE OS GOVERNOS

As desigualdades e opressões contra as quais voltam-se as mulheres estão por toda parte: na ação do Estado e nas políticas dos governos; na imprensa e na mídia; na casa, na família, na escola, entre amigas, com os parceiros; nos partidos, nos movimentos sociais, nas igrejas, entre estilistas de moda e na arquitetura das casas populares (com suas lavanderias ao sol). Os direitos e a

eqüidade buscada implicam realizar uma ampla agenda de transformações, na qual não há, nem pretende-se, uma hierarquia de espaços e atores. Fazer a Iniciativa é também fazer sensibilização junto a outras mulheres, junto a homens, junto a organizações de mulheres e organizações mistas; é constituir um campo de alianças políticas e cumplicidades utópicas em torno da igualdade, pensada a partir da experiência das mulheres nas relações de gênero.

A realização da eqüidade de gênero é o núcleo fundante do projeto emancipatório feminista. Da aposta utópica nesta eqüidade derivam os motivos e inspirações para a constituição das iniciativas do movimento, inclusive os debates em torno do desenvolvimento. Da ação feminista derivou o alargamento e radicalização de concepções de democracia, direitos humanos e justiça social quando a perspectiva de eqüidade, para além das classes, incluiu gênero, quando as mulheres afirmam que os direitos das mulheres são também direitos humanos.

Não sem dificuldades, as mulheres, como coletivo, vêm constituindo-se como sujeito na arena pública. E como sujeito de conhecimento dos problemas sociais, capacidade por muitos associada, até recentemente, aos homens, tomados que eram como os únicos, senão os verdadeiros ou mais capazes, sujeitos da história, do pensamento político e das transformações estruturais da sociedade.

Esta aposta impõe às mulheres o esforço de conceituação própria, de resignificar a própria identidade, de realizar-se como sujeito e disputar espaços e projetos a partir de condições adversas:

"O fato de uma parcela das mulheres ter alcançado a esfera pública, e de ser esta uma possibilidade incontestável hoje, não significa que o modelo dicotômico homem-esfera pública, mulheres-espaço privado esteja totalmente desfeito, que as regras práticas da subordinação estejam de fato modificadas e que os signos da cultura que sustentam essa divisão tenham sido abandonados na formação do senso comum" (Ávila, 1999).

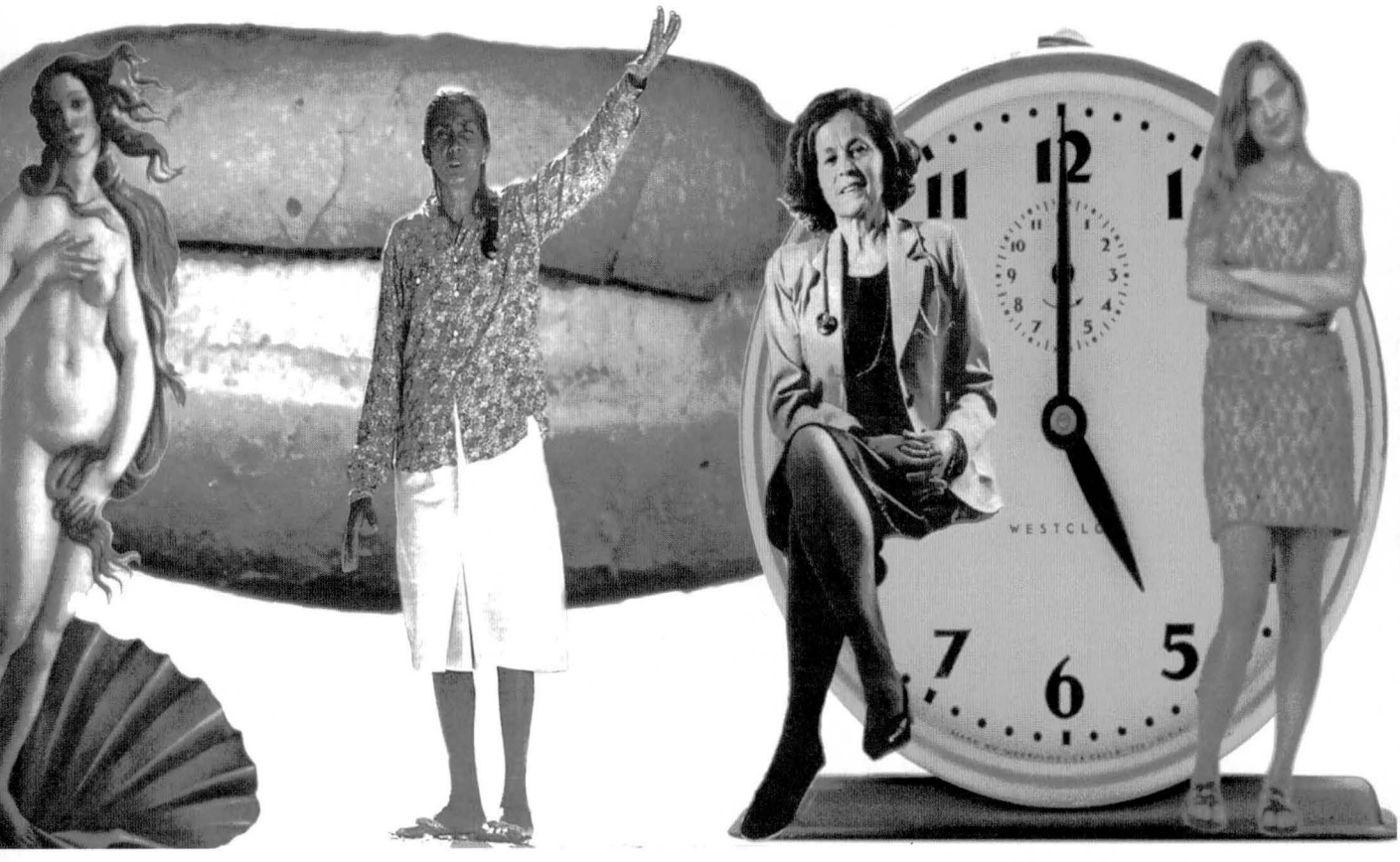
Constituir a Iniciativa é, para cada mulher que nela participe, constituir a si mesma como sujeito deste debate, sem entretanto tomá-lo como ponto de chegada. A Iniciativa será vivida, pelas mulheres, muito mais como uma plataforma de lançamento, mesmo que por tradição e conservadorismo possa ser interpretada por outros como porto de chegada, signo de "evolução" do debate feminista, que do doméstico e familiar chegou aos grandes temas da atualidade. Ao contrário, a perspectiva feminista dos problemas sociais, que inclui o cotidiano do hoje e na história passada e futura, o micro e macro como dimensões da mesma realidade, e diferentes pontos de vistas para além do discurso oficial e hegemônico, é que poderá trazer à luz novos aspectos do problema.

AS MULHERES BRASILEIRAS ESTIVERAM PESQUISANDO, DEBATENDO, ARTICULANDO E FAZENDO PRESSÃO NO CAMPO INTERNACIONAL, MAS INTERNAMENTE, EM MUITAS CIRCUNSTÂNCIAS, A AÇÃO DAS IFMS ESTEVE SUBSUMIDA NO DEBATE SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS

DA AÇÃO FEMINISTA DERIVOU O ALARGAMENTO E RADICALIZAÇÃO DE CONCEPÇÕES DE DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA SOCIAL QUANDO A PERSPECTIVA DE EQÜIDADE, PARA ALÉM DAS CLASSES, INCLUIU GÊNERO, QUANDO AS MULHERES AFIRMAM QUE OS DIREITOS DAS MULHERES SÃO TAMBÉM DIREITOS HUMANOS

Este sentido do qual se reveste a Iniciativa para o feminismo e para as mulheres deste movimento exige uma dimensão de estudo e pesquisa sistemática, estudos específicos por temas, por diferentes aspectos de um mesmo problema e até áreas geográficas, todos apoiados pela teoria feminista, ainda que de modo não exclusivo, o que implica dedicação a ler, refletir, debater, elaborar. "Nosso pensamento sobre o grande tema da mulher e desenvolvimento tem que estar informado pelo melhor e mais atualizado da teoria e pesquisa feminista" (Jeanine Anderson, 1992), pois para além de engrossar a bibliografia com artigos, para além de politizar o assunto, é preciso teorizar, numa perspectiva própria.

Por fim, destacaria que, quer por suas origens locais-internacionais, quer por seus propósitos de controle social e defesa de direitos, a Iniciativa, para o feminismo, toma o sentido de sua mais recente aposta no fortalecimento da solidariedade global e da cidadania no Brasil. Trata-se de uma aposta porque, se bem-sucedida, a Iniciativa com certeza revelará novos



problemas e novas visões de antigos problemas do desenvolvimento e justiça, além de fortalecer novos sujeitos sociais, as mulheres, e, de quebra, ampliar um campo dos movimentos sociais democratizantes.

A Iniciativa foi criada na cidade de Brasília, numa oficina, no dia 12 de agosto de 1999, onde, além de seus propósitos e finalidades, indicamos os valores e princípios que a orientam e os tipos de atividades que pretende-se realizar. Desta invenção participaram: Benedita do Nascimento Pereira do Fórum de ONGs de Rondônia, Beatriz Canabrava da Rede Mulher de Educação, Carla Batista do SOSCORPO Gênero e Cidadania, Cléa Anice Porto da CONTAG, Concita Maia do MAMA - Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, Cornélia Parisius do DED (Serviço Alemão de Cooperação Técnica), Cristina Schroter Simião do ADITEPP, Flávia Barros da Secretaria Executiva Rede Brasil, Iremar Pereira do CUNPIR - Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso do Sul e Sul do Amazonas, Jacy Corrêa Curado da Associação Mulher Informação - Interativa Projetos & Intervenção, Jane Casella do Instituto Polis, Lúcia Maria P. Aragão do CETRA - Centro de Estudos do Trabalho e do Trabalhador, Maria Claudia F. da Silva do CACES - Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais, Maria da Graça de Figueiredo Costa da FASE/Programa Pará, Maria Emília Lisboa Pacheco da FASE, Maria José Cyhlar Monteiro do Conselho Regional de Economia-RJ, Magnólia Azevedo Said do Esplar, Márcia Andrade do Centro Josué de Castro, Marlene Libardoni da AGENDE - Ações em Gênero e Cidadania, Mirian da Silva Pacheco Nobre do SOF- Sempre Viva Organização Feminista, Raimunda Damasceno da CONTAG, Rurany Ester Silva do Grupo Transas do Corpo, Sandra Quintela do PACS, Sara Eduarda de Castro do Fórum Popular de Mulheres/AMB Sul, Silvia Cordeiro do Centro das Mulheres do Cabo,

Sônia Cleide da Silva do Grupo de Mulheres Negras Malunga, Vanda M. Barbosa do Fórum de Entidades Autônomas de Alagoas, Wania Sant'anna da Fase e eu. Até os primeiros três meses de existência da Iniciativa, ou seja até novembro do ano passado, estivemos discutindo e constituindo parcerias, agregando gente, detalhando nossa concepção metodológica de monitoramento, recolhendo informações. Este ano, queremos cair em campo. E o faremos com mais gente, pois neste período se juntaram ao grupo de enlaces da Iniciativa: Soraya Tupinambá do Instituto Terramar, Mirian Saldaña Perez do Fórum Popular de Mulheres de Rondônia, Maria do Socorro de Souza da CONTAG. Por não termos ainda um mapeamento completo da participação nos debates e constituição de grupos de enlaces em todas as regiões do Brasil, evitarei citar aqui os nomes das mulheres e organizações de mulheres e mistas que também já são instituintes da Iniciativa, deixo aqui minhas desculpas.

Bibliografia

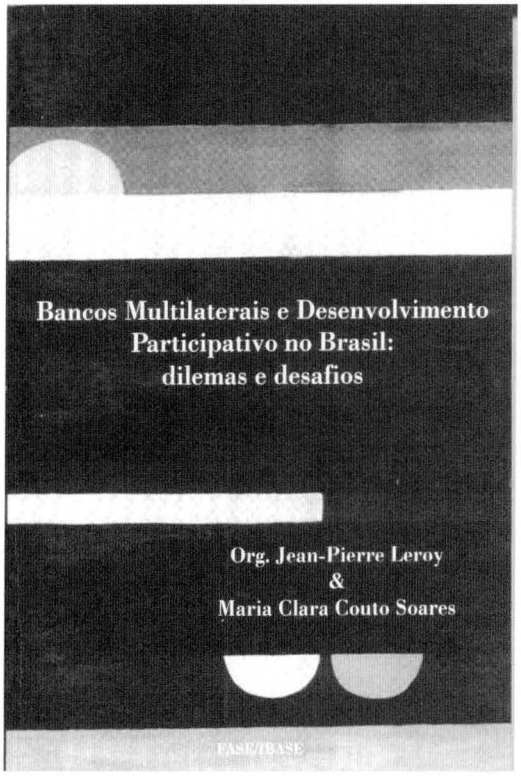
Anderson, Jeanine. *Interes o Justicia. Donde va la Discussion sobre la Mujer y el Desarrollo?* Lima: Edições Entre Mujeres, 1992.

Ávila, Maria Betânia. "O Brasil que temos e o Brasil que queremos: Uma reflexão Feminista".

J.O.Beozzo (org.) *Brasil 500 anos: por um Jubileu de Justiça e de Esperança.* São Paulo: CESEP/Paulus, 1999.

Jaquette, Jane S. "Gênero y Justicia en el Desarrollo Econômico". *Propuestas. Documento para el Debate.* N. 4. Lima; Red Entre Mujeres, s.d.

Bancos Multilaterais e Desenvolvimento Participativo no Brasil: dilemas e desafios.



Organizadores Jean-Pierre Leroy e Maria Clara Couto Soares
RJ, FASE/IBASE.
Preço: R$ 15,00

Este trabalho é um convite ao debate, especialmente para quem define e executa políticas públicas seja no Executivo, no Legislativo ou nos organismos multilaterais. Estudiosos, ativistas de partidos, ONGs e movimentos populares e sindicais encontram aqui um instrumento de formação.

Pedidos pelo Tel: (xxx21) 286 - 1441 ou email: sbrandao@fase.org.br

Gênero, Politícas Públicas e Cidadania: uma experiência urbana na Baixada Fluminense

Tatiana Dahmer Pereira *

* Assistente Social, Mestre em Planejamento Urbano, Técnica da FASE Rio

Os conflitos sociais na ocupação e utilização das cidades têm dimensões complexas e passam, cada vez mais, a ser melhor discutidos pelos atores sociais destes processos. No espaço da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro - mais especificamente na Baixada Fluminense - a desigualdade social produtora do quadro de pobreza, violência e carências de toda ordem, está no centro das ações do Programa Metropolitano Rio de Janeiro da FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. No entanto, combater desigualdades sociais sem compreender como estas impactam diferenciadamente homens e mulheres e as diferentes etnias acaba por perpetuar relações discriminatórias étnicas e de gênero[1]. O que apresentamos neste artigo é o processo de incorporação do recorte de gênero em ações cotidianas relacionadas a direitos sociais, acesso e democratização de políticas públicas e a serviços urbanos para homens e mulheres. Como relato de uma experiência em curso, essa apresentação não pretende avaliar conclusivamente o trabalho. Apenas expomos uma experiência, a qual, com todas as dificuldades, vem mostando-se bastante exitosa.

A FASE atua junto a movimentos sociais organizados na Baixada Fluminense - imenso bolsão de miséria com quase três milhões de habitantes, situado na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, desde meados da década de 70. Trabalhando com temáticas como saneamento ambiental, orçamento participativo, geração de trabalho e renda, entre outras, a FASE assessora e capacita organizações e lideranças populares para cidadania. Entidade do campo da educação popular e tendo como norte a construção de uma sociedade socialmente justa e solidária, a FASE contribui para: (a) democratizar a gestão municipal do espaço urbano; (b) universalizar o acesso a serviços e equipamentos urbanos e; (c) construir mecanismos de controle social por parte da sociedade civil, sobre políticas e recursos públicos. Dentro destes eixos, desenvolvemos ações voltadas para o enfrentamento e a superação das desigualdades sócio-econômicas produzidas historicamente no espaço urbano.

Cabe aqui um breve e importante parênteses. Quando refletimos sobre desigualdades sociais, precisamos reconhecer as peculiaridades que histórica e culturalmente essas desigualdades adquirem. O espaço urbano reflete as contradições e a cultura de cada sociedade. Como não poderia deixar de ser, em uma sociedade marcada por desigualdades sócio-econômicas estruturais, os segmentos das camadas sociais têm acessos diferenciados aos equipamentos e serviços urbanos. Ao mesmo tempo, fortemente impregnada por uma cultura patriarcal e escravocrata, as relações sociais estabelecidas geram e reproduzem formas desiguais de apropriação das riquezas, de serviços e equipamentos coletivos não apenas entre pobres e ricos: essa diferença está fortemente presente quando olhamos para homens e mulheres, negros (as) e brancos (as). Portanto, reconhecer que *mulheres* e *homens* têm necessidades diferenciadas em relação à cidade e formas culturalmente diferentes de viver o espaço urbano - tanto no âmbito público, da rua, quanto no privado e no doméstico, da casa - demonstra a necessidade de olhar as questões tanto a partir de uma perspectiva de classe quanto de *gênero*. Neste sentido, Hirata & Kergoat (1994) afirmam que as relações sociais de classe e de sexo - e podemos incluir étnicas - organizam a totalidade das práticas sociais[2].

---

[1] O termo Gênero define um conjunto de relações sócio-culturais e econômicas constituídas no processo de socialização entre homens e mulheres, mulheres e mulheres e entre homens de padrões sociais de conduta e comportamento em torno do que é ser homem e o que é ser mulher. Por diferenciar-se do sexo (macho e fêmea), que é biológico, Gênero traz consigo estereótipos e formas de relações que podem ser transformados nas relações sociais. Por exemplo: até a década de 40, no Brasil, mulheres não podiam votar ou usar calça comprida. Outro estereótipo, embora venha sendo transformado, é a idéia que "homem não chora".

[2] HIRATA, H & KERGOAT D. "A classe operária tem dois sexos" in Estudos Feministas nº 1, SP, 1994.

A Baixada Fluminense tem em sua composição, segundo dados recentes, em torno de 52% de mulheres e 60% de pessoas "não brancas". No caso específico de São João de Meriti - considerada a de maior adensamento populacional do Brasil, com quase 450 mil habitantes em 34km^2 - há praticamente o mesmo número de mulheres e homens no município. E, deste total, em torno de 24% das mulheres são chefes de família[3].

No entanto, a precariedade de serviços públicos nas áreas de saúde, segurança pública (incluindo violência doméstica), educação, saneamento e creche têm impacto diferente, e podemos dizer, bem mais perverso, em relação às mulheres - mais especificamente, em relação às mulheres negras. Sendo as relações de gênero relações sociais instituídas historicamente, cabe à parcela feminina da população o zelo e a manutenção do espaço doméstico e a perpetuação de condições favoráveis à reprodução da família - com maiores repercussões sobre o tempo livre da mulher de baixa renda. Tanto no âmbito privado, quanto no público, tais desigualdades estão presentes.

Questões que merecem particular atenção na região - e articulam-se entre si - referem-se aos casos de pobreza, trabalho, escolaridade e violência. Embora com a mesma - e até superior - média de anos de estudo que os homens, as mulheres ganham, em média, em todas as camadas sociais, cerca de 30% a menos que estes[4].

Sabemos que, além da jornada normal de trabalho, cabe às mulheres não apenas os cuidados com a casa e com os filhos, mas também a participação nas dinâmicas da vida comunitária. Essa mobilização ocorre em busca de solução para problemas que as afetam cotidianamente, tais como a escassez de creche, a precariedade dos serviços nos postos de saúde, a preocupação com a falta de escoamento do esgoto - que invade casas -, a falta de iluminação pública, expondo-as ao risco de violência sexual, etc. Embora não tenhamos a

[3] Fonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, apurado a partir de dados do Censo de 1991, IBGE.

[4] Dados obtidos a partir da Organização Internacional do Trabalho.

intenção de hierarquizar necessidades, podemos afirmar que vivenciam o espaço comunitário, muitas vezes, de forma mais intensa que os seus parceiros. Portanto, *olhar a cidade* é - principalmente - reconhecer as diferentes necessidades geradas a partir dos papéis sociais de gênero.

Objetivando afirmar essas diferenças - e erradicar desigualdades entre mulheres e homens -, lançamos em maio 1997, em parceria com a Casa da Cultura[5], o projeto demonstrativo *Disk Mulher Baixada*. Constituído como um serviço telefônico de informações, o projeto volta-se a todas mulheres - que podem ligar anonimanente - de toda a Baixada informando sobre serviços públicos e comunitários existentes nas áreas de saúde, AIDS, violência, creche e cidadania. O Disk Mulher nasce da constatação de que as mulheres sequer tinham acesso às informações fundamentais sobre direitos que lhe assegurassem a cidadania e propiciassem qualidade de vida. No entanto, tínhamos clareza da avalanche de problemas com a qual nos defrontaríamos, considerando a precariedade dos serviços públicos, os muitos indícios de violência doméstica e sexual contra mulheres e meninas e a dificuldade de acesso a serviços e equipamentos urbanos por parte das mulheres.

Portanto, para além da prestação de informações, sabíamos ser fundamental a articulação com entidades populares visando refletir sobre e elaborar ações afirmativas no campo da cidadania das mulheres no plano local e mesmo regional. Era preciso, a partir de entidades populares sensibilizadas para o combate às desigualdades de gênero como algo imprescindível à construção de uma sociedade justa e igualitária, atuar intensamente: (i) no campo da formulação de políticas públicas; (ii) no controle social da implementação e do impacto na reversão das desigualdades de gênero; (iii) na articulação com Conselhos Municipais setoriais, imprimindo às políticas públicas claro recorte afirmativo de gênero e étnico.

Assim, logo à época do lançamento do serviço, obtivemos conquistas iniciais significativas no campo das políticas públicas: conseguimos a aprovação de leis[6] relevantes para as mulheres em São João de Meriti. Entre elas, destacamos a implantação do cartão de saúde da mulher e da gestante nos postos municipais de saúde, assegurando ás mulheres um registro do histórico de exames e consultas realizados, e a que regula a criação, em caráter sigiloso, da Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica na cidade. O cartão foi implantado, tendo funcionado por um tempo. Junto ao Conselho Municipal de Saúde, vimos debatendo a importância de sua manutenção. A Casa Abrigo ainda é alvo de luta das organizações e deve ser construída em breve, vinculada ao governo do Estado. Embora aprovadas, as leis em si não asseguram a existência de serviços de qualidade. Assim, espaços de fiscalização e controle social sobre as deliberações do legislativo são importantes de serem ocupados. E dentre alguns canais institucionais de democratização da gestão

[5] A Casa da Cultura - Centro de Formação Artística e Cultural da Baixada Fluminense - é uma entidade não governamental popular, fundada em 1991 por lideranças dos movimentos sociais da região e de forte referência local. Volta-se para a valorização da cultura e estética afro, dos direitos das mulheres, crianças e adolescentes.

[6] Apresentamos seis projetos de lei referentes ao combate às discriminações contra mulheres ao Vereador Municipal Jorge Florêncio (PT - São João de Meriti), oriundo do movimento popular. Os projetos, transformados em leis versam sobre: (i) Implantação do Cartão de Saúde da Mulher e da Gestante nos postos de saúde; (ii) Obrigatoriedade de todas as maternidades afixarem placas informando sobre a gratuidade e o direito de acesso ao atestado de "nascido vivo"; (iii) Notificação compulsória no caso de óbito em virtude de parto (ambos visando combater os altos índices de mortalidade materno-infantil por negligência médica e erros médicos no parto e pela falta de pré-natais adequados); (iv) Proibição de entrada ou permanência de menores de idade desacompanhadas em motéis, hotéis ou bares (combatendo a prostituição infantil, que tem impacto mais forte sobre as meninas); (v) Obrigatoriedade dos motéis disponibilizarem gratuitamente em seus quartos no mínimo três preservativos; (vi) Implantação de uma Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, em caráter sigiloso.

municipal, ressaltamos especialmente os Conselhos Municipais de políticas setoriais[7].

Nossa proposta não era "resolver" problemas no plano imediato - por termos clareza do quão estruturais tais questões são -, mas dar visibilidade às desigualdades de gênero na ocupação do espaço urbano, fomentar articulações e sensibilizar as existentes para fortalecerem as lutas por cidadania das mulheres e homens na região. Sabíamos ser preciso, para que este debate não se "guetificasse", tornando-se "problema de mulheres", ter uma base social mais ampla junto aos movimentos sociais.

Da mesma forma, para que o serviço não ficasse restrito a um centro de informações e pudesse desenvolver ações integradoras de diferentes políticas setoriais, bem como fomentasse a organização de mulheres na cidade, articulamos uma coordenação inter-institucional, envolvendo oito mulheres e um homem de entidades mistas (compostas por homens e mulheres) populares da cidade - tais como o Conselho de Entidades Populares de São João de Meriti, a Pastoral do Negro da Igreja Católica, o Centro de Atividades para a Terceira Idade, a própria FASE e, mais tarde, a Rádio Comunitária Onda Livre. Neste veículo de comunicação, há mais de um ano, semanalmente é veiculado o programa "Mulheres nas Ondas da Rádio", a serviço e voltado principalmente para as mulheres.

O INTERESSANTE É PERCEBER QUE AS LIDERANÇAS INICIALMENTE ENVOLVIDAS APRESENTAVAM SENSIBILIDADE À TEMÁTICA DO TRABALHO COM MULHERES, DE LUTA POR DIREITOS IGUALITÁRIOS E CIDADANIA DAS MULHERES NA CIDADE

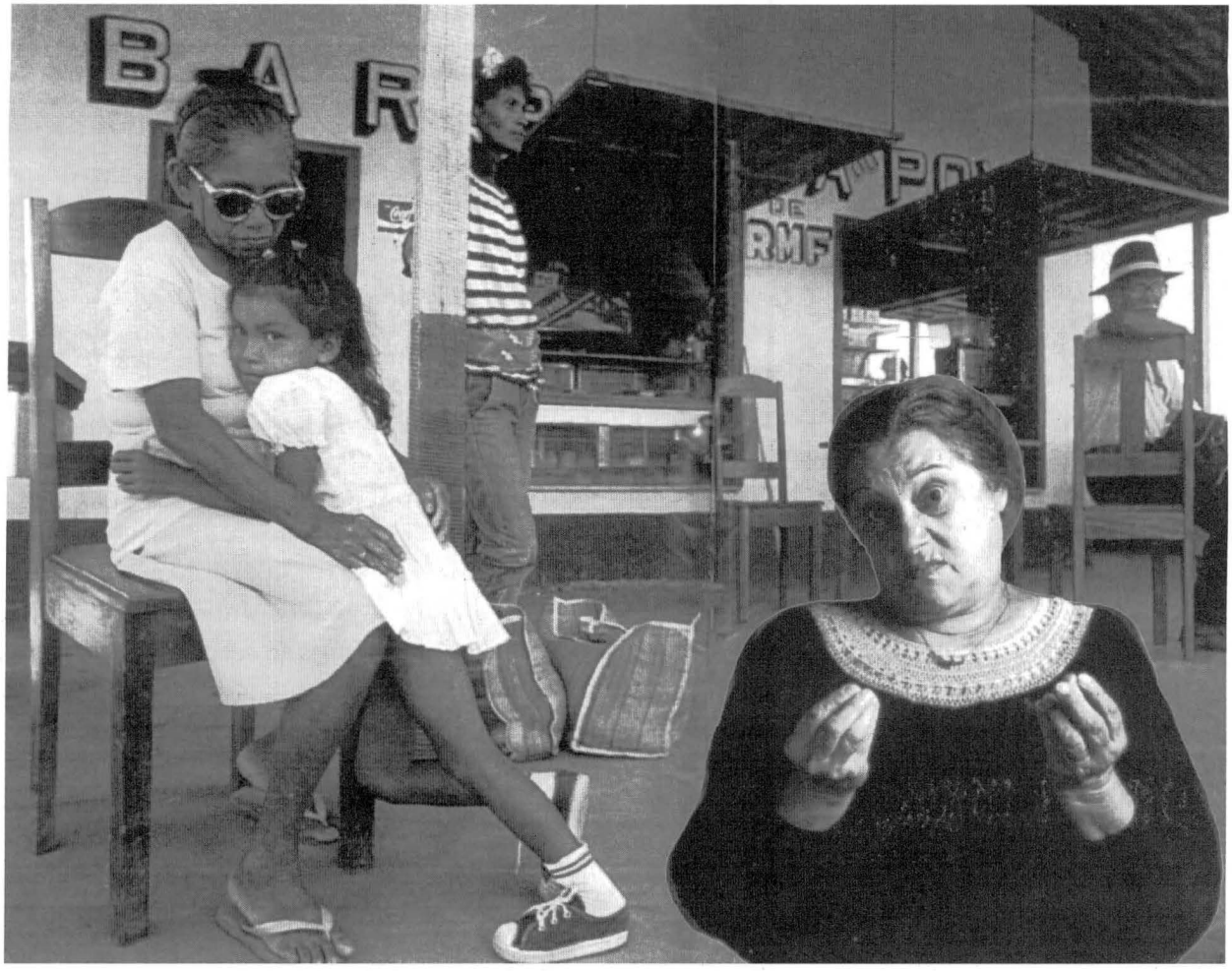
A PARTIR DE CAPACITAÇÕES DA COORDENAÇÃO DO DISK MULHER REALIZADAS PELA FASE E DO APRENDIZADO COTIDIANO DO TRATO DESTAS QUESTÕES EM DIFERENTES ESPAÇOS, AS ENTIDADES VÊM INCORPORANDO PROGRESSIVAMENTE A LEITURA CRÍTICA SOBRE INJUSTIÇAS DE GÊNERO NO ESPAÇO URBANO

É importante salientar que, desta coordenação, quase todas as pessoas participam ativamente de Conselhos Municipais setoriais, o que permite o vínculo de nossas ações a estes espaços fundamentais de formulação de políticas e de controle social.

Cabe ressaltar que, embora tenha assinado a Convenção Fluminense[8], em 1997, compro-

[7] Os Conselhos Municipais, Estaduais e Federais setoriais - de saúde, educação, criança e adolescente, de direitos da mulher, etc. - foram criados a partir da Constituição Federal de 1988. São canais de formulação e de fiscalização de políticas públicas e de gestão de recursos, compostos por representantes da sociedade civil (usuários de serviços públicos), governo e, alguns, profissionais do setor. Constituem-se, portanto, em esferas públicas não estatais, estratégicas para a democratização das gestões, principalmente no âmbito local.

[8] A Convenção Fluminense é uma carta-compromisso assinada em 1997 por mais de 80 prefeitos de todo o estado do Rio de Janeiro, assegurando a implantação de uma agenda de políticas públicas comprometendo-se a cumprir as diretrizes tiradas em Pequim, na Conferência Mundial de Direitos das Mulheres, tais como a criação de Conselhos de Direitos das Mulheres, criação de órgãos e serviços voltados ao combate à violência doméstica e sexual e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e no campo da saúde reprodutiva.



metendo-se a implementar o Conselho Municipal de Direitos da Mulher, a prefeitura municipal apenas agora dá os passos iniciais para o seu efetivo funcionamento. Ainda assim, o Conselho de Direitos da Mulher do município foi criado por decreto, podendo comprometer o perfil progressista e democrático das entidades que o compõem. Este é mais um desafio posto às entidades populares na cidade: ocupar o espaço do Conselho instituído, imprimindo ao mesmo ações críticas, democráticas e articuladas intersetorialmente com as demais secretarias e conselhos.

Essa coordenação acompanha o serviço, mas, para além de preocupar-se com sua dinâmica cotidiana, é responsável por construir estratégias coletivas de ação política frente aos poderes públicos municipal e estadual, nos âmbitos executivo e legislativo e de dar visibilidade às desigualdades sociais de Gênero na cidade. Nestes três anos de existência do serviço, conseguimos bastante projeção na mídia e alguma divulgação, ainda que não tão sistemática. Talvez a dificuldade de obter recursos que permitam exposição sistemática do serviço tenha relação com a ainda baixa incidência de ligações. Outra questão que atribuímos a este fator é a desconfiança e descrédito das mulheres quanto à possibilidade de alteração de situações que vivenciam a partir de informações ou de qualquer tipo de orientação. Mesmo assim, as informações relacionadas à temática de Violência (39% das ligações de 1999), seguida pelas de Saúde, aparecem como as mais procuradas - o que é um indicador significativo da relevância destes temas na região da Baixada.

No entanto, ao lidar com um campo tão delicado quanto importante, muitas problemáticas foram emergindo a partir da existência do Disk

Mulher. Junto ao êxito de pautar temáticas referentes à cidadania das mulheres como preocupação nas entidades mistas com as quais trabalhamos, também vieram fortes demandas por parte de lideranças populares e mesmo de cidadãos e cidadãs por solução ou encaminhamento de problemas apresentados.

Conclusões

Para além da informação, o Disk Mulher tornou-se, como vimos, um instrumento de fomento do debate sobre as desigualdades sociais de gênero e sobre a necessidade de incorporar a leitura de gênero em nossas ações de transformação da cidade.

O interessante, neste processo, é perceber que as lideranças inicialmente envolvidas apresentavam sensibilidade à temática do trabalho *com mulheres*, de luta por direitos igualitários e cidadania *das mulheres* na cidade. Também, desde o início deste trabalho, em 97, não havia estruturado movimento de mulheres que se constituísse em uma referência de lutas globais na cidade. Ao mesmo tempo, o conceito de gênero ainda era algo profundamente distante daquela realidade.

AS INFORMAÇÕES RELACIONADAS À TEMÁTICA DE VIOLÊNCIA (39% DAS LIGAÇÕES DE 1999), SEGUIDA PELAS DE SAÚDE, APARECEM COMO AS MAIS PROCURADAS - O QUE É UM INDICADOR SIGNIFICATIVO DA RELEVÂNCIA DESTES TEMAS NA REGIÃO DA BAIXADA

UM DOS ÊXITOS DESSE PROCESSO EXPRIME-SE NA RECENTE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA VINCULADO À BOLSA ESCOLA NA CIDADE

Havia, sim, um conjunto de mulheres com consolidada trajetória de militância em movimentos de bairro e excelente nível de liderança comunitária que, na prática, tinham a cidadania feminina como agenda secundária. Enquanto portadoras de uma bandeira eminentemente comunitária sua presença e participação eram bem aceitas, mas para a introdução de uma agenda própria de superação de desigualdades de gênero, foi - e tem sido - fundamental todo um processo de sensibilização para alcançar legitimidade pública e política, tanto em relação aos demais segmentos sociais, como até mesmo entre atores do campo popular.

Para consolidar essas adesões e objetivando essa crescente sensibilização dos demais atores sociais, vimos realizando ciclos de formação e palestras, além da disputa cotidiana no debate político nos espaços coletivos de construção das ações das entidades.

A partir de capacitações da coordenação do Disk Mulher realizadas pela FASE, desde o início do processo e do aprendizado cotidiano do trato destas questões em diferentes espaços, as entidades vêm incorporando progressivamente a leitura crítica sobre injustiças de gênero no espaço urbano. Realizamos, em setembro de 99, a primeira sensibilização para lideranças (homens e mulheres) das entidades mistas com as quais atuamos. A capacitação, voltada para Gênero e Políticas Públicas, foi bem-sucedida e permitiu maior reconhecimento das desigualdades sociais de gênero das entidades em suas ações e o pensar sobre a cidade com esse recorte.

Um dos êxitos desse processo exprime-se na recente implantação do Programa de Renda Mínima vinculado à Bolsa Escola na cidade. Após longa e intensa campanha de sensibilização da opinião pública e de pressão do Executivo e Legislativo para aprovação do programa, foi assegurada, dentre os critérios, uma pontuação maior para famílias chefiadas por mulheres - reconhecendo-as como as mais pobres dentre as pobres.

Além disso, à época do Congresso da Cidadania[9], organizado pela ABM - Conselhos de Entidades Populares de São João de Meriti -, realizamos encontros em um fórum de debates sobre o tema "Mulheres", incorporando à pauta do evento e à agenda social para a cidade produzida no mesmo a necessidade de construir uma cidade socialmente igualitária para ambos os gêneros. Nestes espaços, debateu-se sobre a difícil realidade das mulheres - afetadas tanto pela miséria, quanto pela dificuldade de vivenciar a cidade e ter seu tempo liberado para si - considerando as horas que perdem em postos de saúde, por exemplo, quando precisam buscar atendimento para os filhos.

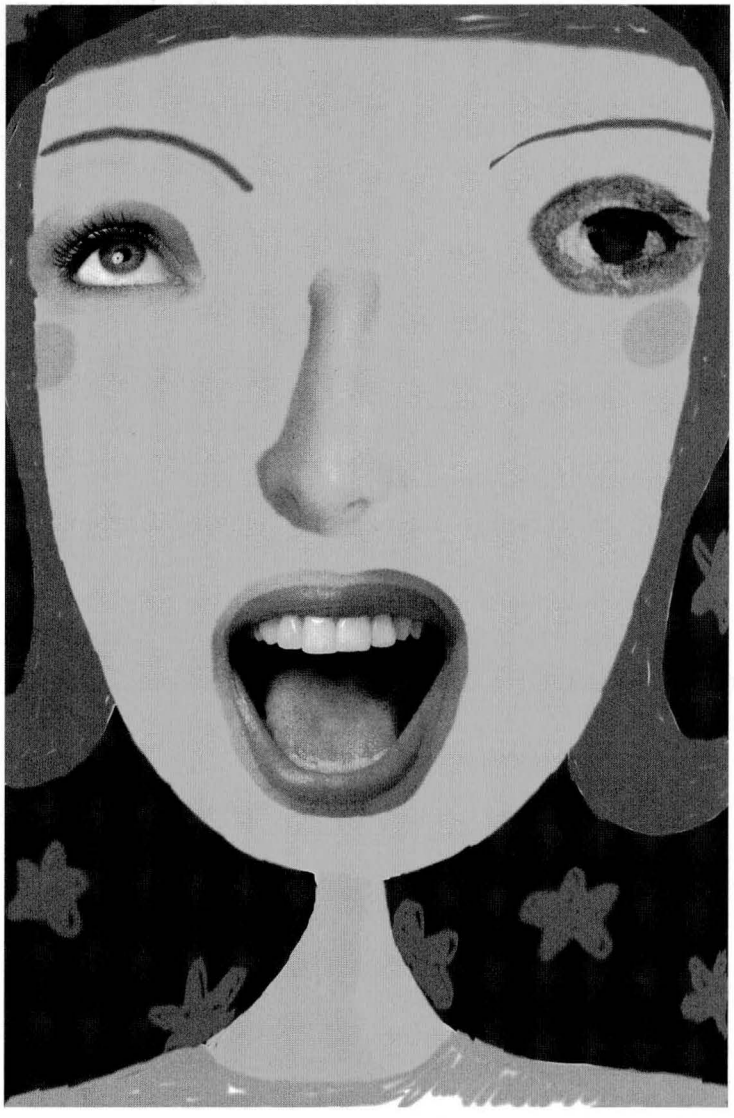
Em construção e formado por uma diversidade de atores, o processo de formação do fórum promete ser um espaço de referência para o debate e transformação das condições de vida na cidade.

---

[9] O Congresso da Cidadania, realizado em dezembro de 1999, foi um grande evento, reunindo mais de 200 pessoas de diversas entidades populares e não-governamentais na Câmara de Vereadores para debater diretrizes de uma Agenda Social para a cidade, dentro da perspectiva de construção de um desenvolvimento local socialmente sustentável e integrado. A ABM é a antiga Federação de Associações de Moradores de São João de Meriti. Fundada em 1983, torna-se Conselho de Entidades em 1995 e, através da organização popular, é um dos principais atores responsáveis por conquistas de direitos humanos, no campo da justiça social e incremento da qualidade de vida no município.

Orçamento Participativo: panorama geral e referenciais sobre gênero e raça

Matilde Ribeiro[1]



[1] Assistente social, Mestre em Psicologia Social pela PUC - SP, atualmente Assessora dos Direitos da Mulher na Prefeitura de Santo André e, também, representante governamental no Conselho Municipal do Orçamento Participativo.

Este artigo resume a pesquisa de dissertação de mestrado que investigou em que medida as dimensões de gênero e raça são incorporadas, com base na visão das conselheiras integrantes do processo de Orçamento Participativo (OP)[2] no município de Santo André[3]. O OP é, então, considerado espaço estratégico para a discussão de políticas públicas, da participação popular e das relações entre a sociedade civil e o Estado.

As pessoas mais desavisadas perguntariam: o quê o Orçamento Participativo e a Participação Popular têm a ver com as categorias de gênero-raça-classe? E, também, mais diretamente: por que enfocar os sujeitos mulheres e negros a partir de suas necessidades? Nas plenárias chamadas para discutir o orçamento da cidade, intrigou-me a escassa participação de negros, assim como a relativa invisibilidade das mulheres que, embora presentes em maior proporção do que negros, partilham com estes o fato de poucas de suas necessidades específicas serem atendidas.

A pesquisa desenvolveu-se mediante consulta documental e a aplicação de questionários com 22 e entrevistas com 4 conselheiras participantes do OP[4] em Santo André. A escolha recaiu sobre *as* conselheir*as* porque, embora tenham maior participação relativa nas plenárias regionais, as mulheres[5] são menos numerosas que os homens no Conselho — o que talvez, ao mesmo tempo, reflita e justifique a invisibilidade das questões de gênero. Um elemento importante na coleta de dados, que não consta em nenhuma das demais pesquisas já realizadas no OP em Santo André, foi a consideração do quesito cor.

Relações sociais e os significados de gênero e raça

Busquei a Psicologia Social (recorrendo, ainda à História, à Sociologia, à Filosofia e campos mais recentes, como estudos feministas, de gênero e das relações raciais) para compreender o entrelaçamento[6] entre as categorias de gênero, raça e classe social, isto é, apreender a diversidade das relações sociais. Nesse sentido, é importante a compreensão das mudanças sociais a partir da captação da intersubjetividade e de seu significado para a vida das pessoas que integram os movimentos sociais (Sawaia, 1995).

O conceito de relações de gênero traz uma contribuição para o tratamento da complexidade das relações entre mulheres e homens: enquanto "sexo" se refere às diferenças biológicas, gênero se refere às diferenças construídas socialmente; como categoria histórica, analítica, o estudo das *relações de gênero* tende a desnaturalizar as relações entre os seres humanos dos dois sexos, mostrando que essas são, também, relações de poder, hierarquizadas, em que a mulher ocupa a posição inferior.

Diferentes abordagens na análise de gênero convergem no reconhecimento de que as relações de gênero têm base de poder e hierarquia, referindo-se também à dicotomia entre o público e o privado. Joan Scott (1995), Maria Jesus

---

[2] O Orçamento Participativo tem sido convencionalmente referido pela sigla OP.

[3] A participação nos movimentos feminista e negro, além da experiência profissional em ONGs – Organizações não-Governamentais – e, mais recentemente, a atuação em órgãos públicos trouxeram-me a oportunidade de desenvolver reflexões quanto à incorporação das dimensões de gênero e raça em políticas públicas.

[4] O total de conselheiras nos anos de 1997 e 1998 foi de 25, três não foram localizadas.

[5] A opção por entrevistar apenas as mulheres não implica na desconsideração da presença masculina no OP, o homem aparece através da fala das mulheres, como co-participe da questão. Assim, a mulher considerada socialmente como pólo inferior na hierarquia de gênero, será tomada como porta-voz das reflexões sobre gênero-raça.

[6] Optei por utilizar o termo entrelaçamento, embora ciente de outros termos utilizados para conotar a interpenetração entre as categorias gênero, raça e classe. Segundo Saffioti (1987), a simbiose entre essas categorias traduz a complexidade das relações entre homens e mulheres, entre raças e entre trabalhadores.

Izquierdo (1994) e M. Teresita Barbieri (1996) constróem reflexões sobre gênero que se complementam em vários aspectos, principalmente no que diz respeito à estreita relação do indivíduo com o sistema social, econômico e político, como parte da produção e reprodução da vida humana.

No que diz respeito à conceituação das relações raciais ou étnicas, encontraremos diversas vertentes, desde as que reafirmam as diferenças biológicas até as que consideram outras variáveis como cultura, meio ambiente, condições sociais. Sandra Azeredo (1991), ao analisar como é tratada a questão racial na pesquisa[7], destaca que, embora a raça não seja absolutamente pertinente para estabelecer diferenças, por exemplo, nas ciências biológicas, continua a ser utilizada como forma privilegiada de diferenciar culturas, línguas, crenças e grupos diferentes, os quais, na maioria das vezes, têm também interesses econômicos fundamentalmente diferentes.

Fulvia Rosemberg (1997, p. 6-7) agrupa três grandes correntes que caracterizam o pensamento social brasileiro sobre relações raciais a partir de 1930. A primeira, ligada a Gilberto Freyre (1984), parte da referência da democracia racial. A segunda, liderada por Florestan Fernandes(1975, 1978), que interpreta as relações raciais como provenientes do regime da escravidão, gerando uma profunda desigualdade entre os segmentos branco e negro, porém, postula que esta tenderia a desaparecer com o desenvolvimento da industrialização. A terceira, representada especialmente por Carlos Hasenbalg(1988), analisa as articulações entre raça e classe, verificando de forma mais profunda a questão racial na análise das desigualdades entre a população branca e negra.

A divergência verificada na academia quanto aos estatutos das relações de gênero e de raça reflete-se em formulações presentes nos movimentos sociais, ou no âmbito das ações institucionais, que não atribuem às relações raciais a mesma importância hoje conferida às relações de gênero[8]. Maria Aparecida Bento (1995) alega que os estudos que aprofundam a perspectiva de gênero raramente levam em consideração a variável cor.

Assim, apresentam-se alguns estudos na América Latina, estabelecendo relação entre poder local, democracia e desenvolvimento, tendo como foco os interesses e necessidades de gênero.

---

[7] Comparando estudos brasileiros e norte-americanos, a autora estabelece diferenças na forma de tratamento da questão racial nas duas culturas. No Brasil o termo negro é utilizado com ênfase às diferenças culturais, enquanto nos Estados Unidos os termos preto e branco apontam para diferenças sociais e para a desigualdade.

[8] Por exemplo, na maioria das administrações públicas que desenvolvem políticas voltadas à promoção da igualdade, é mais comum haver programas dirigidos às mulheres do que a negros.

Maxine Molyneux (s.d.) e Caroline Moser (1992) apresentam ferramentas para analisar as desigualdades entre homens e mulheres e propõem um modelo de desenvolvimento baseando-se no fato de que as mulheres, devido a seus papéis na sociedade, têm necessidades específicas. Segundo estas autoras, as mulheres exerceriam um triplo papel: como reprodutoras, como produtoras e como gestoras comunitárias. Porém, entre as várias correntes do feminismo, esboçam-se críticas no sentido de compreender que as experiências diversas entre as mulheres geram também múltiplos interesses.

Duas pesquisas brasileiras recentes utilizam os conceitos de interesses e necessidades de gênero. *Deve gênero ser incluído nas políticas públicas para áreas urbanas?* é o título da pesquisa realizada por Leda M. V. Machado (1996a). A autora estabelece comparação entre políticas públicas que incorporaram a questão de gênero e as que não o fizeram. Sua conclusão é de que a categoria gênero não pode ser considerada panacéia para o atendimento satisfatório de diferentes necessidades: "é um instrumento que possibilita o entendimento mais abrangente e complexo de como a sociedade é estruturada" (p.28). E, a autora acrescenta, idealmente as categorias classe e etnia também deveriam ser levadas em consideração.

A pesquisa *Mulher e políticas públicas: o papel dos municípios,* realizada em âmbito nacional pelo IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Costa & Neves, 1995), desenvolveu uma sondagem junto às prefeituras de 4.489 municípios brasileiros em 1989. Indagava sobre a pertinência de se desenvolverem programas que atendessem às necessidades próprias das mulheres; como isso se justificaria e, ainda, em que áreas de atuação caberia a implementação de programas. As autoras consideram que as necessidades próprias das mulheres não devem ser objeto isolado de políticas ou programas de um setor, nem devem ser atreladas a uma única percepção de mulher. Acreditam que é importante incorporar a todo o processo de planejamento ou de formulação de políticas as questões de gênero – incluindo-se, portanto, a diversidade de situações enfrentadas pelas mulheres –, o que seria uma condição para ampliar o grau de eficácia das ações municipais (p. 25).

No artigo *Gênero e políticas públicas municipais,* Ivete Garcia (1998) constata alguns avanços, no âmbito das políticas públicas, comparados a períodos anteriores[9]. Quanto ao alcance dessas políticas[10], considerando-se as necessárias relações entre a micro e a macro-estrutura, a autora detecta problemas como falta de autonomia política, financeira e administrativa dos órgãos encarregados de desenvolvê-las; escasso poder de intervenção junto aos demais setores; desarticulação na gestão; e, em alguns casos, a descontinuidade gerada pela a mudança de governo (p.180).

No que diz respeito ao tratamento da diversidade étnico-racial[11], a Prefeitura de Belo Horizonte, em convênio com o CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, em fins de 1995, realizou um diagnóstico das desigualdades de raça que orientou políticas

[9] Após as eleições de 1988, foram criados órgãos relacionados às mulheres em cinco dos 36 municípios sob administração petista. A gestão 1997-2000 corresponde à quarta "geração" de administrações municipais petistas, totalizando hoje 258 prefeituras (116 prefeitos e participação de forma coligada em outras 142 administrações), e à criação de diversos órgãos relacionados às mulheres. Em 1998, são eleitos cinco governos estaduais petistas (dos quais dois em coligação); nos três governos petistas estão sendo implementados organismos relativos às políticas de gênero, geralmente coordenadorias.

[10] No que se refere às mulheres, destacam-se programas voltados à saúde da mulher; ao mundo do trabalho; ao combate à violência contra a mulher, à feminilização da pobreza, entre outros. Em relação às desigualdades raciais, destacam-se programas de educação para a igualdade, apoio à luta contra o racismo, atendimento a queixas de discriminação e violência racial, impulsionados por organismos específicos para lidar com a questão racial.

[11] Segundo as diretrizes da Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

de promoção da igualdade. Com base em experiências semelhantes, evidencia-se que os resultados de ações anteriores levam de três a cinco anos para se tornarem perceptíveis: "Tal demora se deve ao fato de que um projeto de implantação de políticas de promoção da igualdade intervém diretamente na cultura da organização" (CEERT, 1997. p. 34).

Tanto as análises das experiências de políticas públicas, quanto as pesquisas apontam para a necessidade prioritária de desnaturalizar as desigualdades e transformar em ações efetivas o que teoricamente está assegurado em lei ou nos programas de governo. Nesse sentido, as políticas com perspectiva de gênero e raça, podem ocorrer a partir da mudança na prática de planejamento dos projetos, considerando as diferenças como base para a construção da igualdade e justiça social.

OP como uma prática participativa inovadora

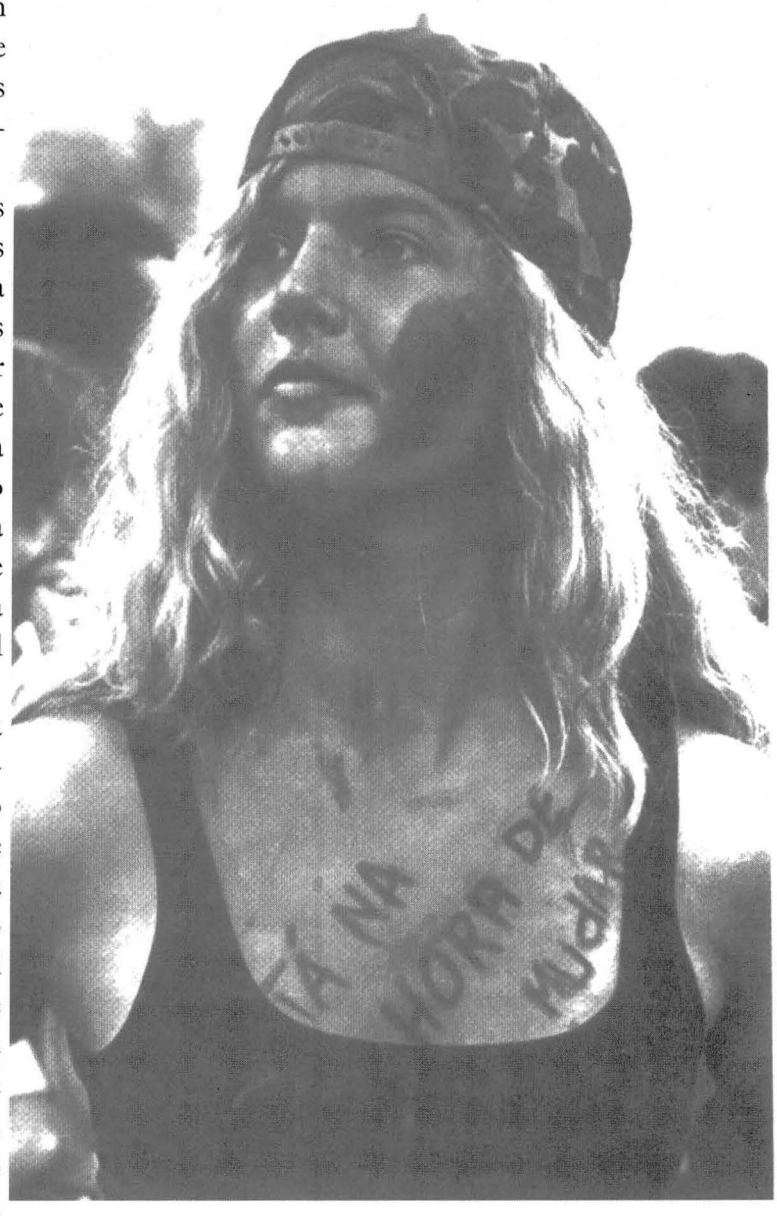
O Orçamento Participativo configura-se como um projeto político que promove uma nova cultura político-administrativa em contraponto às práticas autoritárias e clientelistas. Na passagem das décadas de 80 para 90[12], com as primeiras eleições diretas para prefeituras das capitais, houve um *boom* de criação de canais de participação popular. Em 1996, estimava-se que cerca de 70 municípios estavam desenvolvendo experiências de OP (PT, 1996, p.36), quadro que se supõe tenha sofrido alterações, dada a mudança no cenário das administrações municipais na gestão 1997-2000[13]. No entanto, já é possível

[12] Deve-se levar em conta que com a nova Constituição alteraram-se alguns instrumentos de controle nas administrações públicas, como por exemplo o do orçamento público, tendo algumas etapas passado a ser obrigatórias para elaboração da peça orçamentária (documento final entregue para aprovação do legislativo), como a elaboração de um Plano Plurianual, Leis de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária.

[13] Na atualidade não se dispõe de informações precisas acerca de quantos municípios desenvolvem a prática do Orçamento Participativo no Brasil. Uma pesquisa em andamento, promovida pela FASE – Federação de Associações de Assistência Social e Educação, prioriza o mapeamento das experiências do período 1989-1996, não tendo alcançado ainda o período 1997-2000.

dispor de algumas reflexões, feitas em debates, fóruns e seminários de caráter nacional e regional, que nos dão algumas pistas sobre aspectos relacionados às experiências atuais.

Novos papéis são assumidos pelo Estado e pelos movimentos sociais. O principal desafio é a alteração da dinâmica das relações sociais, de modo a atribuir um caráter de justiça social às perspectivas de desenvolvimento social, pois, a simples consideração da reprodução econômica já não é suficiente para abranger e refletir os problemas que vivemos, inclusive para entender a própria reprodução do capital (Dowbor, 1998).



É nesse quadro que se insere a experiência de orçamento participativo (OP), visando que o processo de priorização de investimentos e destinos dos recursos públicos ocorra por meio de uma negociação entre o poder público e a sociedade civil organizada, chamada a participar de sua discussão, das decisões e da fiscalização de sua execução. Para Tarso Genro e Ubiratan Souza (1997), o OP configura "a democratização da relação do Estado com a sociedade, [criando-se] uma esfera pública não-estatal" (p.45-6). Porém, mudanças na forma de governar não apresentam resultados a curto prazo. Zander Navarro (1997), ao analisar os limites, possibilidades e aprendizados de uma experiência de orçamento participativo, sugere que "o foco principal deve ser sobre a cidade como um todo, e que as demandas devem ajustar-se a um conjunto de prioridades". (1997, p.29).

Esse processo, segundo Celso Daniel (1994), impõe dilemas quanto à divisão de poder político no que diz respeito ao Conselho do Orçamento Participativo. Nem o governo pode impor sua decisão ao Conselho — o que "deslegitimaria o processo de participação" (p. 35) —, nem o Conselho pode buscar sobrepor-se ao governo legitimamente eleito. Refletindo sobre as necessárias mediações entre o público e privado, entre governo e comunidade, Pedro Pontual (1994, p.66-7) percebe um caráter político-pedagógica nas ações que envolvem diversos atores — ONGs, movimentos sociais, partidos políticos, intelectuais —, sugerindo "pedagogizar o conflito". Na prática do OP, há a possibilidade como a necessidade de capacitação dos integrantes de movimentos sociais e poder público como agentes políticos, para os desafios dessa nova tarefa.

Deve ser lembrado, contudo, que o orçamento participativo não é a única forma de participação popular. Sua implantação deve ocorrer paralela à dos demais instrumentos do poder público prescritos pelas nova legislação e dos canais de participação, como os diversos Conselhos Municipais[14]. Com isso, a prática do OP passa a fazer parte de todo um processo que envolve várias formas de organização, legitimando a participação popular e a parceria entre setores da sociedade e governo.

Na região do ABC paulista, tem-se como referência as experiências de OP desenvolvidas desde 1989 em Diadema, São Bernardo do Campo e Santo André. Na gestão 1997-2000, são quatro os municípios da região a desenvolvê-lo: Diadema (PSB), Ribeirão Pires (PT), Mauá (PT) e Santo André (PT)[15].

O documento *O orçamento participativo em Santo André* (Santana *et al.*, 1998, p.12) aponta para a atual gestão o caráter deliberativo do OP; a constituição do Conselho Municipal do Orçamento com composição paritária (igual número de representantes do governo e dos eleitos pela comunidade); a necessidade de se discutir, no âmbito do OP, a totalidade da peça orçamentária (investimento, custeio e receitas); ou da criação de mecanismos para incorporar outros segmentos sociais, como empresários, comerciantes, setores da juventude e outros cidadãos não organizados a partir dos movimentos sociais.

As decisões no Conselho do Orçamento Participativo - CMO são tomadas entre os participantes (representantes da população e do governo) buscando incorporar no mínimo uma prioridade apontada nas plenárias de cada região da cidade e outras de interesse geral de todos os participantes do processo. Nesse processo, para além das plenárias quinzenais do Conselho do Orçamento, cada grupo (a sociedade civil, os representantes do governo e a coordenação paritária) mantém fóruns específicos para detalhamento das demandas e dos procedimentos a serem acordados no fórum coletivo[16].

As demandas prioritárias, aprovadas pelo Conselho do Orçamento Participativo nos anos de 1997 e 1998, incluídas na peça orçamentária, somaram 53 no OP 97/98 e 51 no OP 98/99. Poderemos visualizar o agrupamento das demandas aprovadas em 1997 (incluídas no orçamento de 1998):

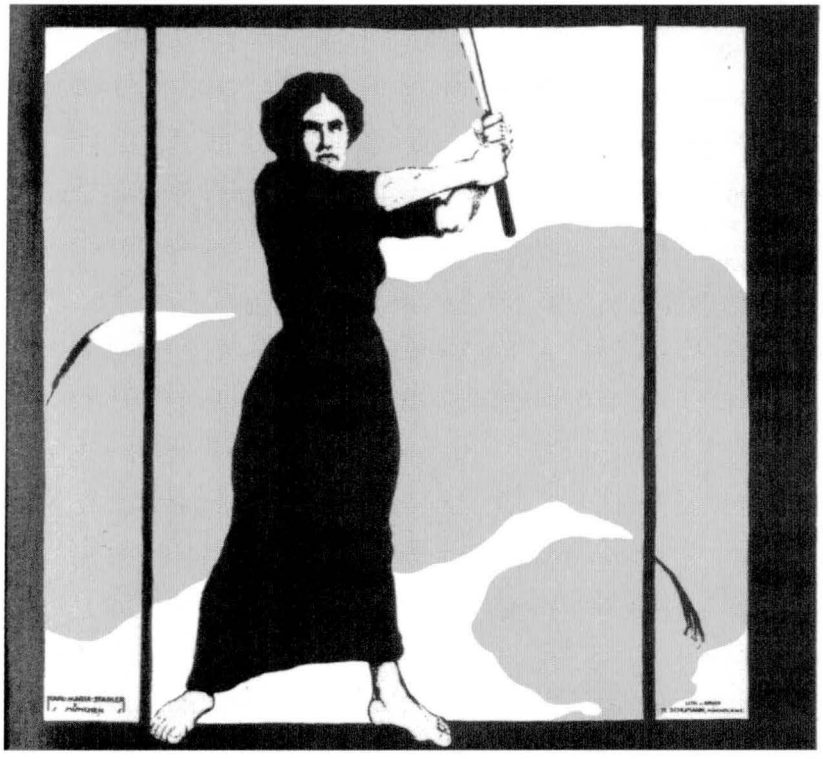
Demandas	Número
Manutenção	132
Saúde	54
Habitação	33
Saneamento	30
Educação	25
Segurança	25
Lazer	25
Assistência social	10
Desenvolvimento econômico	04
Meio ambiente	01

Fonte: Santana *et al.*, 1998 - Distribuição das demandas aprovadas (1997)

[14] Conselhos de Assistência Social, da Criança e do Adolescente, de Cultura, de Educação, de Saúde Tutelar, entre outros. Esses Conselhos devem atuar de forma integrada com o orçamento participativo, articulando as ações e legitimando os vários processos de expressão das demandas populares.

[15] Em Santo André, o orçamento participativo foi implantado na primeira gestão do prefeito Celso Daniel (PT) no período 1989-1992. Foi interrompido com a derrota eleitoral do PT que trouxe à Prefeitura uma gestão conservadora (1993-1996), sendo retomado na segunda gestão do prefeito Celso Daniel (1997-2000), sob a coordenação do Núcleo de Participação Popular - NPP.

[16] Os conselheiros passam a cumprir o papel de acompanhar a execução orçamentária, o desenvolvimento das propostas, os prazos e as definições posteriores quanto a dinâmica do processo. Os conselheiros da população e os do governo, quando solicitados, têm a tarefa de dar retornos à população acerca de quais prioridades foram efetivamente incorporadas ao orçamento e prestar contas sobre seu cronograma de execução, assim como acompanhar sua execução.



Dentre estas prioridades, destacam-se as aprovadas em primeiro lugar, referentes à infra-estrutura e ao saneamento, em segundo lugar à saúde e assim por diante. Entre as plenárias de 1997 e 1998, notam-se pequenas diferenças quanto às prioridades apresentadas, mas a lógica permanece a mesma. Grande parte das aprovadas em 1998 tem um caráter de continuidade em relação às de 1997.

Os critérios que orientam as decisões no CMO são, de maneira geral: viabilidade financeira, significado para as regiões e para a cidade e questões relativas aos modelos de atendimento e políticas públicas. Quanto a este último critério, um exemplo foi a massiva votação (em 1997) para criação de inúmeras UBS – Unidade Básica de Saúde, praticamente em todas as regiões. Na discussão do CMO, porém, evidenciou-se que, para além do custo inviável de construção de tantas unidades, isso constituiria criar uma rede de atendimento superior aos totais de cada região - segundo as normas técnicas vigentes - contrapondo-se à necessidade de atendimento mais bem distribuído. Se fossem atendidas todas as demandas por UBS, isso comprometeria a verba para investimentos em outras áreas. A solução encontrada foi a alocação de mais recursos para a área de saúde, além dos previstos inicialmente pelo governo, concentrando sua aplicação na reforma e ampliação do Hospital Municipal e no desenvolvimento do Programa de Saúde da Família, especialmente destinado às áreas pobres da cidade.

Esse processo exemplifica a existência de uma margem de negociação que proporciona a inversão de prioridades. Está longe, no entanto, do atendimento a contento das reivindicações da população nas plenárias, o que gera muitos conflitos e dificuldades de negociação.

Mais remota ainda torna-se a visualização da possibilidade de acolhimento de reivindicações para além das tradicionais. As prioridades finalmente aprovadas após as negociações no CMO, reforçam e/ou legitimam a lógica do atendimento às demandas na esfera das chamadas questões gerais, em detrimento das específicas (por exemplo, legitimas reivindicações em relação a infra-estrutura e saúde, entre outras). A única demanda que expressa reivindicação de caráter voltado às mulheres é o Programa de Atenção à Saúde da Mulher de 1998. Em 1997, fora aprovada uma proposta de garantia de ampliação da participação de mulheres nos cursos profissionalizantes, porém não houve monitoramento quanto a sua execução. Em relação à população negra, não foi feita qualquer demanda.

Conjuntamente com o processo do OP em Santo André em 1997 e 1998, desenvolveu-se, através da Assessoria dos Direitos da Mulher - ADM, em parceria com o Núcleo de Participação Popular, um trabalho que buscou contribuir para que as mulheres refletissem sobre seus interesses e necessidades: que se motivassem a participar nas plenárias em todo o processo de forma mais qualificada. Desde o primeiro ano, no início do calendário do OP, foram realizadas

reuniões e plenárias com mulheres. Quanto à participação da população negra, foi convocada uma reunião em 1997, em decorrência das comemorações de 20 de Novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, visando estimular a discussão sobre a realidade vivida pela população negra no município e apresentar as diversas formas de participação que estavam sendo propostas pelo poder público, dentre as quais o orçamento participativo.

Uma outra experiência foi a capacitação de mulheres realizada pela Fé minina – Movimento de Mulheres de Santo André, em 1999, com o objetivo de preparação para intervenção nas plenárias do OP (sensibilizar para a mobilização, compreender o processo e avaliar a postura das mulheres frente às políticas públicas)[17]. Esse trabalho foi considerado um indicador para a multiplicação das discussões nas comunidades. Foi enfatizada a importância das mulheres participarem das plenárias, abandonando o receio do microfone ou das autoridades, estimulando as participantes a apresentar suas reivindicações e a candidatar-se como conselheiras.

NO QUE SE REFERE À QUESTÃO DE GÊNERO, AS DIFERENÇAS EM RELAÇÃO A VIDA DE MULHER E DE HOMEM SÃO DEMARCADAS PELAS CONSELHEIRAS, O QUE REAFIRMA UM LUGAR SOCIAL QUE É MUITO DISTINTO PARA AMBOS... NA PRÁTICA, NÃO EXISTE NENHUMA AÇÃO QUE ALTERE ESTA REALIDADE DE DESIGUALDADES ENTRE HOMENS E MULHERES

QUANTO À IDENTIFICAÇÃO RACIAL, FICA EVIDENTE O MITO OU TERROR DE SE PENSAR A COR COMO INDICATIVO DE DIFERENÇA RACIAL. NÃO CHEGA A SER UM SILÊNCIO TOTAL SOBRE RAÇA, MAS, DE CERTA FORMA, É DIFÍCIL FALAR.

Este conjunto de atividades introduz novos elementos na prática do OP, reafirmando, a partir dos slogans do Núcleo de Participação Popular – *Isto é da sua conta!*, e *Você aparece, Santo André Acontece* -, que é possível dizer que o OP é da conta de mulheres e homens, brancos e negros, e ainda, que sem a consideração pela presença e demandas de mulheres e negros, suas necessidades dificilmente serão contempladas.

Dados e diálogos: possibilidades de alterações de lógicas tradicionais

É importante verificarmos alguns dados sobre o perfil das 22 conselheiras entrevistadas, o que nos dará elementos para compreendermos as presenças, participações e representações no espaço do OP em Santo André. São destacados os dados referentes a idade, identificação racial, escolaridade e inserção profissional:

Os dados coletados traduzem um tipo de mulher que garante sua participação política mais velha (11-50% entre 41 a 50 anos), embora tenham também chegado novas participantes (2 – 9% entre os 21 e 30 anos).

[17] Essa descrição baseia-se em relatório elaborado pelas integrantes da Fé minina que coordenaram a atividade (Fé minina, 1999).

Quanto à identificação racial, a somatória entre negras, indígenas e pardas é de 7. Duas são indígenas, quatro são pardas e uma é negra totalizando (32%) das conselheiras. Número bem abaixo da metade das brancas que somam 15 conselheiras (68%).

Em relação à escolaridade, encontramos um alto índice de mulheres com nível universitário completo (9 – 41%). Na outra ponta nenhuma analfabeta ou semi-analfabeta.

Verifica-se que a grande maioria das conselheiras concentra-se em profissões consideradas femininas, excetuando-se duas que não necessariamente fazem parte deste quadro: guia turística e relações públicas. Nenhuma encontra-se na área industrial ou de serviços domésticos, quatro são donas de casa (4 – 18%).

Este perfil de conselheira define não apenas características pessoais do conjunto das conselheiras, mas tendências de participação das mulheres, que podem ser análogas em diversos movimentos e espaço de participação política.

Para além dos dados é importante considerarmos a visão das conselheiras, o que denota aspectos de sua postura e intervenção política. A maioria começa a atuar politicamente quando mais velhas e com os filhos já criados. Exatamente no período que podem desvencilhar-se um pouco mais dos afazeres domésticos e responsabilidades familiares, que se somam à inserção política.

Quanto à identificação racial, fica evidente o mito ou terror de se pensar a cor como indicativo de diferença racial. Não chega a ser um silêncio total sobre raça, mas, de certa forma, é difícil falar. Extrapolando a auto-identificação, apresentam-se a duas posições quanto à existência ou não do racismo e/ou discriminação: *"Ainda é um grupo excluído na assistência social... ascensão social é difícil"*, *versus* o posicionamento de que não existe mais racismo: *"Não vejo mais racismo, hoje em Santo André. Há 20 anos era mais. Nos últimos 10 anos não existe mais"*. Esta contraposição espelha o que é a realidade brasileira, embora, nos últimos anos, o debate sobre as desigualdades raciais tenha tomado mais vulto, o racismo e os resultados da herança da escravidão ainda continuam sendo tabu.

No que se refere à questão de gênero, as diferenças em relação a vida de mulher e de homem são demarcadas pelas conselheiras, o que reafirma um lugar social que é muito distinto para ambos. As mulheres são chamadas como grupo organizado para participar do processo do OP, porém, na prática, não existe nenhuma ação que altere esta realidade de desigualdades entre homens e mulheres. Por exemplo: na fala das mulheres como impedimento para participação, aparecem questões como dificuldades de se manifestar em público, incompatibilidade dos horários de reuniões com a vida doméstica e o trabalho, não familiaridade com a vida política, embora tenham participação em grupos e movimentos. As conselheiras apresentam uma forte participação, combinando a militância em movimento social, partido político e o orçamento participativo, ainda que poucas ocupem funções de coordenação e/ou direção.

Por estes mesmos motivos, e também pela tradição de naturalização das diferenças, não se apresentam muitas reflexões sobre as formas diferenciadas de socialização e/ou

construção social das desigualdades, que definem os lugares de gênero e raça. As respostas por parte das conselheiras quanto às necessidades específicas das mulheres e da população negra estarem ou não contempladas no OP demonstram que para a maioria o tema tratado é totalmente novo, causando até estranheza. Há exemplos e questões relativas às necessidades das mulheres, embora nem todas afirmem positivamente a existência de necessidades específicas. Quanto à questão racial, as posições oscilam entre umas considerando, e outras não, a discriminação da população negra e também da indígena.

Uma das conselheiras apresentou uma saída que considero importante para ampliar a reflexão do objeto desta pesquisa: *Mas se a gente vai pensar na lógica do discriminado, é claro que teria que ter política para as mulheres e os negros. Mas, se é esse o espaço [do OP], eu não sei, eu acho que teria que ter um momento próprio para isso, dentro de umas temáticas, talvez. Porque se você não mobilizar as pessoas para a discussão, não adianta levar lá para dentro do orçamento, que não acontece.*

As indicações das conselheiras para o futuro do processo do OP seguem uma lógica de avaliação positiva, reforçando-o como um espaço de sociabilidade, e, portanto,como importantíssimo como aprendizado pessoal e político. As mudanças necessárias vão no sentido de aprimoramento e ajuste do OP em diferentes aspectos, realçando a ampliação e facilitação da participação, busca de aproximação cada vez maior aos anseios da população, visando garantir o exercício da cidadania.

Estas mesmas perspectivas são objeto de reflexões de outros grupos. As discussões sobre estratégias de inclusão de gênero e raça no OP trazem como proposições: incidir na dinâmica junto à sociedade civil e aos gestores públicos; a articulação das mulheres e dos negros nos vários espaços de participação no município, estimulando para o processo do OP e capacitando para uma intervenção mais qualificada nas plenárias e no Conselho. Destaca-se aí,a proposição de estimular a candidatura ao cargo de conselheira/o. Finalmente, uma outra diretriz refere-se à articulação, no âmbito interno da administração, entre as/os responsáveis pelos programas voltados à mulher e a grupo coordenador do orçamento participativo, assim como os demais órgãos governamentais (FES-ILDES, 1999)[18].

Tudo isto denota um crescente interesse de garantir uma cidadania com diversidade, mesmo correndo o risco, com esta afirmação, de sobrepor conceitos. Mudar esse universo de homogeneidades inexistentes é um projeto que se torna, dia a dia, mais próximo de ser repensado, reavaliado e transformado.

Um aspecto que deve ser considerado é que não há contraposição "real" entre geral e específico. Existem necessidades humanas e enquanto tal devem ser tratadas como matéria das políticas que visem qualidade de vida para o conjunto da população, porém com o cuidado de não abafar as contradições sociais e a visão da diversidade, invertendo lógicas tradicionais.

Referências Bibliográficas

AZEREDO, Sandra. A questão racial na pesquisa. *In:* AZEREDO, Sandra, STOLCKE, Verena (coords.) *Direitos reprodutivos.* São Paulo: FCC [PRODIR], 1991. p.125-30.

BARBIERI, M. Teresita. Certezas y malos entendidos sobre la categoria gênero. *In*: GUZMÁN STEIN, Laura, OREAMUNO, Gilda P. (comps.) Estudios básicos de derechos humanos IV. San José [Costa Rica]: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 1996.

BOLETIM INFORMATIVO ADM. Orçamento Participativo. Santo André: ADM/PMSA, n.1, jul. 1997.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *Revista de Estudos*

[18] Estas reflexões são produto do Workshop "O orçamento municipal e as políticas de gênero", ealizado em 20 a 22/06/99 em Porto Alegre, como parte do Projeto Gênero nas Administrações, desenvolvido pela Fundação Friedrich Ebert – ILDES (1998/99), que visou fortalecer as administrações municipais do PT e contribuir para a inserção das questões de gênero no planejamento e execução das políticas públicas municipais.

Feministas, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.17-32, 1994.

CEERT – CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DO TRABALHO E DESIGUALDADES. Projeto Oportunidades Iguais para Todos. *Revista do CEERT*, São Paulo, v.1, n.1, p.30-4, nov.1997.

COSTA, Delaine M., NEVES, Maria da Graça R. Nem tanto ao mar nem tanto à terra: uma perspectiva das ações municipais voltadas para a mulher. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, v. 42, n.215, p.9-28, 1995.

DANIEL, Celso. Gestão local e participação política. *Pólis*, São Paulo, n.14 [Participação popular nos governos locais], p.21-42, 1994.

DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social*: proposta para uma gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1998.

FÉMININA. *Preparação de mulheres para intervenção no Orçamento Participativo da cidade*. Santo André, 1999. mimeo.

FES-ILDES - INSTITUTO LATINOAMERICANO DE DESARROLLO ECONÓMICO Y SOCIAL *Projeto Gênero nas Administrações*: ano INDIVÍDUO, 2º Seminário. Porto Alegre, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 23.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

GARCIA, Ivete. Gênero e políticas municipais. *In:* BORBA, Ângela, FARIA, Nalu, GODINHO, Tatau (orgs.) *Mulher e política*: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p.173-88.

GENRO, Tarso, SOUZA, Ubiratan. *Orçamento Participativo:* a experiência de Porto Alegre. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

HASENBALG, Carlos A. Desigualdades raciais no Brasil. *In*: HASENBALG, Carlos A., SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Ed. Revista dos Tribunais, 1988. p.115-43.

IZQUIERDO, Maria Jesús. Uso e abuso del concepto de gênero. *In*: VILANOVA, Mercedes (comp.) *Pensar las diferenças*. Barcelona: Universitat de Barcelona; Instituto Catalan de la Dona, 1994. p.31-54.

MACHADO, Leda M. V. *Deve gênero ser incluído nas políticas públicas nas áreas urbanas?* São Paulo: FGV, 1996a. (Série Relatórios de Pesquisa, 12/1996).

_____. *Políticas públicas e gênero*: a questão das necessidades práticas e estratégicas [relatório final]. São Paulo: FGV, 1996b. mimeo.

MOLINEUX, Maxine D. *La mujer, el Estado y la revolución:* el caso de Nicaragua. *Imprecor*, n.66, s.d.

MOSER, Caroline O. N. La planificación de género en el Tercer Mundo: enfrentando las necesidades prácticas y estratégicas de género. *In*: Guzman *et al.* (orgs.) *Una nueva lectura*: género en el desarrollo. Santo Domingo: CIPAF, 1992. p.57-126.

NAVARRO, Zander. *Democracia e controle social de fundos públicos:* o caso do 'orçamento participativo' de Porto Alegre. Porto Alegre, 1997. mimeo.

PÓLIS – ASSESSORIA, FORMAÇÃO E ESTUDOS EM POLÍTICAS SOCIAIS. *Participação popular no ABC*: experiências e concepções. São Paulo, 1998. (Série Papers '98, 3).

PONTUAL, Pedro C. Por uma pedagogia da participação popular. *Pólis*, São Paulo, n.14 [Participação popular nos governos locais], p.63-8, 1994.

PONTUAL, Pedro C. *O processo educativo no Orçamento Participativo*: aprendizado dos atores da sociedade civil e do Estado; relatório de qualificação para o doutorado [PUC-SP]. São Paulo, 1998.

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES. Projetos do PT para o Habitat II. São Paulo: Diretório Nacional do PT, 1996b.

RIBEIRO, Matilde. Uma experiência desafiadora: as dimensões de gênero, raça e classe social nos processos de formação política. *Revista do CEERT*, São Paulo, v.1, n.1, p.16-9, nov.1997a.

_____. Relações de gênero: significados e desafios. *In:* CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Gênero construindo as relações sociais*. São Paulo, 1998b. p.5-16. (Caderno do Núcleo Temático Relações de Gênero para Formadores da Rede Nacional de Formação da CUT).

_____ Gênero e Raça no processo do Orçamento Participativo: Santo André, 1997-1998. São Paulo, 1999. Dissert. (Mestr.) PUC-SP.

ROSEMBERG. Fúlvia. *Educação, gênero e raça*. Gualajara, 1997. mimeo. [Trab. apres. a encontro da Latin American Studies Association, México].

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTANA, Ivone, PONTUAL, Pedro C., RIBEIRO, Natalina. *O orçamento participativo em Santo André*. Santo André: Instituto de Governo e Cidadania do ABC; NPP/PMSA, 1998. mimeo.

SANTO ANDRÉ. Prefeitura Municipal. Núcleo de Participação Popular. *Orçamento Participativo*: estudo junto aos participantes das plenárias regionais e temáticas (2ª fase); perfil e avaliação. Santo André, 1998a.

_____. *Orçamento Participativo*: estudo junto aos representantes da população no Conselho; perfil e avaliação. Santo André, 1998b.

_____. *Orçamento Participativo*: estudo junto aos representantes da população e do governo no Conselho do OP; perfil e avaliação. Santo André, 1999.

_____. *Orçamento Participativo*: perfil e avaliação. Santo André, 1997a.

SAWAIA, Bader B. Psicologia Social: aspectos epstemológicos e éticos. *In:* Lane & Sawaia *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: EDUC; Brasiliense, 1995.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Revista: Educação e Realidade, Porto Alegre, n.2, jul/dez. 1995.

Da Casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da Pesca responsável[1]

Maria Cristina Maneschy[2]

[1] Texto elaborado originalmente como contribuição para o Seminário Internacional sobre Pesca Responsável, em Beberibe-Ceará, de 5 a 7/09/97, promovido pelo Instituto TERRAMAR, de Fortaleza, e patrocinado pelo Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca (ICSF), de Madras, na Índia.

[2] Socióloga do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Morais sobre Mulher e Relações de Gênero, do Projeto Integrado Desenvolvimento da Produção Familiar no Campo Paraense (UFPA) e do Projeto RENAS/ Museu Paraense Emílio Goeldi.

O conceito de "pesca responsável", que idealmente vincula a exploração dos recursos pesqueiros a um sentido de responsabilidade com sua preservação, compreende também a preservação das comunidades pesqueiras artesanais, responsáveis por grande parte do abastecimento em vários países, inclusive no Norte e Nordeste do Brasil. As lutas dessas comunidades por sobrevivência e dignidade relacionam-se à permanência de uma diversidade de modos de vida e de usos diferenciados dos espaços costeiros e marinhos.

Entre populações pesqueiras, a produção das mulheres é tão importante quanto a dos homens, ainda que não seja reconhecida como tal. De fato, em um contexto de produção de mercadorias, as atividades voltadas ao mercado alcançam necessariamente maior visibilidade, obscurecendo-se as outras dimensões da divisão social do trabalho e, em particular, as conexões que se estabelecem entre a casa e o mundo do trabalho. Os riscos e ameaças vividas pelas comunidades de pescadores artesanais têm conseqüências graves nas famílias, podendo-se dizer que, em grande medida, a capacidade de resistência dessas comunidades repousa nas estratégias de sobrevivência implementadas pelas mulheres e por outras categorias sociais tidas como "inativas", tais como as crianças, ou as pessoas idosas. Daí a importância de se conhecer e de se buscar mecanismos de apoio aos trabalhos desenvolvidos pelos diferentes membros dos grupos domésticos nessas comunidades, na esfera produtiva e, também, reprodutiva.

Este texto tece considerações sobre os papéis das mulheres na pesca. Discute as vinculações entre o que se passa em terra e no mar, analisando como elas assumem, no dia a dia, parte dos riscos da atividade pesqueira.

Pesca responsável: preservação dos recursos e das comunidades pesqueiras

Diante da grave crise mundial do setor pesqueiro desde a década de 1980, o COFI - Comitê de Pesca da FAO (Órgão das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) propôs, em 1991, um conceito, considerado central, para nortear a promoção de um novo estilo de desenvolvimento da atividade pesqueira, que é o de pesca responsável. Trata-se de um enfoque muito importante, pois pretende associar desenvolvimento e responsabilidade. Seus princípios estão expressos no Código de Conduta para a Pesca Responsável, elaborado sob os auspícios da FAO, a ser adotado pelos vários países pesqueiros. O código incorporou uma valiosa noção que havia sido expressa na ECO-92, segundo a qual:

> ***"o direito de pescar é inseparável do dever de ordenar e de conservar os recursos, para as gerações presentes e futuras" (FAO, 1995, p. 7).***

Recoloca-se, assim, o debate sobre os prejuízos de uma pesca organizada fundamentalmente para dar lucros a curto prazo, que prevalece até hoje. É necessário mudar os próprios critérios de racionalidade econômica dos investimentos, já que o direito de usar os recursos do mar passa a ser vinculado à obrigação de preservá-los mediante uma exploração judiciosa.

A despeito dos avanços indiscutíveis dessa nova abordagem, permanece o inconveniente de enfatizar tão somente a proteção dos recursos e do meio ambiente. Daí a preocupação de organizações não-governamentais e de entidades profissionais, que alertam que é preciso ampliar o alcance do termo responsabilidade, para incluir questões como:

> ***"a saúde e o bem-estar das comunidades costeiras, muitas das quais dependem em grande medida da pesca para obter alimentos" ((FAO, 1995, p. 7).***

Em vários países, como no Brasil, são pescadores de pequena escala que têm assegurado considerável parcela do abastecimento interno em produtos pesqueiros, geralmente com tecnologias de baixo impacto ambiental e sem apoio do poder público. No Norte e Nordeste, eles contribuem com 70% ou mais do total da produção pesqueira. Enfrentam grandes

adversidades para vender seu produto, concorrendo com frotas industriais e tendo precário acesso a direitos previdenciários e trabalhistas. Por outro lado, sofrem a pressão da especulação imobiliária, da poluição industrial e doméstica, e da degradação dos ecossistemas litorâneos.

Compreende-se, portanto, que os esforços para preservar e fomentar as comunidades de pescadores artesanais são parte inseparável de um projeto de pesca responsável. Sua sobrevivência depende diretamente da conservação dos estoques pesqueiros. Nesse sentido, eles têm todo interesse em pesquisas científicas que conduzam ao ordenamento pesqueiro eficaz, à melhoria tecnológica e à obtenção de alternativas de emprego e renda, que são a condição *sine qua non* para o uso sustentável dos recursos pesqueiros.

Gênero, desenvolvimento e pesca responsável

Compreender como as comunidades de pescadores artesanais vêm se reproduzindo requer um olhar abrangente, que leve em conta o trabalho das famílias, direta ou indiretamente ligado ao sistema produtivo da pesca. Por isso, ganham relevo hoje as abordagens de gênero e de idade que direcionam nosso olhar para a divisão de trabalho entre os sexos e as gerações. Trata-se de uma dimensão geralmente pouco valorizada, quer no âmbito dos estudos, que privilegiam a situação do homem pescador, quer no âmbito das políticas e das organizações sindicais de pescadores onde ainda predomina uma concepção restritiva de pescador.

Observa-se, porém, nos movimentos de pescadores (Movimento Nacional de Pescadores - MONAPE e seus congêneres nos Estados), em organizações de apoio a essa categoria (Conselho Pastoral da Pesca entre outras), bem como por parte de pesquisadores (por exemplo, no Projeto RENAS e no GEPEM, no Pará[3]), um interesse crescente sobre o tema do papel das mulheres na pesca e na manutenção das comunidades pesqueiras.

[3] Projeto RENAS (Recursos Naturais e Antropologia das Sociedades Marítimas, Ribeirinhas e Lacustres) do Museu Paraense Emílio Goeldi; GEPEM (Grupo de Estudos e Pesquisas "Eneida de Morais" sobre Mulher e Relações de Gênero), da UFPA.

... NO BRASIL, SÃO PESCADORES DE PEQUENA ESCALA QUE TÊM ASSEGURADO CONSIDERÁVEL PARCELA DO ABASTECIMENTO INTERNO EM PRODUTOS PESQUEIROS .... NO NORTE E NORDESTE, ELES CONTRIBUEM COM 70% OU MAIS DO TOTAL DA PRODUÇÃO PESQUEIRA

Visando cobrir essa lacuna, o Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca - ICSF, executou no período 1993-1996, o programa "Mulheres na Pesca" (Women in Fishing), em diferentes países. Dentre as diretrizes desse programa constavam: estudar a história do papel das mulheres na pesca, registrar suas lutas contra a marginalização e examinar como as organizações de pescadores podem integrar a perspectiva de gênero em suas lutas pela sobrevivência. Conforme um membro da coordenação do ICSF:

> *"Questões que se relacionam às mulheres enquanto trabalhadoras e enquanto membros de comunidades e sociedades, são raramente assumidas pelas organizações de trabalhadores na pesca. As mulheres estão envolvidas com os problemas que afetam o setor pesqueiro, assim como com as grandes questões relativas à viabilidade das comunidades pesqueiras artesanais. A capacidade de resistência que estas vêm demonstrando é, em grande medida, conseqüência do papel de suporte desempenhado pelas mulheres e crianças" (SHARMA, 1996, p. 46).*

Daí a necessidade premente de se conhecer como, em vários casos específicos no Brasil, as mulheres vêm desempenhando esse papel de suporte. É essencial analisar as atividades das mulheres no espaço doméstico, tais como cuidar dos filhos, manter a casa e pescar e plantar para o consumo das famílias. São elas que, mais que os homens, enfrentam cotidianamente as dificuldades da vida em terra. Por isso, elas têm condições de levantar importantes questões relacionadas com a qualidade de vida e de inseri-las na agenda das organizações profissionais de pescadores. Por outro lado, em diversas situações elas estão atuando na própria pesca. É o caso das "marisqueiras" (coletoras de mariscos em praias nordestinas), das "tecedeiras" de redes de pesca, das pescadoras nas praias e nos rios, das que beneficiam pescado, das que fazem farinha de pescado (na região dos lagos do Baixo Amazonas), das ex-pescadoras, das esposas e filhas de pescadores, bem como das presidentes ou membros de diretorias de colônias ou outras associações. Ademais, muito do que fazem não se destina ao mercado e não é visto, portanto, como trabalho, mesmo quando se trata de tarefas que permitem aos homens pescar: cozinhar, costurar velas de canoa, confeccionar armadilhas de pesca para o marido e os filhos, fazer o café e o carvão que eles levam a bordo, remendar roupas de trabalho, etc. (MANESCHY, ALENCAR e NASCIMENTO, 1995).

AS ATIVIDADES FEMININAS TENDEM, POIS, A SER MULTIDIRECIONADAS, AO CONTRÁRIO DAS MASCULINAS, GERALMENTE CENTRADAS EM UMA OU DUAS ATIVIDADES PRINCIPAIS, COMO POR EXEMPLO, PESCA E LAVOURA

As atividades femininas tendem, pois, a ser multidirecionadas, ao contrário das masculinas, geralmente centradas em uma ou duas atividades principais, como por exemplo, pesca e lavoura (ALENCAR, 1991). Esse fato reforça a invisibilidade de seu trabalho e dificulta sua identificação como trabalhadoras. Nessa condição, ficam excluídas dos correspondentes direitos sociais e previdenciários.

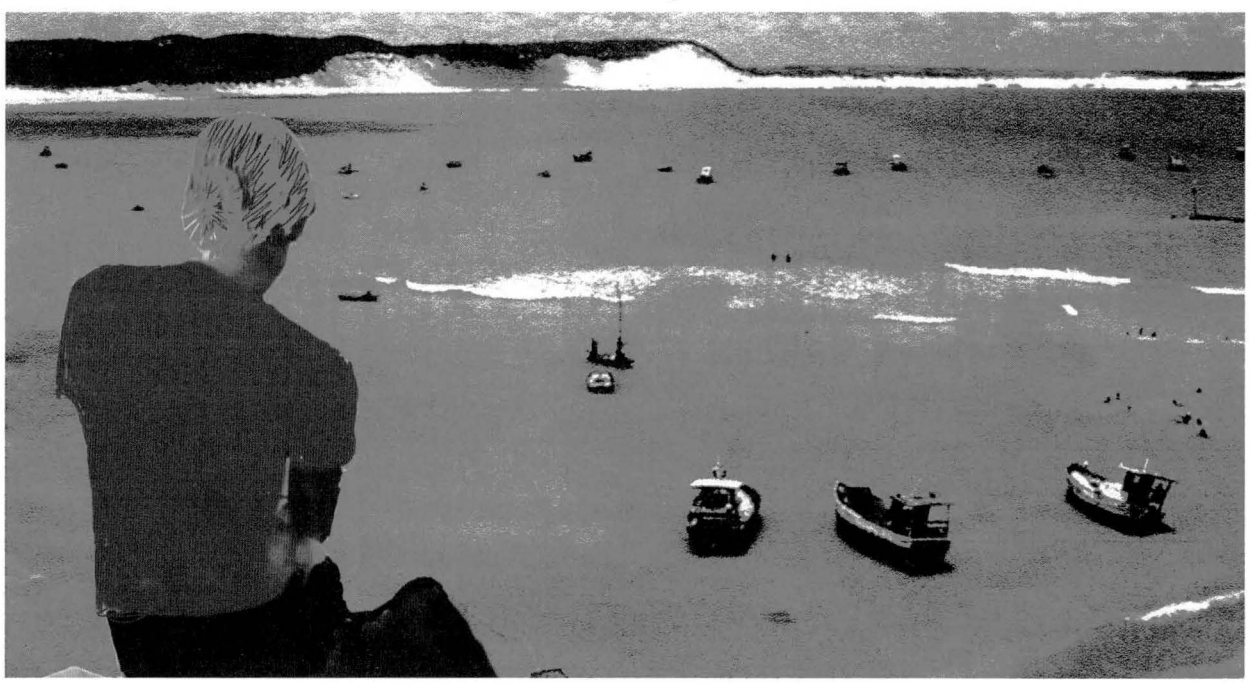
Se a construção de um modelo de pesca responsável passa pelo fortalecimento das comunidades de pescadores artesanais, é necessário ressaltar as relações entre homens e mulheres. Segundo o modelo tradicional de divisão de tarefas, ao homem cabe o trabalho fora, para sustento da família e, à mulher, a função de dona de casa, no máximo trabalhando fora para "ajudar". Na prática, as coisas estão longe de ser assim. Como expressaram duas mulheres da cidade de Vigia, no litoral do estado do Pará:

"Tem viagem que eles trazem bastante produção, eles ficam alegres, se Deus quiser essa viagem vai dar prá gente comprar alguma coisa, pagar o que a gente deve. E aí quando eles chegam com o patrão, patrão apresenta aquela conta e eles até se espantam de ver, muitas das vezes tem pescador de não tirar nada de saldo" ***(Helena, mulher de tripulante, 38 anos).***

"Ele vai prá pesca, às vezes mata peixe, às vezes não mata, não dá nem prá pagar o vale que ele tira" ***(Pêdra, mulher de tripulante, 23 anos).***

Mulheres presentes ao Seminário Internacional sobre Pesca Responsável, em Beberibe (Ceará), lembraram, ainda, as vicissitudes da própria atividade pesqueira, que impõem longas ausências do companheiro, ampliando sua responsabilidade no lar: *"a gente tem que ser pai e mãe, criar e educar os filhos e ainda se dividir para muitas coisas"*. Por outro lado, as tensões do trabalho refletem-se no âmbito doméstico. Várias delas referiram-se à falta de apoio e de compreensão dos companheiros.

Em contrapartida aos variados e reduzidos ganhos dos pescadores, elas buscam diferentes estratégias para manter o grupo doméstico, em condições geralmente difíceis. Elas freqüentemente submetem-se a condições exploratórias sobre seu trabalho, exercido em contextos informais. Nessa trajetória, participam também de grupos comunitários - como Clubes de Mães ou associações de moradores - que podem contribuir na sua constituição em sujeitos políticos. Elas podem passar, assim, a se destacar na luta por melhores níveis de vida, por escolas para os filhos, ou na resistência contra processos especulativos sobre as terras onde habitam.



"O ATO DE PESCAR DOS HOMENS ESTÁ INSERIDO E É APOIADO EM RELAÇÕES SOCIAIS DAS QUAIS A DIVISÃO DE TAREFAS E RESPONSABILIDADES NO SEIO DA FAMÍLIA É, SEM DÚVIDA, A MAIS CRUCIAL"

Destaca-se, nesse sentido, a colocação de uma participante do Seminário de Beberibe, ao tratar da importância das terras de lavoura para as comunidades pesqueiras no litoral nordestino como alternativa de sobrevivência durante períodos de escassez ou de fechamento da pesca. O ritmo de ocupação imobiliária, no entanto, torna essa alternativa cada vez mais remota. Várias mulheres referiram-se, também, à falta de opções de trabalho nas comunidades. A manutenção do artesanato tradicional, especialmente rendas e bordados, esbarra em dificuldades de escoamento no mercado e de recursos para adquirirem matéria prima. Pensando-se em saídas a esse impasse, merece atenção a proposta de uma participante para que as associações locais se reúnam de modo a proporem formas comunitárias de ocupação da terra, o que incluiria a preservação e o uso ordenado dos manguezais e das áreas de dunas.

A reprodução social das comunidades pesqueiras repousa, portanto, em práticas e estratégias diferenciadas. O "lado feminino" da vida das comunidades pesqueiras tem, como visto, várias dimensões, geralmente obscurecidas. Vale lembrar as palavras de uma antropóloga que estudou pescadores artesanais em Kerala, Índia:

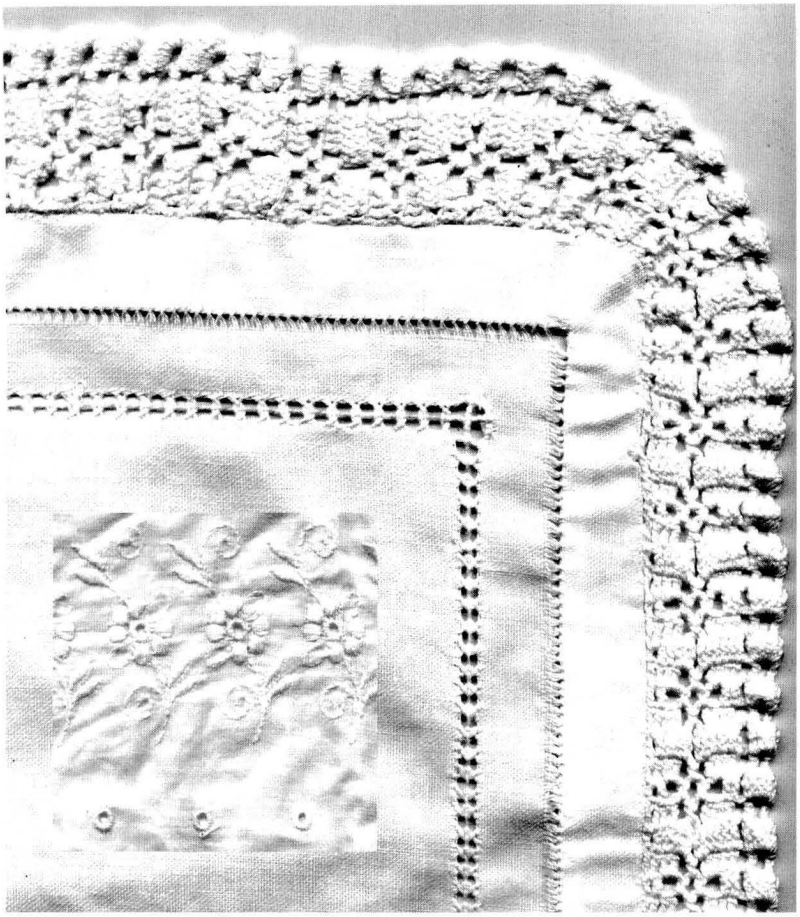
> *"O ato de pescar dos homens está inserido e é apoiado em relações sociais das quais a divisão de tarefas e responsabilidades no seio da família é, sem dúvida, a mais crucial" (NIEUWENHUYS, 1989, p. 175).*

Um debate necessário: o estatuto da mulher trabalhadora do setor pesqueiro

Um dos pontos mais sensíveis nas discussões sobre o Código de Conduta para a Pesca Responsável reside no problema do direito de acesso aos recursos costeiros. Organizações de pescadores artesanais e de pequena escala, reivindicam prioridade de acesso. O texto ainda não contempla essa reivindicação. De todo modo, o documento da FAO mencionado acima, refere-se a um avanço nesse sentido, fruto das pressões exercidas por organizações não-governamentais. Trata-se do artigo 5 do referido código, que "reconhece os direitos dos trabalhadores da pesca a uma vida justa e segura" (FAO, 1995, p.9).

Os dados disponíveis acerca das modalidades de divisão sexual do trabalho em comunidades pesqueiras e sobre os papéis da mulheres, evidenciam a importância de se incluírem tais aspectos naquelas discussões. Como visto, as mulheres exercem papéis essenciais que não podem ser esquecidos nas lutas pelos "direitos a uma vida justa e segura".

... MUITOS DOS TRABALHOS ASSUMIDOS POR MULHERES EM COMUNIDADES PESQUEIRAS APRESENTAM COMO CARACTERÍSTICAS A VARIABILIDADE NO TEMPO E NO ESPAÇO, A IRREGULARIDADE NA DEMANDA, SUA COMPATIBILIZAÇÃO COM AS TAREFAS DOMÉSTICAS E, POR CONSEQÜÊNCIA, A DIFICULDADE DE CONTABILIZAR O TEMPO DE TRABALHO



Nesta oportunidade cabe, então, levantar a questão do estatuto da mulher enquanto trabalhadora da pesca. O caráter muitas vezes inconstante e variado de seu trabalho, bem como o fato de que a renda que produz não assume necessariamente a forma monetária - por exemplo, peixes, mariscos ou produtos da roça para consumo doméstico, reparos ou confecção de apetrechos de pesca para o marido ou filhos, etc. - tem contribuído para ocultar esse trabalho. Além do mais, como dito acima, do ponto de vista jurídico-político prevalece uma concepção restrita do trabalho da pesca como sendo aquele que retira seres vivos de ambientes aquáticos. O conjunto de tarefas pré e pós-captura ficam excluídas da definição formal do que seja trabalho de pesca.

Em vários lugares as "marisqueiras" já estão conseguindo seu reconhecimento como pescadoras. As demais "trabalhadoras da pesca", embora de maneira menos articulada, estão também pleiteando um reconhecimento social e profissional. No seminário de Beberibe por exemplo, assim como em outros nos quais mulheres de comunidades pesqueiras estão presentes, são comuns os depoimentos de que a mulher não tem direito à aposentadoria ou ao seguro desemprego.

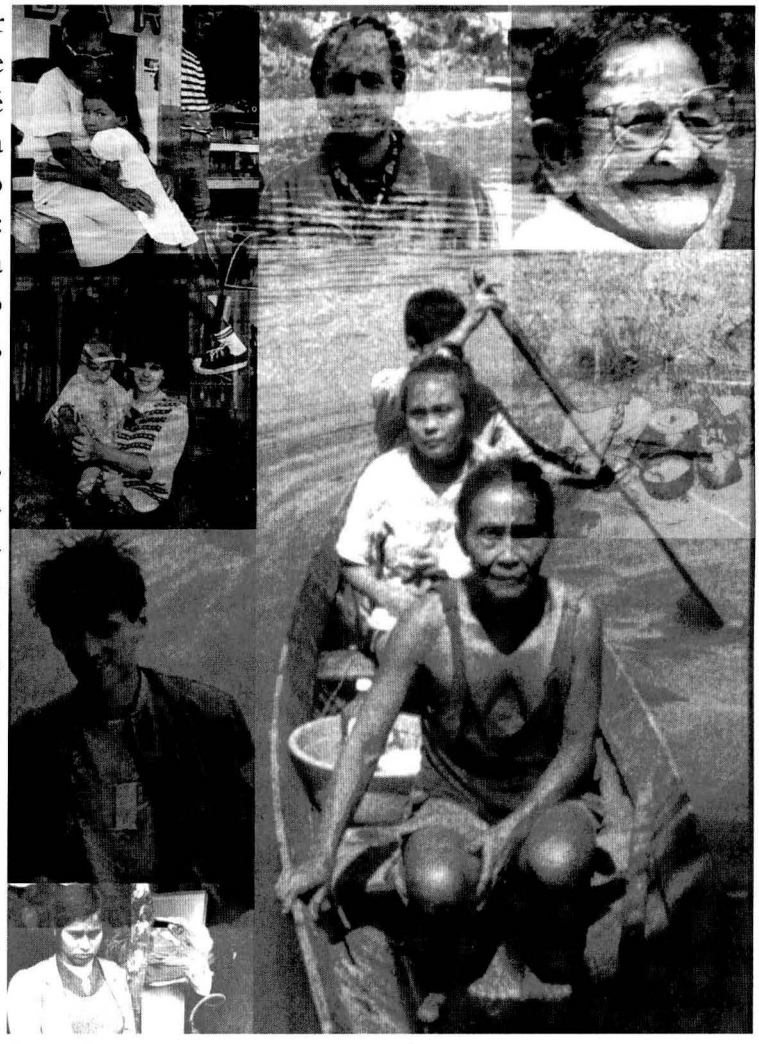
As associações de pescadores devem assumir essa demanda e buscar rever a definição estreita de pescador, de modo a que trabalhadoras hoje invisíveis tenham lugar. O acesso a benefícios como aposentadoria, seguro saúde, ou auxílio maternidade constitui uma condição própria da cidadania. Assegurar às mulheres o estatuto de trabalhadoras da pesca, como parceiras de terra ou das águas, é um passo na conquista de uma cidadania de qualidade, com relações mais justas e igualitárias entre homens e mulheres.

Mulheres na pesca, organização coletiva e políticas públicas: espaços a conquistar

Como ficou claro, portanto, muitos dos trabalhos assumidos por mulheres em comunidades pesqueiras apresentam como características a variabilidade no tempo e no espaço, a irregularidade na demanda, sua compatibilização com as tarefas domésticas e, por conseqüência, a dificuldade de contabilizar o tempo de trabalho. Esses fatores reforçam a visão corrente das mulheres mais como donas de casa, "ajudantes" do companheiro e não como sujeitos produtivos. Tal visão exprime-se no baixo número de mulheres filiadas nas colônias de pescadores, que constituem o órgão de classe tradicional dessa categoria no país.

A despeito de um tímido - mas progressivo - reconhecimento da presença feminina na pesca, muito há para construir no sentido de sua inserção plena nas organizações de pescadores e, também,

para que na formulação de políticas do setor suas necessidades sejam minimamente contempladas. Esse reconhecimento é evidente em eventos recentes nos quais a temática mulher na pesca emerge. Afora o Seminário de Beberibe, já referido, são eles:



- Workshop Internacional sobre a Pesca Artesanal, promovido pelo Laboratório de Ciências do Mar, da UFCE, em setembro de 1996, em Fortaleza (CE) (FONTELES FILHO, 1997).
- Seminário sobre Pesca Artesanal, promovido pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, no quadro da Conferência dos Ministros Responsáveis pelas Pescas dos Países de Língua Portuguesa, em Salvador (BA), de 20 a 23 de outubro de 1998 (Súmula, 1998).
- Encontro Nacional de Mulheres Pescadoras, promovido pelo MONAPE, em Teresina (PI), de 21 a 24 de novembro de 1999 (A VOZ..., 1999).
- Encontro de Mulheres Pescadoras do Nordeste, em Fortaleza, de 28 a 30 de outubro de 1999, também pelo MONAPE (A VOZ..., 1999).
- Seminário de Pescadores e Pescadoras do litoral do Pará, entre 24 e 26 de setembro de 1999, organizado pelo Conselho Pastoral da Pesca, na vila de Marudá (município de Marapanim, no Pará).

Ainda que seja um movimento minoritário, é também digno de nota que há colônias e federações de pescadores desenvolvendo trabalhos específicos com mulheres, sejam elas pescadoras, trabalhadoras da pesca ou membros de famílias de pescadores. Sem a pretensão de fornecer uma lista completa, mencionam-se as colônias de Barra de Santo Antônio e de Maceió, em Alagoas, sendo esta última dirigida por uma mulher. Em Sergipe, a colônia de São Cristóvão tem centenas de sócias em seus quadros. Em Pernambuco, as colônias de Ponta de Pedras e Itapissuma implementam ações de capacitação em processamento de pescado para as sócias[4]. O Instituto Terramar, do Ceará, organização não governamental de apoio ao setor pesqueiro artesanal, tem promovido oficinas sobre relações de gênero para várias colônias e associações de pescadores do litoral daquele Estado. No Pará, as Colônias de Abaetetuba e de Aranaí têm organizado seminários e estimulado as mulheres a regularizarem sua documentação como pescadoras. A Colônia de Santarém, no Baixo Amazonas, é mais antiga nessa linha e conta com mulheres na diretoria há vários anos. A Colônia de Maracanã, por seu turno, em 1999 passou a ser dirigida por uma mulher. Para começar a quebrar as resistências à presença feminina na entidade,

[4] As informações relativas às colônias de pescadores do Nordeste foram prestadas pela 2ª Secretária do MONAPE, Sra. Ana Paula Santos, a quem se agradece a colaboração.

ela tem promovido seminários sobre a temática de gênero. Na Baía do Sol, em Mosqueiro, próximo à cidade de Belém, cerca de cinqüenta mulheres inscreveram-se recentemente na colônia.

A Federação de Pescadores do Estado de Minas Gerais, até 1999, era dirigida por uma mulher. No Seminário ocorrido em Salvador, supra citado, essa representante apresentou uma moção, da qual foi extraído o trecho a seguir, que caracteriza a mulher enquanto trabalhadora e partícipe na sustentabilidade das comunidades pesqueiras:

> *"O papel da mulher na pesca que, com as atividades de venda do pescado, manufatura e conserto de petrechos, auxílio à pesca, na organização das colônias e ainda na produção de complemento alimentar como produtora rural. Note-se, ainda, o papel indireto da mulher no setor pesqueiro através das campanhas de educação ambiental e formação escolar e de agente formadora de opinião."*

Em localidades pesqueiras do nordeste paraense, nos municípios de Vigia, São Caetano de Odivelas e Marapanim, registram-se associações de mulheres que, a exemplo das associações de pescadores ou de trabalhadores rurais, buscam meios para criar alternativas de trabalho ou renda. As atividades a que se dedicam, ou pretendem implementar, são a tecelagem de redes, o beneficiamento de produtos da pesca, a comercialização do pescado, a produção de remédios caseiros e de artesanato, a preservação ambiental e a valorização das manifestações culturais locais. Além de inúmeros obstáculos à manutenção dos grupos, elas se ressentem da falta de apoio do setor público na forma de linhas de crédito e de programas de formação, além do freqüente distanciamento da colônia.

De diferentes modos, portanto, as mulheres desempenham papéis cruciais na manutenção das comunidades pesqueiras artesanais: manipulando recursos de diferentes ecossistemas, terrestres e aquáticos, gerando rendas complementares à da pesca, agregando valor a produtos locais e participando de organizações coletivas.

Resta alcançar um efetivo reconhecimento social, que implicaria em sua inclusão nas políticas de desenvolvimento do setor. Assim, no tocante ao crédito, torna-se necessário que as agências financiadoras mudem o enfoque dominante, que privilegia o financiamento de barcos e instrumentos de captura, de maneira individual, para incluir o fomento a grupos que processam e aproveitam subprodutos da pesca,

de maneira integrada ao financiamento da produção pesqueira. No tocante à capacitação profissional, sobretudo, trata-se de concebê-la em um sentido amplo, que assegure não só a eficácia no trabalho, como também, que possibilite às comunidades lançar mão de alternativas de sobrevivência, absolutamente necessárias em períodos de interrupção da pesca, ou em situações em que os estoques são objeto de intensa exploração. Estas são condições inerentes à instituição da chamada "pesca responsável".

Finalmente, no que tange às entidades de classe dos pescadores, importa romper a concepção segundo a qual as mulheres são dependentes do marido pescador. Sua participação nesses espaços, certamente, trará à ordem do dia as condições concretas em que trabalham, as exigências de conciliar casa e trabalho, seu ganho monetário diminuto ou incerto, dificultando-lhes, mais que aos homens, honrar as mensalidades da colônia e da previdência, além das barreiras culturais que persistem.

Referências Bibliográficas

A VOZ dos Pescadores do Brasil. Boletim informativo do MONAPE, n.3, dez. 1999.

ALENCAR, E. F. 1991. *Companheiras, pescadeiras e perigosas: a pesca feminina na Ilha dos Lençóis-MA*. Dissertação de Mestrado, UNB, Brasília. (inédita).

ESCALLIER, C. e MANESCHY, M. C. 1996. Weaving a living. *SAMUDRA Report*. ICSF, Madras. n. 14. March. p. 3-4.

FAO. 1995. Responsible fisheries. *DEEP; Development Education Exchange Papers*. October.

FONTELES-FILHO, A. A. (ed.), 1997. *Anais do workshop internacional sobre a pesca artesanal*. Fortaleza., Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará. p. 133-155.

MANESCHY, M. C., ALENCAR, E. e NASCIMENTO, I. 1995. Pescadoras em busca de cidadania. In: ALVARES, M. L. e D'INCAO, M. A. *A mulher existe? uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém, GEPEM/ Museu Paraense Emílio Goeldi. p. 81-96.

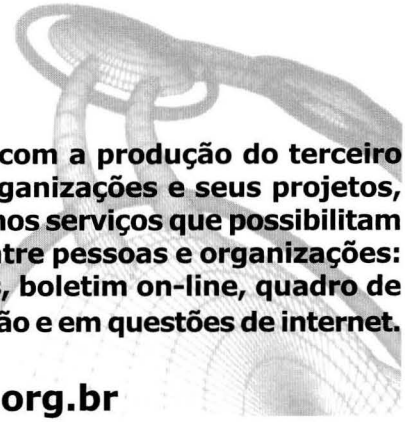
NIEUWENHUYS, O. 1989. Invisible nets; women and children in Kerala's fishing. *MAST*, 2(2): 174-94.

SHARMA, C. 1996. Different voices, similar concerns. *SAMUDRA Report*. ICSF, Madras. n. 15. July. p. 46-49.

A Rits é uma organização não governamental que tem por objetivo levar tecnologia de internet às demais instituições do terceiro setor.

Acreditamos que este é um poderoso instrumento para a melhor articulação da sociedade civil em torno de suas lutas e interesses.

rits rede de informações para o terceiro setor



Em nosso site há um conjunto de informações: acervo com a produção do terceiro setor, estudos, uma revista on-line (Rets), catálogo de organizações e seus projetos, legislação e gestão voltadas para o setor. Também oferecemos serviços que possibilitam maior agilidade na comunicação, articulação e interação entre pessoas e organizações: hospedagem de sites, correio eletrônico, fórum de debates, boletim on-line, quadro de avisos e banco de dados, além de orientação jurídica, em gestão e em questões de internet.

Visite nosso site: www.rits.org.br

Eleições 2000 – cotas para ampliar a presença da mulher nos espaços de poder político

Iara Bernardi *

*__Iara Bernardi__ é deputada federal (PT/SP) e 2ª Vice-Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores. Professora, atuou como vereadora petista em três mandatos em Sorocaba – SP, sendo eleita pela primeira vez em 1982, na primeira eleição disputada pelo Partidos dos Trabalhadores. Publicou a cartilha "Vereadora 2000, agora são outros 500 – Subsídios para a mulher candidata a vereadora", que pode ser solicitada pelo e-mail: dep.iarabernardi@camara.gov.br

Disputar uma vaga de vereadora ou prefeita nas eleições do ano 2000 implica, antes de tudo, conhecer um pouco da trajetória de lutas de outras mulheres pela conquista do direito ao voto e para mudar nossas vidas e torná-la melhor.

As mulheres, no mundo e no Brasil, tiveram como primeiras lutas a busca do direito à educação e ao voto. Foi nos Estados Unidos onde ocorreram as primeiras manifestações organizadas em prol dos direitos da mulher, no século XIX. A luta contra a escravidão explodiu junto com a luta pela libertação feminina.

No Brasil, as primeiras organizações de mulheres surgiram após 1850 e sua principal bandeira era e mesma de outros países, pelo direito à instrução e ao voto. A voz feminina manifestava-se através da abolicionista, republicana e feminista nascida no Rio Grande do Norte, Nísia Floresta (1809-1885), e da baiana Violante Bivar e Velasco, que fundou, em 1852, o primeiro jornal dirigido por mulheres: o *Jornal das Senhoras*. Em 1873, a professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz criou em Campanha, Minas Gerais, o jornal feminista *O Sexo Feminino*, que lutava por essas duas bandeiras. Em 1922, sob a liderança de Bertha Lutz, é fundada no Rio de Janeiro a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

A década de 1920 foi uma época conturbada, anunciando as grandes transformações dos anos 30. A classe operária se organizava, os intelectuais rompiam com o pensamento tradicional, as classes médias pediam mais representação política e as mulheres queriam tudo isso e muito mais!

Em 1932, o governo de Getúlio Vargas, formado após a Revolução de 1930, promulgou o novo Código Eleitoral pelo Decreto nº 21.076, garantindo, finalmente, o direito de voto às mulheres brasileiras. Nas eleições de 1933, convocada para a Assembléia Nacional Constituinte, foram eleitos 214 deputados e uma única mulher, a paulista Carlota Pereira de Queiroz. Bertha Lutz, concorrendo pelo Distrito Federal (RJ), foi eleita primeira suplente. Neste processo constituinte havia 40 deputados classistas e dentre estes figurava também uma mulher, a trabalhadora Almerinda Farias Gama, representante do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos e da Federação do Trabalho do Distrito Federal.

No quadro abaixo, podemos acompanhar quando o direito ao voto feminino foi conquistado em outros países.

A conquista do voto feminino no mundo

1893	Nova Zelândia
1917	União Soviética, com a Revolução Socialista
1918	Alemanha
1919	Estados Unidos
1928	Inglaterra
1934	Brasil
1945	França, Itália e Japão

A revolta das mulheres repercutiu enormemente nos organismos internacionais, levando as Nações Unidas (ONU) a instituir o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher.

No Brasil, o Ano Internacional da Mulher foi um importante marco no ressurgimento das organizações de mulheres. Sob o regime militar e com as liberdades democráticas cerceadas, a iniciativa das Nações Unidas propiciou às mulheres brasileiras um espaço de discussão e organização. Neste período, foi criado o Movimento Feminino pela Anistia, unindo a luta pela democratização do país com as questões específicas de gênero.

No início dos anos 80, havia inúmeros grupos de mulheres espalhados pelo Brasil, representando um amplo leque de posições feministas, constituindo um movimento de mulheres brasileiras. Este movimento alcançou as mulheres trabalhadoras, que passaram, por sua vez, a organizar dezenas de encontros. Foram metalúrgicas, químicas, trabalhadoras em geral, que se descobrem mulheres, oprimidas, mas que se desejavam autônomas na sua luta específica em relação aos partidos políticos, aos homens e ao Estado.

A lenta chegada ao Estado de Direito no Brasil, após a anistia em 1979 e início dos anos

80, possibilitou maior participação política da mulher na sociedade brasileira. Em 1982, nas eleições diretas para os governos estaduais, o movimento de mulheres atuou e em vários estados foi elaborada uma plataforma feminista submetida aos candidatos. Passadas as eleições, os avanços se manifestaram na criação, em 1983, nos estados de São Paulo e Minas, dos Conselhos Estaduais da Condição Feminina.

Com a Nova República (1985), essas experiências estaduais foram alçadas em âmbito federal, com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei nº 7.353, que criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Sua finalidade era a formulação de políticas com vistas à eliminação da discriminação contra as mulheres. O Conselho teve uma atuação marcante na Constituinte de 1987/88, por meio do chamado *Lobby do Batom*, na área dos direitos reprodutivos e no combate à violência contra a mulher.

A existência palpitante das lutas feministas pode ser mensurada pelo movimento Articulação de Mulheres Brasileiras que, entre 1994 e 1995, mobilizou centenas de brasileiras para redigir um documento reivindicatório para a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher (Beijing, 1995). Foram 91 eventos envolvendo mais de 800 grupos femininos em todo o país.

Outro avanço importante na luta das mulheres foi a implantação da política de cotas.

O sistema de cotas já é consagrado em vários países do mundo. Na Europa, vários países adotam política de cotas, desde 1985, que se aplicam às leis eleitorais e dos partidos a fim de promover a participação da mulher nos centros de decisão política por meio de uma presença equilibrada entre homens e mulheres nas listas de diferentes categorias de eleições.

Na América Latina, a lei de cotas é adotada por vários países. Desde 1992, a lei uruguaia determinou que nenhum sexo poderá ter mais que 75% nas listas de candidatos. A Argentina definiu em 30% o número mínimo de vagas que devem ser preenchidas por mulheres.

Como é a política de cotas no mundo

País	Tipo de ação afirmativa	Data
Noruega	Os partidos adotam cotas há vinte anos	1978
Dinamarca	A lei federal define o equilíbrio entre os sexos nos comitês consultivos e administrativos	1985
Finlândia	A representação de cada sexo não pode ser inferior a 40% nos comitês e órgãos públicos de decisão	1986
Irlanda	Os partidos adotam cota mínima de 40% para cada sexo nas instância de decisão	1990
Bélgica	A lei federal define o limite máximo de 2/3 das listas para um sexo	1990
Uruguai	Nenhum sexo poderá ter mais de 75% nas listas de candidatos.	1992
Itália	Nas listas eleitorais com mais de um candidato, devem se alternar homens e mulheres	1993
Argentina	30%, no mínimo, das listas de candidatos devem ser preenchidas por mulheres	1993
Brasil	Nenhum partido poderá ter mais de 70% de candidatos do mesmo sexo	1995
Colômbia	Determina igual proporção de homens e mulheres nas listas eleitorais.	1998

No Brasil, a cota mínima para candidaturas de mulheres nas chapas partidárias foi instituída em 1995. Projeto de lei da deputada Marta Suplicy (PT/SP), subscrito por outras 30 deputadas, propunha o mínimo de 30% de mulheres candidatas a todos os cargos eletivos. O primeiro resultado dessa iniciativa foi a incorporação do mínimo de 20% de mulheres candidatas na Lei 9.100/95 (*art. 11, § 3º - "Vinte por cento, no mínimo das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidos por candidaturas de mulheres"*), que estabeleceu as normas para as eleições municipais de 1996. Foi um grande marco na história da participação das mulheres nas eleições.

Como primeira experiência de ação afirmativa levada a cabo em nosso país, permitiu que se rompesse uma série histórica de baixos índices de participação feminina no poder, que, desde 1934, mantinha uma média de aumento percentual de 1% a cada quatro anos no número de vereadoras eleitas. Segundo dados do IBAM, de 3.952 vereadoras eleitas em 1992 (8%), passamos para 6.536 em 1996 (11%). A lei de cotas permitiu um avanço de vinte anos em um. O número de mulheres no Executivo também cresceu. Em 1992, foram eleitas 171 (3%) prefeitas e 302 (6%), em 1996.

Cargo / Nº de Eleitas	1992	1996
Prefeitas	171 (3%)	302 (6%)
Vereadoras	3.952 (8%)	6.536 (11%)

Fonte: IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Logomarca da campanha de 1996

Com a cota de 20% para candidaturas femininas nas eleições de 1996, o Brasil se antecipou às recomendações da Plataforma de Ação Mundial de Beijing, assinada sem restrições pelo nosso país na Conferência Mundial da Mulher, em setembro de 1995, que recomendou aos países a adoção de ações afirmativas para apressar a diminuição da exclusão das mulheres e se chegar à igualdade entre os sexos nos centros de poder político.

O resultado da política de cotas foi altamente positivo. Obrigou os partidos a incorporar a preocupação com as questões das mulheres em seus projetos de campanha, tornando a questão da mulher um tema de maior importância na mídia e no dia-a-dia. Alguns partidos, pela primeira vez, tiveram que se confrontar com a inexistência de mulheres em seus quadros políticos. As mulheres foram estimuladas a se filiar aos partidos, a participar como militantes, a enfrentar as disputas internas e as campanhas eleitorais.

A campanha *"Mulheres sem Medo do Poder"*, em 1996, coordenada pela bancada feminina no Congresso Nacional, conseguiu um enorme êxito e teve grande impacto na conscientização das mulheres sobre a importância da representação feminina no parlamento. Foi um tema que entrou forte no debate e na agenda política nacional.

Com o aumento das cotas para 25% nas eleições de 1998, a representação de mulheres nas Assembléias Legislativas teve um aumento de 33%, sendo eleitas 105 deputadas, distribuídas por 15 partidos políticos.

Em relação à representação na Câmara dos Deputados, vários fatores contribuíram para a diminuição da bancada feminina, que passou de 6,38% (33 deputadas eleitas em 1994), para 5,65% (29 deputadas eleitas em 1998), num total de 513 deputados/as federais.

A dificuldade financeira que as mulheres enfrentam, ainda sem o apoio partidário ou o financiamento público de campanhas para equilibrar esta situação, foi a principal delas.

Relação entre candidatos e eleitos por sexo - 1998

	Cand. Fem.	Cand. Masc.	% Fem.	Eleito Fem.	Eleito Masc.	% Eleito Fem.
Dep. Estadual/Distrital	1.388	8.778	19,01	105	954	9,92%
Dep. Federal	352	3.065	10,30%	29	484	5,65%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE

O tempo entre a aprovação da lei de cotas e a sua colocação em prática foi muito reduzido. Nas duas primeiras experiências, nenhum partido conseguiu preencher o percentual definido pela lei. Não se tem conhecimento de que tenha existido alguma ação específica, no âmbito partidário, a fim de estabelecer uma meta de eleição de mulheres ou investir em candidaturas femininas.

Para superar esta dificuldade é necessário que os partidos coloquem à disposição das mulheres os meios para que possam disputar em condições de igualdade. É preciso que se pratique, nos partidos e coligações, uma distribuição igualitária dos recursos financeiros e materiais.

Será uma ação afirmativa tão importante para as mulheres como foi a inclusão do artigo "a" nas cédulas eleitorais e na urna eletrônica, que permitiu às candidatas deixarem de ser *vereador*, *deputado*, *senador* e *governador* e passarem a ter seu gênero reconhecido.

É preciso tornar efetivo aquilo que o Brasil assinou sem reservas em Beijing. Já está mais do que na hora de termos uma divisão eqüitativa de responsabilidades na vida familiar, na vida profissional e no poder político.

Recomendações de campanha para as candidatas às Câmaras Municipais

O maior desafio é a conquista do voto

É preciso, antes de tudo, que a candidata tenha o mínimo de conheimento da Lei Eleitoral (Lei nº 9504/97) e de como se realizam as eleições no Brasil, para que se sinta mais segura daquilo que pode ou não como candidata. Em seguida é preciso garantir a vaga no seu partido. Como nas últimas eleições municipais (1996) nenhum partido conseguiu preencher a cota mínima de 20%, certamente haverá vaga para a sua candidatura, já que agora a cota é de 30%.

Aqui, algumas observações para a sua campanha. As informações e dicas que estou passando são fruto da minha experiência de três mandatos de vereadora na cidade de Sorocaba, de candidata a prefeita e de deputada federal. Façam bom uso delas.

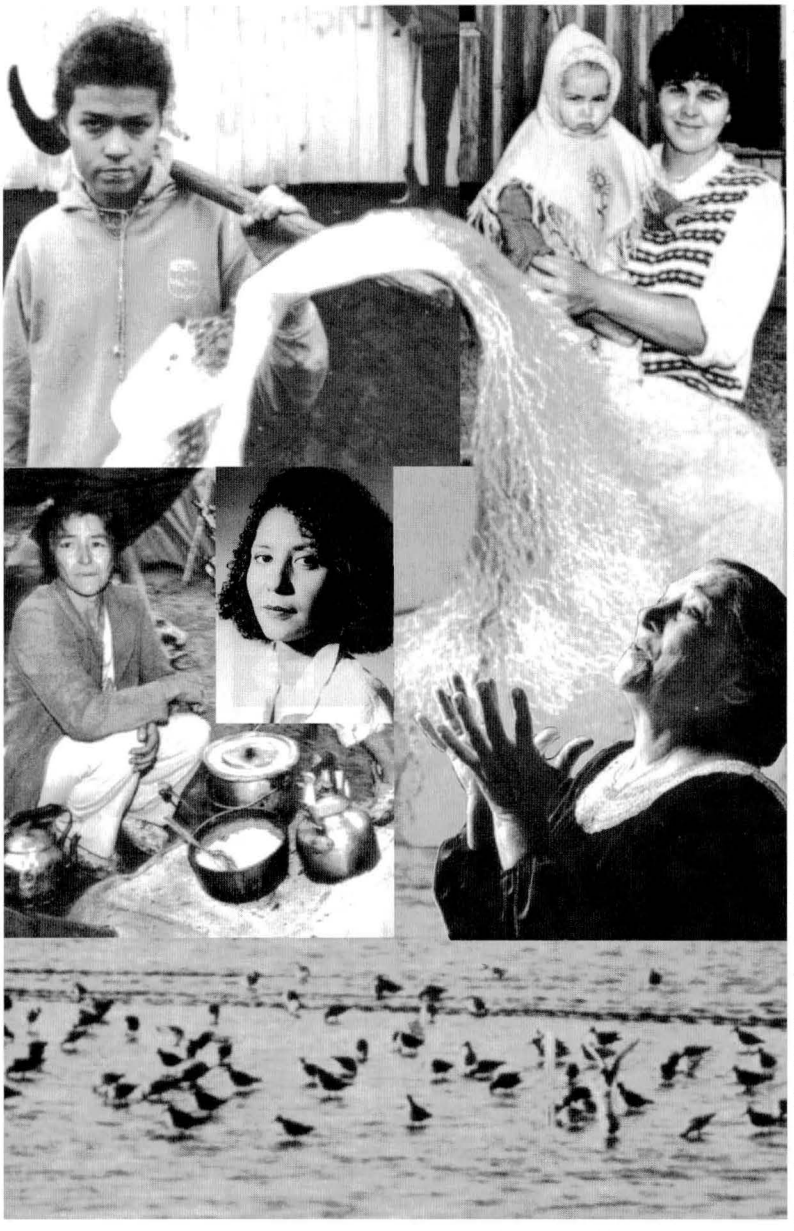
O papel da vereadora - O mandato da vereadora serve à construção de uma sociedade melhor. Como vereadora você pode ajudar a criar novos serviços de atendimento à população. As creches, a melhoria das habitações, do transporte e das condições de ruas e praças podem se tornar uma prioridade na sua cidade, no seu bairro, se você e outras companheiras estiverem lá, eleitas, lutando para conseguir isso com o apoio de outras mulheres e homens.

As carências dos municípios são enormes e os recursos nunca são suficientes para se fazer tudo que é necessário. Você vai poder contribuir para transformar e melhorar a forma como é aprovado o Orçamento do seu município, tornando-o mais participativo e menos centralizado. Essa discussão pode sair da Câmara e ganhar as ruas, promovendo uma nova relação entre Estado e sociedade, permitindo que as pessoas possam fiscalizar melhor o que faz a prefeitura e promover novas ações.

A Lei Orgânica é a Constituição dos municípios. É ela que estabelece as regras básicas de funcionamento da administração e dos poderes municipais constituídos. A Lei Orgânica determina o que faz o prefeito, o que faz a Câmara dos Vereadores, que matérias podem ser preparadas por ela e enviadas para o prefeito, etc.

É preciso conhecer a Lei Orgânica do seu município. Consiga uma cópia na Câmara Municipal, estude e veja como usá-la na sua campanha. Muitas leis orgânicas devem ser melhoradas. Vá desde já estudando o que mudar e como. Recolha opinião das pessoas para ir preparando seus projetos. Pois a mediocridade de um mandato começa pelo desconhecimento do papel do vereador/a e das leis que se pretende defender, aperfeiçoar, melhorar ou mudar.

Organizando a campanha - O comitê ou grupo de apoio é o primeiro passo. Defina as tarefas de seus apoiadores ou equipes para política, finanças, panfletagens e eventos (caminhadas, visitas, comícios, debates, etc.). Ter um



Descreva sua trajetória de vida: o que fez até agora, o que pensa sobre a política do país, de sua cidade e da sua área de atuação. Suas idéias são extremamente importantes para definir os rumos de sua campanha. Sua plataforma eleitoral depende delas.

Após conversar com as pessoas e ouvir suas reivindicações, apresente a elas as suas propostas de como melhorar a cidade. Tente influenciar na definição da plataforma do candidato/a a prefeito/a do seu partido ou coligação, apresentando suas sugestões. Lembre-se das mulheres e da forma como elas gostariam de mudar a cidade para que ela se torne melhor para todos. Não deixe de incluir na plataforma as lutas especificamente femininas por melhores escolas, creches, planejamento familiar, contra a violência, a discriminação e o assédio sexual. Não se pode mais dissociar tais demandas daquelas que visam aprimorar o transporte, a saúde. Todos são temas a serem tratados por todas as campanhas, tanto a do prefeito como a sua.

O dia-a-dia da campanha - Uma campanha política tem um ponto de partida básico: é preciso que as pessoas saibam que você é candidata. Use de todos os meios para alcançar este objetivo: debates, entrevistas nos jornais e rádios locais e nas rádios comunitárias.

Vá às feiras, às portas de fábrica, às escolas e distribua seu material de campanha. Deixe também seus "santinhos" nas lojas onde é freguesa. E procure criar grupos de apoio em outros bairros, além do seu, para ganhar mais eleitores. Peça a cada apoiador que transforme sua residência em um "comitê popular" da sua campanha. Um centro irradiador das idéias da sua candidatura.

Não se esqueça de organizar uma lista de endereços para enviar sua correspondência: convites

local para o funcionamento do *Quartel General* também é importante. Caso contrário, use sua própria casa ou a de um/a apoiador/a. Os assessores de seu comitê são as pessoas próximas. Apoie-se nos amigos, familiares, colegas de trabalho, pessoas do seu bairro, da sua igreja, clube, sindicato, associações, vizinhos, etc. (não só mulheres, lembre-se que você será vereadora de todos os cidadãos e cidadãs do seu município). Serão elas que cuidarão da agenda, das finanças e da promoção dos eventos políticos de sua campanha.

Em seguida, a tarefa é fazer um panfleto ou *folder* apresentando sua candidatura aos eleitores.

para debates e eventos, comunicação de sua agenda e compromissos que fazem parte da sua candidatura. Também se deve enviar o *panfleto dizendo por que você é candidata* para o maior número de pessoas possível, já que o maior desafio a vencer é fazer com que se saiba que você é candidata.

Como conseguir dinheiro? Fazer rifas, leilões, vender camisetas, pedir contribuições com um livro de ouro, etc. pode até ajudar a arrecadar algum dinheiro. Porém, essas iniciativas geralmente propiciam uma arrecadação muito modesta em relação às necessidades de recursos de uma campanha eleitoral de vereador/a. Assim, é preciso montar uma rede de contribuintes e financiadores da campanha. Visite o quanto antes os amigos, profissionais liberais, empresários e pessoas que possam ajudar financeira ou materialmente a campanha. Todo esforço para conseguir recursos é válido. Só não abra mão de seus princípios e nem dos objetivos da sua candidatura.

É preciso que a campanha tenha um/a tesoureiro/a que, além de arranjar os fundos necessários, ajudará na prestação de contas para a Justiça Eleitoral (para isso, guarde todos os recibos das doações e das despesas da campanha).

LEMBRE-SE DAS MULHERES E DA FORMA COMO ELAS GOSTARIAM DE MUDAR A CIDADE PARA QUE ELA SE TORNE MELHOR PARA TODOS. NÃO DEIXE DE INCLUIR NA PLATAFORMA AS LUTAS ESPECIFICAMENTE FEMININAS POR MELHORES ESCOLAS, CRECHES, PLANEJAMENTO FAMILIAR, CONTRA A VIOLÊNCIA, A DISCRIMINAÇÃO E O ASSÉDIO SEXUAL

EXPLORE OS ASPECTOS POSITIVOS DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA: SERIEDADE, HONESTIDADE, COMPROMISSO COM O SOCIAL E SENSIBILIDADE... PORÉM, NÃO DIRIJA A SUA PLATAFORMA E CAMPANHA UNICAMENTE PARA AS MULHERES

Cobre do seu partido uma distribuição igualitária dos recursos financeiros e materiais. Defenda no interior do seu partido que não pode haver privilégios a nenhum candidato. E que se coloque à disposição das mulheres os meios para que possam disputar em igualdade de condições.

Agenda de compromissos - Sua campanha precisa de um/a coordenador/a para organizar sua agenda, que é vital para não esquecer, faltar ou atrasar nos compromissos, que tendem a se multiplicar. Da mesma forma, você deve sempre comparecer acompanhada de colaboradores, pois você não é candidata de si mesma. Mostre que tem apoio. E nunca falte aos compromissos. Sua presença é importante em todos compromissos do seu/sua candidato/a a prefeito/a, nos grandes eventos da campanha. É nesse momento que você pode dar demonstração de força, levando suas bandeiras e a sua militância.

A campanha termina no último dia - Você precisa ir se preparando para o *"Dia D"*, que é o dia da eleição. Vá fazendo um mapeamento de onde ficam as principais áreas de atuação daquelas pessoas que apoiam a sua candidatura e preparando um "esquema" para o dia da eleição. É a chamada "boca-de-urna". Na última hora você pode conquistar mais alguns votos. A "boca-de-urna" pode ser decisiva para a sua eleição.

Dicas úteis para o dia-a-dia da sua campanha

Nunca julgue que a campanha está ganha. Faça campanha sempre. Não desanime com a resistência de alguns eleitores. Respeite a opinião de todos. Converse muito, tente convencer as pessoas a votarem em você. Mas não perca tempo quando o eleitor disser que já tem outro candidato. Existem milhares de outros que ainda não se decidiram. Estes devem ser o seu "alvo" preferencial. Mas nunca tenha vergonha de dizer que é candidata, por que é candidata, qual o seu partido, quem você apoia para prefeito/a e os apoios que você tem. O eleitor quer saber estas informações.

Você também não deve se intimidar diante de candidaturas que acham estar ganhas e nem diante do poderio de estrutura de determinados candidatos. A eleição será definida no dia 1º de outubro, pelo seu esforço, trabalho, determinação e competência.

Explore os aspectos positivos da participação das mulheres na política: seriedade, honestidade, compromisso com o social e sensibilidade. E tenha claro quais são as funções de uma vereadora. Não prometa coisas que você sabe que não pode cumprir ou que não competem à Câmara Municipal. Porém, não dirija a sua plataforma e campanha unicamente para as mulheres. Pode até ser a sua prioridade. O seu programa e a campanha devem ser amplos, mesmo porque a mulher está presente com seus problemas em todos os setores da sociedade.

Procure falar e se destacar sempre nos eventos partidários, como caminhadas, comícios, panfletagens. Não perca nenhuma oportunidade de divulgar sua candidatura, suas propostas e de conquistar mais votos. Voto nunca é demais.

Não perca tempo disputando espaços com candidatos dentro do seu partido ou coligação. Eles não são os seus adversários. A somatória de votos de todos os candidatos do seu partido ou coligação é que vai eleger alguns e você poderá estar entre eles/as. Tente conciliar suas tarefas partidárias e de campanha com as tarefas do lar, que pesam muito sobre a mulher. O apoio do marido, companheiro, namorado e familiares é importante para o andamento das suas tarefas. Sem conflitos domésticos, tudo vai andar melhor.

Dê importância a sua aparência. Ela é primeira avaliação que o eleitor fará de você. Seja discreta, mas sem descuidar do modo de vestir, maquiar ou algum detalhe específico que você adotar como marca pessoal.

E saiba que, mesmo que você não se eleja agora, você será uma vitoriosa. Sairá de todo este processo com credenciais para outras disputas. No partido e na sociedade.

Proposta Recomenda

O Futuro das Metrópoles: Desigualdades e Governabilidade
Organizador: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

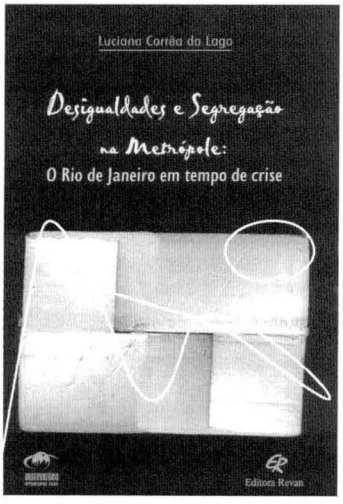
Observatório IPPUR/UFRJ/FASE

Este livro conta com artigos de Adauto Lucio Cardoso, Carlos A de Mattos, Jesús Leal Maldonado, José Luís Fiori, José Luis Coraggio, Licia Valladares, Orlando dos Santos Jr., Suzana Pasternak Daschner, entre outros.
Esta é uma obra fundamental para aqueles que desejam compreender o nosso tempo e que acreditam que o futuro não está predestinado, mas que será resultado da história construída no passado, presente e no próprio futuro.
632 p. R$50,00
Pedidos pelo tel: (XXX21) 286-1441 ou pelo e-mail sbrandao@fase.org.br

Desigualdades e Segregação na Metrópole: O Rio de Janeiro em tempo de crise

De Luciana Corrêa do Lago
Observatório IPPUR/UFRJ/FASE

A classe média está indo para as favelas? As camadas populares continuam sendo expulsas dos bairros da orla marítima? Os segmentos mais ricos estão mesmo abandonando a Zona Sul, refugiando-se nos condomínios fechados da Barra da Tijuca?
Eis algumas das questões para as quais o leitor encontrará respostas neste livro.
238 p. R$25,00
Pedidos pelo tel: (XXX21) 286-1441 ou pelo e-mail sbrandao@fase.org.br

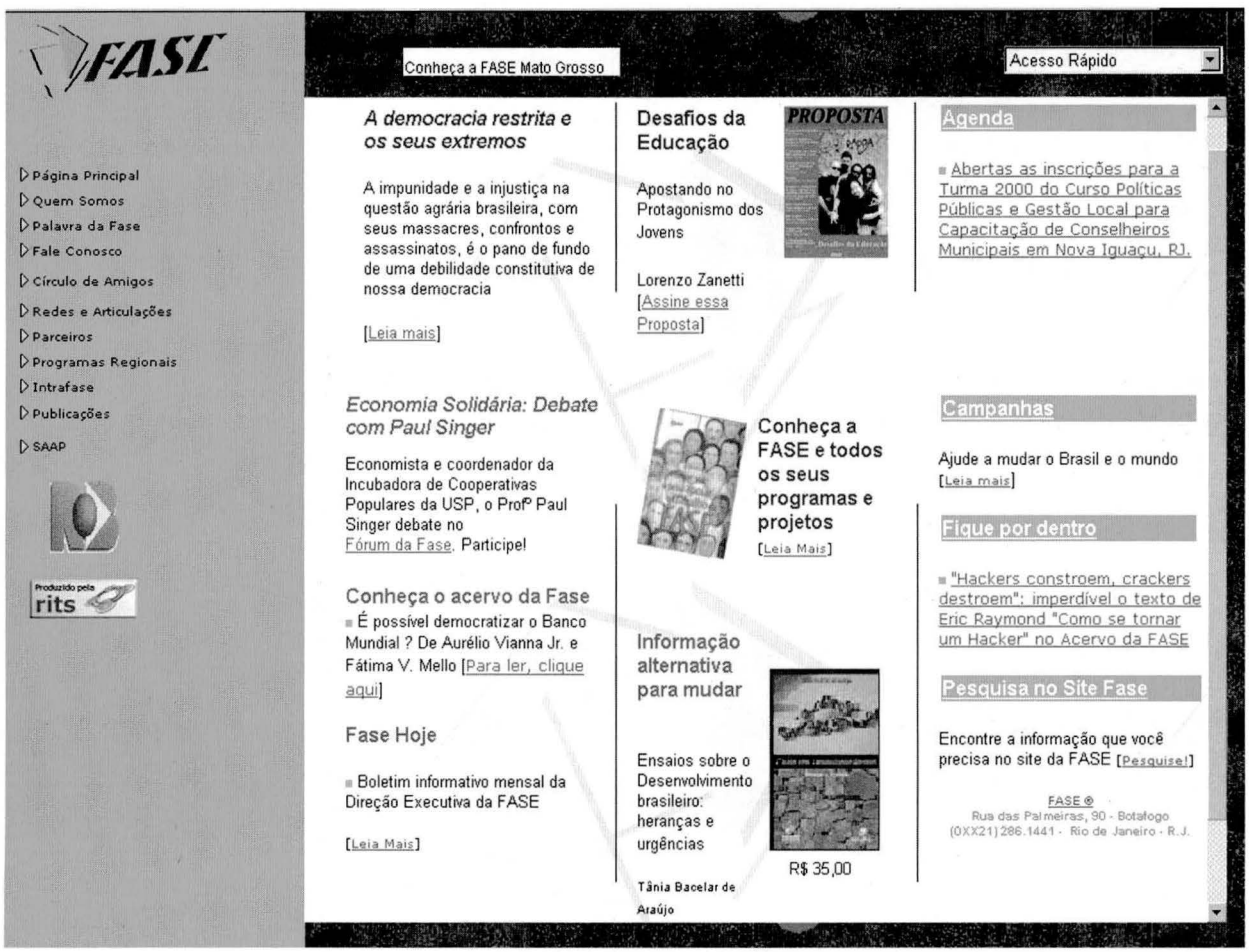


Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e urgências
De Tânia Bacelar de Araújo

Observatório CMG/UFPE - NESC/CPOAM – FASE/NE

Os trabalhos de Tânia Bacelar reunidos neste livro são um norte para pesquisas e ações pelo entendimento dos rumos do crescimento econômico brasileiro; um processo dinâmico e potente marcado, pelas suas características de exclusão social e de injustiça espacial, comprometendo o alcance do desenvolvimento. São ensaios que iluminam problemas e questões que a elite brasileira não tem nenhum interesse em ver compreendidas e discutidas pelos que não a integram. É certamente uma leitura pouco cômoda para alguns e da maior importância e significado para a maioria.
389 p. R$35,00
Pedidos pelo tel: (XXX21) 2861441 ou pelo e-mail: sbrandao@fase.org.br

Novo site da FASE venha visitar e conhecer



Números atrasados, catálogo de publicações, fóruns de debates, agenda, notícias, parceiros, articulações, campanhas nacionais e internacionais ...

Quem quer mudar e precisa de informação tem encontro marcado em

www.fase.org.br

Proposta

próximo número

Trabalho e desenvolvimento humano

O próximo número de ***Proposta*** abordará temas da economia do trabalho a partir de questões como os novos territórios e redes produtivas, precarização das relações de trabalho e economia solidária.

As mudanças no regime de acumulação e nas relações de trabalho têm sido um terreno de disputa chave na formulação de novas propostas de organização da sociedade neste final de século. A crise do trabalho assalariado e a questão da globalização têm forçado o surgimento de uma nova plataforma e demandas por políticas públicas ativas de novo tipo para enfrentar o desemprego e a precarização. ***Proposta*** abordará estas questões a partir das formulações de alguns dos seus principais mentores. A análise sociológica do mundo do trabalho brasileiro e a montagem de sistemas públicos municipais de emprego também vão ser tratadas tendo em vista a busca de alternativas. Essa reconstrução dos temas que recobrem a questão do trabalho e da cooperação entre novos sujeitos sociais leva em conta uma perspectiva crítica em relação à noção de desenvolvimento humano.

Proposta 86 trará ainda um dossiê sobre a Índice de Desenvolvimento Humano da população afro-descendente no Brasil como parte de um trabalho desenvolvimento pelos pesquisadores do projeto do Atlas Afro-brasileiro.

ONDE ADQUIRIR:
FASE: Rua das Palmeiras, 90 • Botafogo • CEP 22270-070 • Rio de Janeiro • RJ
Tel: (021) 286-1441 • Fax: (021) 286-1209

Em ***PROPOSTA***, você vai encontrar artigos que trazem diferentes perspectivas e a análise mais apurada sobre a realidade brasileira e o retrato extraído diretamente da experiência dos movimentos populares. Você vai ler e refletir em profundidade sobre um Brasil que discute, luta, se organiza e encontra soluções alternativas, em inúmeras experiências em diferentes regiões e cidades do país, para a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável.

Valor da Assinatura Anual

• R$ 28,00 (vinte e oito reais).

Como Fazer sua Assinatura de ***PROPOSTA***

•Fazer um depósito no valor acima à FASE no Banco Bradesco, na conta 31 947 - 3, agência Catete 3019 -8.

•Enviar o comprovante de depósito com seu nome e endereço para o fax (021) 286-1209. Em breve você receberá a Revista em sua casa pelo correio.

Ou então,

• Enviar um cheque nominal à FASE no valor de R$ 28,00, juntamente com seus dados, para o endereço: Ru das Palmeiras, 90 Cep - 22270-070, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ

Para maiores informações: (021) 286-1441 ou sveiga@fase.org.br.